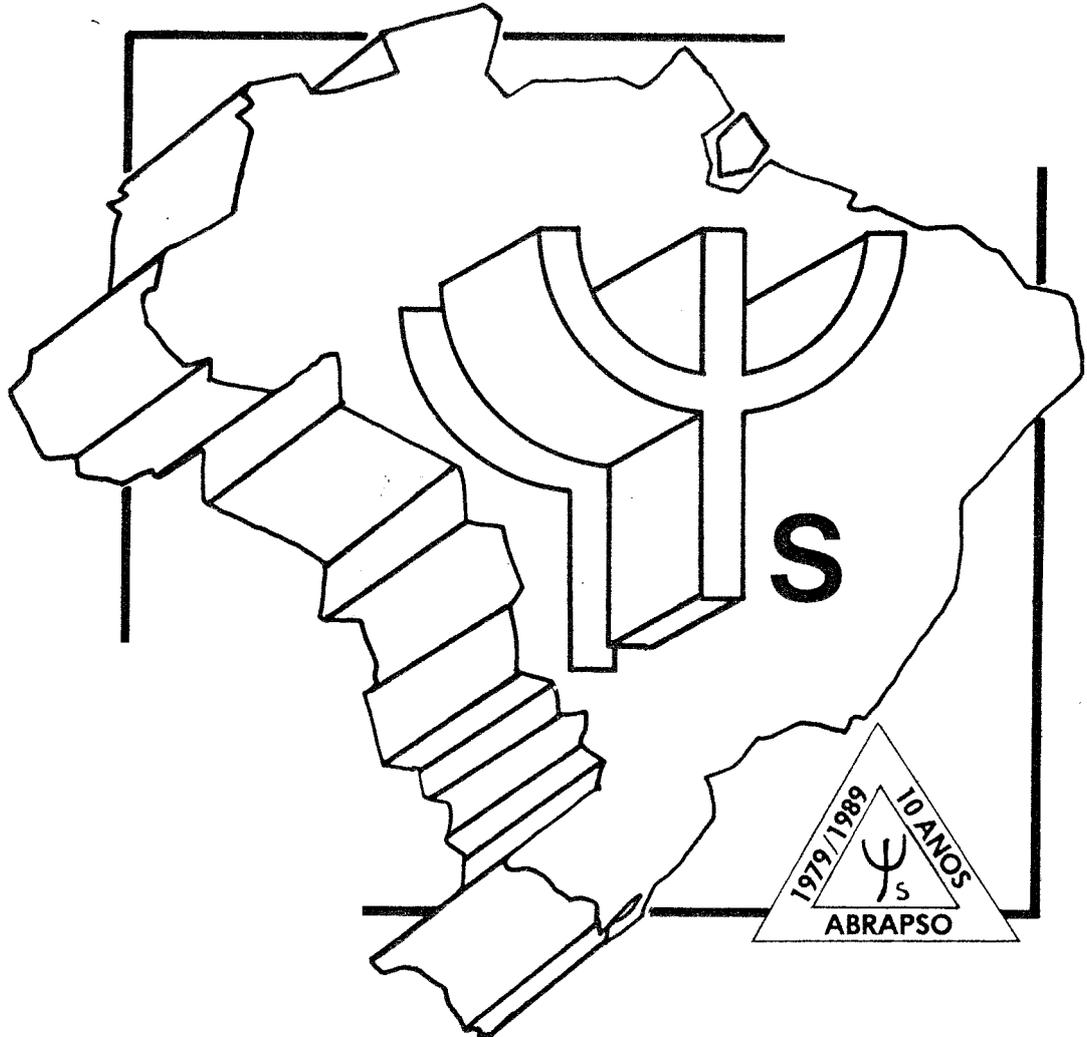


PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO

Ano IV * N° 7

Setembro de 1989



Publicação: ABRAPSO

Pró-reitoria de Extensão e Ação Comunitária da PUC-MG

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Elizabeth de Melo Bomfim
Marcos Vieira Silva
Vânia Carneiro Franco

SERVIÇOS DE DATILOGRAFIA

Vanêssa de Menezes Ferreira

ABRAPSO - DIRETORIA DO BIÊNIO JULHO/87 - SETEMBRO/89

Presidente: Dra. Elizabeth de Melo Bomfim

1º Secretário: Marcos Vieira Silva

2º Secretário: Karin Ellen von Smigay

1º Tesoureiro: Bianca Guimarães V. Carneiro

2º Tesoureiro: Maria Ignês Costa Moreira

Vice-Presidente Regional M.G.: Vânia Carneiro Franco

Vice-Presidente Regional E.S.: Maria de Fátima Quintal de Freitas

Vice-Presidente Regional S.P.: Luis Carlos Rocha

Vice-Presidente Regional D.F.: Alcione Alves da Costa

Vice-Presidente Regional Sul: Angela Pires Caniato

Representante Núcleo Pb: Rosa Nader

Representante Núcleo Pe: Roberto Mendoza

Representante Núcleo R.J.: Marise Jurberg

Representante Núcleo Ce: César Wagner L. Gois

Representante Núcleo Pa: Alice da Silva Moreira

Representante Núcleo S.C.: Brígido V. Camargo

Representante Núcleo Uberlândia M.G.: Antônio dos Santos Andrade

Endereço ABRAPSO: Rua Carangola, 288 - sala 324
Belo Horizonte - M.G.
30.350

PSICOLOGIA E SOCIEDADE

Revista da ABRAPSO - Associação
Brasileira de Psicologia Social
Ano V, n° 7, Set./89.

Anais do IV Encontro Nacional de
Psicologia Social

ABRAPSO

Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária - PUC-MG

SUMÁRIO

	Páginas
EDITORIAL.....	07
TEMAS EM PSICOLOGIA SOCIAL.....	09
MULHERES: (RE) PARTIDAS E EXCLUÍDAS	
Karin Ellen von Smigay.....	11
DELEGACIA DE MULHERES: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA SOCIAL	
Maria Ignez Costa Moreira.....	19
PSICOLOGIA E HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL? OU PSICOLOGIA E HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA!	
Mitsuko Aparecida Makino Antunes.....	30
UMA TÉCNICA DE ANÁLISE DO DISCURSO: ANÁLISE GRÁFICA	
Sílvia Tatiana Maurer Lane.....	37
NOTAS SOBRE A PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA NO BRASIL	
Elizabeth de Melo Bomfim.....	42
PSICOLOGIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA: UM PROJETO DE ATUAÇÃO INTEGRADA	
Marcos Vieira Silva e Emerson Oliveira Pedersoli.....	47
INFORMAÇÃO E LAZER	
Vânia Carneiro Franco.....	54
PSICOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS	
CONSIDERAÇÕES SOBRE ASPECTOS MICRO-SOCIAIS NA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
Salvador A. M. Sandoval.....	61
O PAPEL DE LÍDERES INTERMEDIÁRIOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM FAVELAS NA CIDADE DE SÃO PAULO	
Nancy Córdia.....	73

OS CONSELHOS DE SAÚDE: PARTICIPAÇÃO OU CO-OPTAÇÃO?	
Mary Jane Paris Spink.....	90
A FORMA DO INFORMAL	
Peter Spink.....	99
PSICOLOGIA E MOVIMENTOS POPULARES: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE APROXIMAÇÃO	
Genaro Ieno Neto.....	108
PSICOLOGIA E COMUNIDADE.....	117
O PSICÓLOGO NA COMUNIDADE	
Elizabeth de Melo Bomfim.....	119
PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA	
Alberto Abib Andery.....	125
FRAGMENTOS DE UM TRABALHO COM A COMUNIDADE	
Regina Sileikis Pimentel.....	136
A PSICOLOGIA NA COMUNIDADE	
Luiz A. Calmon N. Lastória.....	143
COMUNICAÇÕES.....	147
O BILINGUISMO EM CABO VERDE	
Giordano Tourinho Custódio.....	149
DA INSTITUIÇÃO À RUA: TRAJETO DA IGREJA CATÓLICA	
Iraci do Carmo Dias.....	163
ABRAPSO EM MINAS: UM MOVIMENTO SOCIAL, UMA GESTÃO	
Elizabeth de Melo Bomfim.....	169

EDITORIAL

O sétimo numero de "Psicologia e Sociedade" acena a despedida da diretoria nacional - gestão 1987/89 e responde como "Anais do IV Encontro Nacional de Psicologia Social". Durante dois anos e dois meses a diretoria procurou, com todo empenho e trabalho, contribuir para o desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil.

A ABRAPSO esteve, neste período, envolvida em mais de trinta eventos científicos, cresceu 800% o número de sócios, divulgou informações e publicou mais de 125 artigos nos números 3, 4, 5, 6 e 7 da revista

A diretoria termina seu mandato recompensada pelos êxitos alcançados e sabendo que muito ainda há a ser feito. Agradece o apoio recebido de todos os que auxiliaram durante esta gestão.

Registramos vários ganhos e, infelizmente, uma grande perda: a do nosso colega Dirceu Pinto Malheiro. Este número de "Psicologia e Sociedade" é dedicado, com carinho, à memória de Dirceu.

TEMAS EM PSICOLOGIA SOCIAL

MULHERES: (RE)PARTIDAS E EXCLUÍDAS (*)

Karin Ellen von Smigay (**)

O primeiro ponto que propus para esta mesa, nesta manhã, é: por que não incluir neste tema as mulheres?

Objeto preferencial de troca, partidas e repartidas, excluídas - este é nosso cotidiano. Foi assim que o movimento feminista colocou em pauta tais questões, especialmente nestes últimos doze anos. Hoje nos parece bastante transparente sua presença política no cenário nacional - que o digam, de certa forma, as conquistas da Constituinte - tendo resistido às tentativas de desqualificação das quais, ainda, é alvo. O que há de novo, neste movimento, é a recriação de uma prática de discussão política que, revelando sua temática própria (a opressão de gênero), revela, também, as contradições da sociedade brasileira.

Maria Célia Paoli, em seu artigo "Mulheres: lugar, imagem, movimento" ⁽¹⁾, chama-nos a atenção para aspectos significativos do debate feminista. Diz ela que, ao se colocar "a questão do direito à diferença como recusa a se dissolver em um tipo único e genérico de oprimido" evidenciou-se a "extrema heterogeneidade da sociedade brasileira e, por consequência, a diversidade das formas concretas de dominação que se criam e recriam no interior das formas de exploração vigentes". ⁽²⁾

O que temos buscado, então, ao nos organizarmos em defesa de nossos interesses, tentando dar visibilidade a nossa história própria no interior dessa sociedade concreta, que nos violenta com sua heterogeneidade, nos parte e exclui do exercício pleno de cidadania?

Bem, a primeira resposta, creio, deve ser a de que levantamos a especificidade do feminismo na sociedade e na política e buscamos nos-

(*) Professora no Departamento de Psicologia Social da UFMG.

(**) Texto apresentado no IV Encontro Nacional de Psicologia Social - Vitória Setembro de 1988.

so reconhecimento enquanto sujeito. Assim, nos perguntamos por questões que vão da representação política e voz autônoma até a sexualidade e o trabalho feminino, passando por maternidade e responsabilidades familiares, padrões de reprodução, espaço doméstico, etc, etc Pusemos em debate a tese de que o privado é político e discutimos aquilo que Foucault denominou "as formas moleculares de poder". (3) Tocamos em pontos como a invisibilidade da experiência real, concreta, das mulheres nas relações sociais; falamos do silenciamento e solidão da vida, na demarcação de um espaço próprio, mas não escolhido por nós. Enfim, discutimos e queixamos, amargamente, então, acerca da tese de que a anatomia é o destino.

A questão da identidade da mulher constitui-se no ponto central ao movimento. O que significa o feminino enquanto imagem? Como se formam as relações numa situação específica de opressão? E uma segunda, mas fundamental questão que nos foi colocada ao descobrirmos a condição feminina: agora, não mais se opondo simplesmente à encarnação de um autoritário masculino, como buscar uma ampla visão das relações entre sexo e aí encontrar as teias de opressão e discriminação da sociedade?

Assim, se num primeiro momento tentávamos pensar no funcionamento das instituições públicas (por exemplo, nas desigualdades das práticas jurídicas, assistência médica, desigualdade salarial, carestia de vida), enfim, nas lutas gerais, passamos, num segundo momento, para as lutas específicas. A divisão sexual do trabalho, reprodução da força de trabalho, a posição de desigualdade da mulher na sociedade - estas eram algumas das denúncias de um feminismo emergente, vigoroso, disruptivo.

Compreendemos que a divisão sexual do trabalho não se apenas através do capital, mas da dominação patriarcal, entendida fazia como o poder simbólico do pai. Nesse momento definimos a cultura como política e mostramos como o patriarcado, enquanto cultura e relações sociais, prende a sexualidade da mulher e controla sua capacidade reprodutiva. O texto de Maria Inês (ver nesta mesma revista) traz exemplos concretos do que acabo de lhes dizer. Compreendemos, então, que a família era o mecanismo por excelência desse controle. Chegamos, mais uma vez, à vio-

lência que nos oprime.

O que hoje, aqui neste Encontro de Psicologia Social, propomos pensar, e que a produção dessa violência é parte constituinte da violência social e que, por pressuposto, todas as mulheres, vale dizer - o feminino - mantêm uma especificidade nesta relação com a violência. Enquanto produção sócio-cultural, masculino e feminino são interfaces de uma diade na qual cada pólo existe apenas em relação ao outro.

Tanto na reprodução de tais relações, quanto na sua defesa quando em situação de ameaça, a violência é uma prática entre homens, mercado de trabalho, instituições e mulheres. Se, por um lado, ela pode ser explicada pela situação socio-econômica e jurídica da mulher, por outro lado é intrigante que não seja sistemática e vigorosamente denunciada por suas vítimas. Isto sugere que a dominação ideológica se completa no estabelecimento de um falso consenso, de acordo com o qual as mulheres se abandonam a um destino que consideram inevitável. De fato, o entendimento que a mulher tem da violência pode tomar diferentes configurações, dependendo do que se considera, se legítima ou se recusa como violência, bem como da representação que a mulher tem de si enquanto sujeito social que a vive e a sofre. "Sofrer é sina de mulher"; "mulher nasceu mesmo é pra sofrer"; escutamos por aí.

Assim nos perguntamos, minha companheira de pesquisa e eu, como nós, sujeitos de uma cultura determinada, vivenciamos e compreendemos a violência, Como esta se faz presente em nossas vidas e nossa identidade.

A violência pode ser entendida como sintoma, e neste caso sugere a existência de alguma outra coisa que está subjacente a relação e sobre cujo silenciamento se apoia. Tentando entender esse sintoma é que os convidado, hoje, a percorrer conosco alguns de nossos pressupostos

(*) As reflexões a seguir são parte de um trabalho de ensino, pesquisa e extensão, realizado com mulheres, no Departamento de Psicologia da UFMG, de Lúcia Afonso e Karin von Smigay, intitulado: "Enigma do feminino e estigma das mulheres", apoiado pela Fundação Carlos Chagas.

teóricos.

Durante alguns meses, um tempo de (em) nossas vidas, estivemos envolvidas em grupos de mulheres, onde refletíamos sobre nossa condição. Éramos diversas. Em nossos encontros buscávamos compreender as formas de violência a que estamos submetidas, de maneira geral, na sociedade (a despeito de nossa diferente inserção social) e pensávamos acerca de nossas alternativas. Tentando entender a violência em nossas vidas, revisávamos seu significado. Falávamos de nós, da família, do corpo, dos parceiros, dos medos e desejos. Percorriamos os caminhos de nossa estigmatização, buscando alterá-los. E hoje, debruçando-nos sobre aquilo que ousamos, então, dizer, podemos compor um breve texto.

O ESTIGMA DO FEMININO, DESSE FEMININO PARTIDO

A construção da identidade da pessoa liga-se aos papéis sociais que ela desempenha, à imagem que tem de seu corpo como fonte de prazer e dor, à diferenciação que faz entre si e o(s) outro(s) e a possibilidade que tem de **"lidar com certas situações interpessoais, na posição de quem possui um saber sobre alguma coisa que o parceiro da relação desconhece"**. ⁽⁴⁾

De que maneira nos percebemos nossa **identidade feminina**, a que papéis e imagens a associamos, como sentimos esse **corpo de mulher**? Que saber temos sobre nós **mesmas**?

Os conflitos vividos para estabelecer uma identidade, diante dos estereótipos do masculino/feminino, estão presentes na vida de muitas de nós. Percebemos, por exemplo, que, ao querer fazer coisas consideradas do mundo masculino (como trabalhar, estudar, empreender, fazer palestra, somos pressionadas no sentido de **masculinizar** nossa aparência. Isto traz ambigüidade, dúvidas, negação.

O corpo e a sexualidade feminina são também fonte de ambigüidade para nós. Vigiado com ansiedade desde a adolescência - e, às vezes,

desde a infância - também o corpo se assemelha a um estigma que a menina carrega.

Desejam-se os sinais de mulher - menstruação, seios - e ao mesmo tempo se tem a emergência dessa mulher adulta. Há o medo de ter que se conformar com um destino social, ao mesmo tempo em que se teme desejar mais do que isso.

Entre nós escutávamos tímidas falas, dizendo de nossa exclusão e de nossa participação. **Eu tinha inveja das colegas porque não tinha nem corpo direito**, nos conta uma das mulheres no grupo de reflexão. Não ter corpo equivale a não existir. E porque 'corpo direito'? Há corpo errado? Torto? E nos perguntamos: corpo direito equivale a carpa de mulher? Se não temos um corpo direito/de mulher, temos corpo errado? Seria um corpo de homem? de não mulher? Um avesso? Pois um corpo avesso nos informa da existência de um corpo certo/padrão. Padrão nos remete à norma, a regra.

Um corpo errado é um corpo sem norma, sem regra. Infantilizado, des-regrado, sem menstruação. O corpo de uma mulher é o corpo marcado pelo sangue, pelas regras - é um corpo regrado.

O estar menstruada é nomeado como **ser moça**. Não menstruar e se indiferenciar do homem: quem não traz a marca. E se, culturalmente, a menstruação é cheia de conotações negativas, ela nos dá a marca, um traço negativo, um menos: o estigma.

Em nossas falas, o estigma aparece não como construção romântica, mas como fator de inquietude. Assim como o negro, na sociedade racista, é impelido a encarnar o corpo e os ideais de ego do branco e a recusar a presença de seu próprio corpo, ⁽⁵⁾ a vivência da violência através do corpo feminino carrega um estigma. Apesar de não encarnar o corpo do macho como o ideal, contrapõe-se-lhe como forma secundária, preterida, falha. Um corpo cuja sexualidade negada é representada como falta/ausência, desconhecimento/mistério, e cujo projeto (ideal) não parte de si própria ou da própria vivência, mas da necessidade de se cons-

tituir como objeto ideal do desejo dos outros. Vivemos ocupados com a (re)construção de um corpo para o outro - vestimos, desvestimos, vamos a ginástica, tantas são as práticas na sociedade de consumo que nos remete a "salvar" o corpo para o gozo do outro (6). A ordem da cultura - as formas como o corpo feminino é representado e criado como objeto de desejo - vai garantir essa alienação, ser para o outro.

O ideal do ego pode ser considerado **"um produto formado a partir de imagens e palavras, representações e afetos que circulam incessantemente entre a criança e o adulto, entre o sujeito e a cultura"** (7) Apresentando o corpo feminino como fãlta e objeto ideal do desejo do outro, a cultura o fetichiza. Estereotipado e barrado pelo **fetice**, o corpo feminino dificilmente será aceito e legitimado em suas dimensões da dor e do prazer. Não apenas o seu prazer, mas também a sua dor lhe serão negados. Solicitada a acompanhar estritos ideais estéticos, nós mulheres deveremos operar com nosso corpo, de acordo com uma ortopedia estética, submetendo-o a uma constante vigilância e mantendo com ele uma relação de suspeição e perda. Assim, aprendemos que **"um corpo que não consegue ser absorvido do sofrimento que inflige ao sujeito torna-se um corpo perseguido, odiado, visto como foco permanente de ameaça de morte e dor"** (8). Estamos em busca do modelo estético dominante, custe-nos o que custar.

Quando se tem de viver numa relação de opressão, em constante vigilância de si mesmo, **"a economia psíquica passa a gravitar em torno da dor"** (9), interdita a esperança de romper com a relação de reviver as promessas de prazer. **"Diante da dor, o que interessa é recompor a integridade do aparelho psíquico esgarçado pelo estímulo excessivo"** (10) Assim, para neutralizar a experiência de dor, o psiquismo se rigidifica e aciona defesas, entre elas a de impulsionar um processo narcísico. Desta forma narcisismo e o masoquismo aferidos à mulher poderiam ser melhor analisados como efeitos e produção das relações de violência sócio-cultural que **a cercam**.

Fenômenos semelhantes a essa rigidez psíquica têm sido trabalhados em outras pesquisas, assinalando a estereotipia e a fragmentação

da fala e do pensamento feminino, aliados à dificuldade da mulher em se ver como responsável por suas próprias decisões.

O desconhecimento sistemático que a mulher apresenta sobre seu corpo faz parte de uma estratégia de sobrevivência em uma sociedade onde lhe é vedado saber e operar a própria sexualidade. Essa minimização de sua capacidade age no sentido de diminuir a depressão e a culpa por saber o que não lhe é permitido, agir como não lhe foi indicado. Seu corpo é repartido e negado e isso lhe barra qualquer saber sobre si. Daí pensarmos que a **não-representação** que se pressupõe característica do corpo feminino é um efeito dos impedimentos culturais ao saber sobre o corpo.

Assim, o corpo feminino e a sua identidade estariam escondidos, não por sua topografia biológica, mas pelas formas como a sociedade tem permitido e proibido a sua nomeação e seu reconhecimento. Ou seja, pelos jogos de nomeação/silêncio, desconhecimento/segredos, que estão presentes nos discursos da sociedade sobre a mulher, e que proliferam sobre ela imagens míticas já reveladas: a sedutora, a virgem, a sacerdotiza, a histérica, a mãe.

Neste caso, o desconhecimento e estratégia de sobrevivência de mulher, como é estratégia de dominação para o homem na interface feminino-masculino. Nas relações cotidianas, a ambigüidade do desejo e a dor é encapsulada nos sentimentos de **pureza** e de **vergonha**, ao mesmo tempo álibi e estratégia que veicula o desejo, sem incorrer em séria transgressão da norma social.

Refletindo sobre a violência, algumas mulheres contam que escondem-se quando marcadas pelo espancamento de seus companheiros. Algumas o justificam dizendo que era preciso **manter as aparências, preciso ter vergonha**. Primeiro, preservar o corpo intacto, o corpo virgem, que depois poderá ser destruído e silenciado.

A vergonha de se mostrar ferida escamoteia a reflexão sobre a dor. Nesse sentido, ela age como mecanismo de reprodução do desconhecimento da extensão e legitimidade dessa dor. O corpo machucado deve per-

manecer oculto para que não sirva de curiosidade ou denúncia. Quer em seu prazer ou em sua dor, deve permanecer um segredo. Mistério esse que não **pertence** ao homem, à mulher, mas a uma dinâmica específica da reprodução das relações entre o masculino e o feminino. Prazer e dor também precisam ser nomeados para que o sujeito com eles opere. O que podemos aprender apenas através das sensações?

O que se aprende com o corpo:/ a falar consigo! mesmo! em segredo:/ (...) o que se aprende/ com o corpo/ só/ abismo . ⁽¹¹⁾.

BIBLIOGRAFIA

- (1) PAOLI, Maria Célia: Mulheres: lugar, imagem, movimento. in: Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, nº 4.
- (2) PAOLI, M. C. op. cit.
- (3) FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- (4) COSTA, Jurandir Freire. Violência e Psicanálise. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- (5) COSTA, Jurandir. op. cit.
- (6) BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. Lisboa, Edições 70, 1981.
- (7) COSTA, Jurandir Freire. op. cit.
- (8) COSTA, Jurandir Freire. op. cit.
- (9) RODRIGUES, Arakcy. Operário, Operária. 1979.
- (10) ALVES, Branca Moreira. Sexualidade e Desconhecimento: a negação do saber. In: Vivência: História, Sexualidade e Imagens Femininas. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Brasiliense, 1980.
- (11) AFONSO, Lúcia. Corpo sábio sabe o corpo.

DELEGACIA DE MULHERES:
RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM PSICOLOGIA SOCIAL (*)

Maria Ignez Costa Moreira (**)

"Encontrei meu marido ás três horas da tarde com uma loura oxidada.
Tomavam guaraná e riam, os desavergonhados.
Ataquei-os por trás com mão e palavras que nunca suspeitei conhecesse.
Voaram três dentes e gritei, esmurrei-os e gritei,
gritei meu urro, a torrente de impropérios. Ajuntou gente, escureceu o sol,
a poeira adensou como cortina.
Ele me pegava nos braços, nas pernas, na cintura,
sem me reter, peixe-piranha, bicho pior, fêmea ofendida, uivava.
Gritei, gritei, gritei, até a cratera exaurir-se.
Quando não pude mais fiquei rígida,
as mãos na garanta dele, nós dois petrificados,
eu sem tocar o chão. Quando abri os olhos,
as mulheres abriam alas, me tocando, me pedindo graças.
Desde então faço milagres.

(Briga no Beco - Adélia Prado)

(*) Psicóloga (em desvio de função) - Setor de Psicologia da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher.

(**) Resumo: O presente texto pretende expor as dificuldades e as perspectivas da implantação do Serviço de Psicologia na "Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher"; apresentar e analisar o perfil e as demandas da mulher vítima de violência e finalmente discutir a questão da violência específica contra a mulher.

1. INTRODUÇÃO

O presente relato pretende ser uma reflexão crítica sobre as atividades por mim desenvolvidas no período de outubro de 1986 a fevereiro de 1987.

A "Delegacia da Mulher" foi criada em Belo Horizonte em novembro de 1985. Fui designada em outubro de 1986, pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, para trabalhar na Delegacia, embora em desvio de função (o que significa que exerço a função de psicóloga mas não tenho o cargo compatível).

A estruturação na "Delegacia da Mulher" de um serviço de apoio e orientação psicológica, começou a ser gestado neste período. Geração difícil, mas como é próprio, carregada de sentimentos ambivalentes e de muita esperança pelo novo que há de vir.

Nesta fase inicial de trabalho tenho passado por um intenso aprendizado da diferença e da igualdade. As dificuldades são muitas. Entre elas a "estranheza" da psicóloga na Delegacia, que procuro atenuar pela aproximação e tentativa de compreensão do universo particular das policiais com sua formação específica, mas mulheres, que também inauguram novos espaços. Por outro lado no exercício cotidiano e exaustivo de apreender uma instituição que até então desconhecia: A Delegacia com sua hierarquia, seu funcionamento, enfim, toda a sua articulação do poder.

Neste cenário o encontro com a mulher vítima da violência é um desafio à psicologia. É preciso estar atenta à sua fala, às suas demandas, para a partir delas poder construir uma nova proposta profissional.

Sendo até o momento, a única psicóloga, trabalhando na Delegacia da Mulher", procuro quebrar minha solidão, discutindo sempre que possível meu trabalho com outras mulheres que por opção política e profissional têm lidado com questão da violência contra a mulher. Escrever

este trabalho foi uma idéia que brotou destes encontros.

2. O PROJETO INICIAL: GRUPO DE MULHERES

O projeto inicial, constava basicamente de três fases. Na primeira a atividade principal, que considerei muito importante, foi o estudo dos Código Civil e Penal, nos artigos referentes aos "Crimes contra a Mulher"; e ainda das publicações específicas sobre a violência contra a mulher. A leitura do código possibilitou-me conhecer as leis que "protegem" a mulher e a familiarizar-me com a linguagem jurídica. Nos estudos sobre a violência contra a mulher, pude não só começar a refletir teoricamente sobre o tema, mas também conhecer o atual estágio da experiência de trabalho de outras profissionais.

Na segunda fase, ainda no Departamento de Investigações, realizei um trabalho de observação do funcionamento da Delegacia, bem como a leitura de alguns inquéritos. Meus objetivos aqui, além de me familiarizar com a linguagem jurídico-policia bastante específica, foi o de procurar conhecer a atual abordagem policial dos crimes contra a mulher nesta passagem da Delegacia de Costumes à Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher. De maneira mais estruturada, as duas fases iniciais, foram realizadas num espaço de tempo de aproximadamente 2 meses.

A terceira fase do trabalho, ainda não foi realizada. Trata-se da formação de grupos de mulheres para a reflexão da violência sofrida.

Penso que o dispositivo do grupo sera de grande valia. O "Grupo de Mulheres", parece-me ser um facilitador da expressão da mulher, que entre iguais, tem a possibilidade de restaurar sua fala. Por outro lado, o grupo também age no sentido de fortalecimento da identidade da mulher, facilita ainda o processo de conscientização do problema sofrido.

Parece-me de grande importância que as mulheres, se conscien-

tizem, que o problema da violência não é apenas subjetivo e privado, mas também social e público.

Que a violência sofrida por Maria, Joana, Vera e tantas mais, atinge enquanto sujeito, mas também que esta violência se dirige especificamente às mulheres.

Em consequência, a denúncia feita por cada uma delas também não as beneficia isoladamente, mas têm força no sentido coletivo de facilitar a outras mulheres sua saída do silêncio.

Por fim, é preciso também favorecer o entendimento das muitas formas de manifestação da violência contra a mulher, que hem sempre se dá num crime, em sentido estrito. E estaríamos assim abrindo um outro espaço para a reflexão da condição feminina na nossa sociedade.

Por tudo isto, o grupo de mulheres, parece-me um espaço rico de possibilidades neste criar e re-criar das mulheres.

Infelizmente, neste estágio do trabalho esta prática não pôde ainda ser iniciada, por dificuldades tais como a falta de espaço físico.

Na sondagem feita no período de dezembro de 1986 a fevereiro de 1987, houve grande receptividade da proposta de grupo por parte das mulheres entrevistadas, no entanto, optei, por parar esta sondagem nas entrevistas seguintes dado à falta de perspectivas imediatas quanto ao espaço físico necessário. Pois, entendi, que não seria positivo criar uma expectativa, que, a curto prazo, não poderia ser respondida.

A partir de dezembro, foi criada uma "Ficha de 1º Contato", para facilitar o registro de dados das entrevistas, até então, haviam sido realizadas 33 entrevistas, onde foram anotados os relatos das mulheres, mas de forma não estruturada.

No período de novembro de 1986 a fevereiro de 1987 foram realizadas um total de 113 entrevistas, cujos dados trabalhei nos próxi-

mos itens.

Minha conduta neste período, foi de escutar o relato da mulher, procurando refletir com ela a situação acontecida, com algumas foram marcadas entrevistas de retorno; todas elas foram informadas quanto ao horário de atendimento psicológico, e sempre que houve necessidade e interesse da mulher ela foi encaminhada aos Postos de Saúde da Secretaria do Estado de Minas Gerais, para desenvolvimento de Psicoterapia. Com a falta do profissional de Serviço Social, são prestadas também informações quanto às instituições de Assistência Social.

3. QUEM SÃO ESTAS MULHERES?

Sabemos que a violência contra a mulher não é própria desta ou daquela classe social. Sabemos também que nem toda a mulher que sofre violência, seja qual for sua classe social de origem, faz a denúncia. Portanto, as estatísticas de que dispomos no momento, não diz respeito à violência sofrida pela mulher em geral, mas nos aponta para a violência sofrida pela mulher que denuncia.

O perfil que temos, então, é o da mulher que chega a Delegacia. Ele nos revela uma mulher jovem (14 a 32 anos) em período fértil, e sendo jovem com atributos físicos e sexuais valorizados; com uma escolaridade de primeiro grau incompleta; exercendo uma atividade doméstica remunerada ou não; mãe de filhos menores, e a maioria de mais de um filho; casada ou amasiada.

Na tentativa de compreender estas características, tento elaborar algumas questões, tais como: Porque a mulher não denuncia a violência sofrida? Porque denuncia? Porque na maioria das vezes, leva um tempo longo entre a violência e a denúncia? E quais semelhanças e diferenças guardam as mulheres de diferentes classes sociais? Além das questões formulo algumas hipóteses.

As mulheres das classes populares chegam em maior número à Delegacia, podemos entender que na nossa organização social, elas são a

maioria das mulheres brasileiras, portanto numericamente superiores às mulheres das classes média e alta. Por outro lado, entendemos que as mulheres das classes populares estariam mais familiarizadas com as instituições públicas, por exemplo, as da saúde, as quais recorrem quando necessitam de assistência médica para elas próprias e/ou seus filhos. Segundo, que têm uma aproximação de classe com a polícia e que a representam de forma ambivalente, por um lado temendo sua ação repressiva e punitiva, e por outro recorrendo a ela como fonte de segurança, informação e serviços tais como transportes de doentes, parturientes, etc.

Desconfiamos, que o índice de violência contra a mulher nas classes média e alta, é superior às denúncias que efetivamente chegam à Delegacia. Podemos entender que estas mulheres têm opções de serviços particulares de advocacia, que podem optar por resolver as suas questões pela via judiciária e não policial. Por fim, sua condição de classe pode levá-la a temer também as repercussões do "caso de polícia", no sentido da perda de "status" e prestígio social.

Entre as mulheres das classes populares que não fazem a denuncia, que não registram a queixa, embora venham a Delegacia na esperança de um conselho, de "uma conversa séria com o companheiro" por parte da Delegada, parece estar a dependência econômica absoluta; a sobrevivência já difícil com o salário mínimo do companheiro e quase impossível, com a pensão retirada do salário mínimo. "Ruim com ele, pior sem ele", nos dizem elas.

Por fim, parece que dois sentimentos impedem as mulheres de qualquer classe, a denunciar as violências sofridas, o medo, de uma represália, de que as piores ameaças se concretizem, e ainda a infinita esperança de que tudo mude um dia.

O perfil da mulher, também nos faz refletir sobre os motivos da violência. O fato de ser jovem e em período fértil de vida, pode nos levar a uma ligação entre a violência e a atividade sexual. Nos relatos de entrevistas encontramos frequentes descrições, de que a vio-

lência física é utilizada no sentido de obrigar a mulher a uma relação sexual ou ainda como forma de puni-la pela recusa à relação sexual.

Quanto à questão da mulher estar circunscrita ao espaço doméstico, podemos entender que é justamente dentro de casa, quando portas e janelas podem ser fechada, lá onde o espaço é privado, que ela se encontra mais exposta à violência, que ninguém vê, nem ouve, nem intervem. Pois, se a mulher que sofre violência em vias públicas raramente encontra alguém que a defenda ou testemunhe a seu favor, que dirá da violência exercida no espaço doméstico?

4. HÁ VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA...

A violência que é objeto do tratamento da "Delegacia Especializada em Crimes Contra as Mulheres", são os crimes previstos pelo Código Civil e Penal.

As queixas mais frequentes são a Lesão Corporal, a Sedução, a Ameaça, Estupro, e os Atos Violentos Contra o Pudor. É interessante notar que mesmo sendo todos estes crimes tratados pelos Códigos alguns seriam "banalizados" no cotidiano da prática policial:

"Às vezes é coisa leve é so o marido que deu uns tapas na mulher".

Este comentário feito por uma policial quando de minha chegada à Delegacia pode ser interpretado, em primeiro lugar pela familiaridade das policiais com as vítimas de agressão física dado a frequência bastante alta deste tipo de queixa na Delegacia; em seguida levando-se em conta a tolerância social concedida aos homens que agridem fisicamente às mulheres. Penso também que este comentário revela certa comparação entre a Lesão Corporal e os Crimes Sexuais, estes últimos mobilizando o horror por serem transgressões não só no nível jurídico, mas também no nível da cultura, principalmente quando as vítimas são crianças e o agressor o pai, o tio ou o companheiro da mãe.

Há um outro nível de violência relatada juntamente com a queixa-crime que ultrapassa os limites da ação policial, trata-se da violência simbólica, por assim dizer. Citaria como exemplos:

Primeiro, a mulher que é agredida fisicamente quando grávida, mesmo que ela não venha a perder a criança em consequência (o que muitas vezes acontece), traz a ela um sofrimento emocional imenso, não só pela agressão física em si, mas pelo fato desta ter ocorrido no período de gestação, sabemos que a mulher grávida na nossa sociedade ocupa um lugar quase mítico, do intocável, inclusive sexualmente.

Segundo, quando a mulher além de agredida fisicamente tem seus bens pessoais destruídos, queimar as roupas, a certidão de nascimento e a carteira de identidade de uma mulher, significa matá-la simbolicamente, esta mulher é tomada pelo medo, pelo horror, pois que a agressão psicológica é bastante forte.

Terceiro e último exemplo. seria o "Crime de Ameaça", que joga a mulher numa situação de completo medo e insegurança, pela possibilidade da ameaça se concretizar. Através da ameaça o agressor pretende e não raro consegue completo controle das ações da mulher.

Também não se circunscreve a ação policial a violência cometidas nas instituições: no trabalho, nos locais de moradia, nos serviços públicos, há uma outra violência surda às vezes, que cerceia mulher da sua condição de sujeito que pode e deve ser livre para seus projetos tomar suas decisões, ter autonomia. A violência que reduz a mulher à "natureza" à função biológica e que a esquece como sujeito psicológico, social, histórico, político.

Neste sentido, gostaria de citar dois exemplos: no primeiro uma determinada leitura do discurso jurídico faz de sua prática uma ação discriminatória da mulher, vejamos:

"Que a suplicada desde o início da vida conjugal demonstrou seu gênio violento e volúvel, ora desencadeando em agressões

verbais ora quedando-se silenciosa e totalmente alheia as coisas comuns parecendo mesmo não ser talhada para o casamento (grifo meu). A suplicada tudo fez crer pelo seu comportamento nestes dois anos que ela se casou por casar, pois sempre ignorou o que seja a vida conjugal tão estranha e que nunca desejou ser mãe, tanto é verdade que a coisa que ela mais sente entusiasmos é em pedir para comprar anti-concepcional (grifo meu). (Trecho de uma solicitação de desquite feito pelo advogado do marido).

O segundo exemplo diz respeito aos "crimes de sedução", nestes casos, uma das peças do inquérito é o laudo médico feito pelo IML. Há um quesito nestes laudos que diz o seguinte:

"A paciente reúne condições físicas e orgânicas para o matrimônio?" A esta pergunta encontrei a resposta SIM no laudo de uma adolescente de 13 anos. Acho que precisamos, discutir o sentido e as consequências desta resposta. O que realmente significa a iniciação precoce da vida sexual? O que significa uma gravidez na adolescência? Como é que os pais de uma menina de 13 anos recebem tal resposta? Que consequência terá este "sim", na vida desta menina? Será um presságio de todos os "Sins" que ela passará a dizer vida a fora dificultando o seu "Não"?

A respeito do crime de sedução há muito o que pensar e o que dizer, não gostaria de deter-me neste assunto no presente trabalho.

5. EXPECTATIVAS DAS MULHERES

Pude perceber, que nem sempre a mulher vem á Delegacia procurando processar o homem. Ela vem procurando às vezes orientação, proteção vem por que não acredita mais que ela sozinha possa enfrentar aquele que a faz sofrer, que a oprime.

Ela busca que alguém se interponha entre ela e o homem para mediar sua fala, alguém que possa falar por ela. Alguém que ela toma como LEI (em duplo sentido) que vai barrar, o homem, alguém mais forte

ainda que o homem e que pode fazê-lo calar, prometer e mudar.

Busca na Delegacia uma punição para o homem, sim, mas que necessariamente para ela não significa um processo, um julgamento, uma prisão, uma pena a ser cumprida.

A representação do papel da Delegacia, é de que o homem vai ser chamado para uma conversa, uns conselhos, até mesmo uma "prensa" ou uma "noite no xadrez".

Disse anteriormente, que a mulher demora as vezes muitos anos para registrar uma queixa contra o homem, mesmo quando os maus-tratos são constantes. Mais uma vez levanto a hipótese de que isso aconteça pela enorme esperança que ela tem que tudo mude, que ela possa ser feliz com ele. A Delegacia entra aqui como última esperança, último recurso para "ver se ele muda".

Algumas procuram a Delegacia para retirar a queixa porque depois da queixa registrada, não apanhou mais, houve uma promessa de mudança, e não quer prejudicar a vida profissional do marido.

Outra coisa visível é a culpa e o medo da mulher em vir denunciar o homem, é como se ela se sentisse culpada pelo comportamento do homem, por outro lado, a ligação afetiva com este homem é ambivalente, muitas vezes ele é o pai das crianças, o que é um fator complicador para esta mulher.

6. PERSPECTIVAS ATUAIS DO TRABALHO

Após a mudança das instalações da Delegacia, em 25 de fevereiro de 1987, o Serviço de Psicologia, passou a contar com uma pequena sala, onde não será possível ainda formar e atender um grupo de mulheres.

Penso que todas as dificuldades apresentadas até aqui, são resistências institucionais, aprendemos com a psicanálise, que as resistências não se enfrentam, interpretam-se, creio que uma forma de inter-

pretá-la atualmente, é trabalhar, é atuar no espaço do possível, como perspectiva tendo alargar este espaço.

Atualmente pretendo desenvolver as seguintes atividades:

- 1º) Divulgação do trabalho do Serviço de Psicologia no interior da Delegacia, através de um boletim informativo;
- 2º) Acompanhamento dos casos encaminhados para os Postos de Saúde;
- 3º) Seleção de Estagiárias no Departamento de Psicologia UFMG;
- 4º) Atendimento das mulheres individualmente.

PSICOLOGIA E HISTÓRIA: UNA RELAÇÃO POSSÍVEL?
OU PSICOLOGIA E HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA (*)

Mitsuko Aparecida Makino Antunes (*)

Se é longa a distância guardada entre a Psicologia e a História (enquanto áreas do conhecimento), o mesmo não se pode afirmar a respeito das relações entre os fenômenos psicológicos e históricos (enquanto fatos da realidade). Encontram-se estes últimos tão intimamente ligados, que separá-las só é possível a nível das idéias, pois que no plano da realidade, integram-se eles - em conjunto com outros fatores - numa só totalidade.

Cabe-nos, pois, no âmbito do conhecimento, empreender tais relações. Tal questão é complexa e envolve pelo menos dois pólos: de um lado a dimensão histórica dos fenômenos psicológicos e da própria Psicologia, e de outro lado a dimensão psicológica do processo histórico. Ocupar-nos-emos apenas de um pólo dessa questão, qual seja, as determinações históricas sobre a ciência psicológica e seu objeto de estudo.

**1 - DUAS DIMENSÕES DA RELAÇÃO ENTRE PSICOLOGIA E HISTÓRIA:
DA HISTORICIDADE DO FENÔMENO PSICOLÓGICO AOS DETERMI-
NANTES HISTÓRICOS DA PSICOLOGIA**

É preciso que se explicita a diferença entre a maneira como o fluxo do tempo influencia a dimensão psicológica do homem, da maneira como a Psicologia se desenvolve e se transforma no decorrer do tempo. A primeira instância refere-se à compreensão da realidade em si e constitui-se em objeto de estudo da Psicologia. A segunda refere-se à maneira como tal realidade é apreendida pelas diferentes concepções de ciência, e é, de certa forma, uma representação de tal objeto. Em outras palavras, pode-se afirmar que a primeira refere-se à realidade mesma e a se-

(*) Texto apresentado no IV Encontro Nacional de Psicologia Social Vitória - Setembro de 1988.

(**) Professora na PUC-SP.

gunda à sua representação, sendo ambas produtos históricos, porém diversamente determinadas e guardando cada qual sua autonomia relativa. Entretanto, uma e outra necessitam ser compreendidas também em sua conexão, e é essa tarefa um desafio para os pesquisadores na área, que urge ser empreendida.

2 - DA HISTORICIDADE DO FENÔMENO PSICOLÓGICO

Antes de mais nada, é necessário ressaltar que não apenas a dimensão histórica faz-se presente na manifestação psicológica humana, pois que é o homem uma totalidade que transcende seus próprios limites individuais. O homem concreto é síntese de determinações múltiplas, em constante movimento e conseqüentemente em processo contínuo de transformação. A compreensão histórica do fenômeno psicológico humano é justamente a compreensão de suas transformações, ocorridas no fluxo do tempo, através das relações de mediação entre seus múltiplos fatores e que dão a dinâmica da realidade psicológica. Em outras palavras, a dimensão histórica não pode ser apreendida isoladamente, é ela antes a possibilidade de captar a dinâmica do movimento produzido pelas relações entre as várias determinações que se fazem presente na psicologia humana.

A manifestação psicológica é um dos aspectos que totaliza o homem, pois que este não sendo fragmentado nem sendo mera somatória de elementos isolados é ao mesmo tempo e dialeticamente também social, biológico, político, econômico, cultural, etc. A mediação entre essa infinidade de aspectos é que produz a dinâmica do existir humano.

Dessa maneira, a compreensão de um aspecto da realidade humana - no caso o psicológico - implica na intelecção das relações travadas no interior de sua totalidade, sem o quê, corre-se o risco de ao isolar-se um aspecto, abstrai-lo da realidade concreta e assim distanciar-se do homem real, finalidade última do conhecimento que se busca. Assim, compreender a dimensão psicológica humana implica em ultrapassar os limites do meramente psicológico. É nesse contexto que se situa a preocupação com a busca da historicidade do fenômeno psicológico.

Pois bem, essa preocupação com as determinações históricas so-

bre o fenômeno psicológico, tem recebido pouca atenção dos pesquisadores e só recentemente tem aflorado. Há pelo menos dois grupos de pesquisadores que têm se ocupado dessa questão, sendo que um é constituído não de psicólogos, mas de historiadores, mais precisamente aqueles ligados à "História das Mentalidades"; o outro grupo é constituído principalmente pelos psicólogos sociais, especialmente aqueles que têm pesquisado questões como: O processo de construção e transformação da consciência, a formação da identidade e as várias modalidades e processos da representação social, dentre outras coisas.

Estes trabalhos constituem-se efetivamente como consideráveis avanços no que tange à busca de uma Psicologia que de conta de apreender o homem concreto, na medida em que estes procuram a compreensão do fenômeno psicológico articulado com os demais fatores que dão a totalidade e a dinâmica da realidade humana.

Entretanto, há entre o fenômeno psicológico e a Psicologia uma relação nem sempre suficientemente clara. Pode-se dizer, a grosso modo, que a Psicologia é em última instância uma representação do fenômeno psicológico; e mais, pode-se dizer que é ela uma representação social, não apenas porque parte dela penetra na consciência coletiva de determinadas formações sociais, como também por ser ela produto do conhecimento (especificamente do conhecimento científico) e este por seu turno constituir-se em produto social. Disso decorre a necessidade de compreensão da Psicologia na sua dimensão histórica, como instrumento para se compreender a maneira como o fenômeno psicológico tornou-se objeto de conhecimento e principalmente as transformações que tal saber sofreu no decorrer do tempo. Trataremos a seguir a problemática específica da História da Psicologia e sua importância para o saber psicológico.

3 - DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: IMPORTÂNCIA E NECESSIDADES

A necessidade de compreensão da Psicologia enquanto instância técnica e prática que tem por objeto a dimensão psicológica do homem é algo que dispensa argumentações. A reflexão sobre o que é a Psicologia de onde e como ela vem, para que e quem serve, e algo tão imprescindí-

vel para o psicólogo como o conteúdo de suas teorias e o domínio de suas técnicas.

Entretanto, a Psicologia, na sua perspectiva histórica, é praticamente desconhecida. E como se há de compreendê-la sem que se conheça o processo pelo qual ela se originou, os fatores que permitiram e direcionaram seu desenvolvimento, as raízes que deram fundamentos à diversidade de abordagens teóricas e práticas?

Compreender a Psicologia e, pois, uma exigência da qual não se pode abrir mão, sem o quê, corre-se o risco de perder-se na superficialidade, pensar e agir sem bases sólidas e tomar pelo todo aquilo que tão somente é parte.

Tomando as palavras de Dermeval Saviani sobre a Filosofia da Educação, podemos aplicá-la à nossa questão e afirmar que tal conhecimento sobre a História da Psicologia deve ser "radical", "rigoroso" e "de conjunto". "Radical" no sentido de se buscar as raízes últimas, "rigoroso" como exigência teórico-metodológica e "de conjunto" como pressuposto de que a questão específica deve ser tratada dentro do contexto mais amplo no qual ela se insere. Essa afirmação se consubstancia na idéia de que não podemos nos contentar com um mero retroceder no tempo, mas buscar a dinâmica do processo que gerou a Psicologia contemporânea. Para isso, é preciso considerar pelo menos três aspectos que devem embasar o conhecimento histórico acerca da Psicologia:

- (1) seu desenvolvimento interno e específico;
- (2) sua fundamentação filosófica e
- (3) as determinações externas; aspectos estes apenas separados didaticamente, mas que ocorrem no processo histórico intrinsecamente relacionados.

Em relação ao seu desenvolvimento interno, é preciso que se compreenda como emergiram as primeiras preocupações com os fenômenos psicológicos, como estes eram definidos e quais eram os principais focos

de atenção, para daí empreender-se o acompanhamento de seu desenvolvimento, os contornos estabelecidos e a profusão de sua diversidade, baseando-se nos processos de mudança que vão sofrendo no tempo a definição de objetos de estudo, métodos e finalidades. Esse aspecto tem sido o mais frequente na historiografia da Psicologia.

Entretanto, a compreensão do aspecto exposto acima, implica necessariamente na compreensão de seus fundamentos filosóficos, isto é, a maneira como a Psicologia surge, o modo como ela se desenvolve e a diversidade que ela assume, sustenta-se em última instância; em diferentes concepções de homem e de mundo, das quais decorrem diferentes maneiras de se definir o objeto de estudo da Psicologia, seus métodos e seus fins.

Por fim, a compreensão das duas instâncias expostas anteriormente, só é passível de concreticidade, se se entende os fatores de âmbito social, econômico, político, cultural, geográfico, etc, como condições que são ao mesmo tempo determinantes e determinadas pela produção de conhecimento na Psicologia. Tais fatores constituem-se como elementos que facilitam ou dificultam a produção de determinadas formas de conhecimento, que exigem para sua legitimação que determinadas "verdades" sejam difundidas, que dão substrato para o desenvolvimento ou criam condições para a eliminação ou esquecimento de outros conteúdos do saber. Podemos afirmar que uma determinada formação social exige um aparato de ordem superestrutural que lhe de base de sustentação e legitimação, sendo a produção científica um dos mais importantes elementos para as sociedades modernas, dentro da qual inclui-se a contribuição da ciência psicológica. Dessa forma, faz-se necessário que se busque os elementos contextuais necessários para a compreensão da emergência, do desenvolvimento, das orientações e das diversificações que sofreu a Psicologia na sua história.

4 - SOBRE A PSICOLOGIA NO BRASIL

Se a necessidade de se compreender a História da psicologia é indiscutível, o que se dirá a respeito do conhecimento específico acerca

da nossa realidade e a maneira como aqui se inseriu e se desenvolveu a Psicologia da qual hoje fazemos parte?

Entretanto, poucas coisas são tão desconhecidas por nós quanto e o processo histórico da Psicologia no Brasil, para não dizer o quanto é desconhecida pela maioria do povo brasileiro a própria História do Brasil! Ora, conhecer e atuar sobre uma realidade implica numa compreensão mais aprofundada desta, não basta apenas o domínio específico e parcial de um só conjunto de teorias e técnicas. Ser psicólogo no Brasil exige conhecimento sobre o Brasil e por decorrência sobre a Psicologia que aí se desenvolveu.

Pouco sabem os psicólogos sobre a preocupação com o fenômeno psicológico que tinham alguns religiosos brasileiros durante a colônia o império, como estes percebiam a mulher e a criança, por exemplo. Tampouco temos conhecimento da passagem gradual de uma psicologia pré-científica para uma psicologia científica, que se revela em teses de doutorado em Medicina, que são produzidas desde os tempos imperiais até o início deste século. Mas quando houve realmente uma "explosão" da preocupação com a Psicologia? Quando e como são realizadas as primeiras pesquisas psicológicas; sobre que temas eram elas elaboradas? Tais fatos ligam-se diretamente a fatores de ordem social, econômica e política, num Brasil que se modernizava e passava de agrário-rural para industrial urbano, em que a Educação e os educadores eram os principais interessados nos avanços recentes da Psicologia no mundo, pois estes no afã de modernizar o processo educacional, viam na Psicologia o pilar de sustentação para uma Pedagogia científica. Não somente isso, mas também as instituições "psiquiátricas" se desenvolviam e articulavam-se com escolas de pensamento e exerciam papel social determinado no país...

Ora, isso é apenas uma amostra. Há muito o que se conhecer sobre o percurso histórico da Psicologia no Brasil. Mais que isso, há muito o que se descobrir sobre a História da Psicologia brasileira, pois são raros os estudos que dela se ocupam e grande a necessidade que temos

(*) Ver: MASSINI, Marina. As origens da psicologia brasileira em obras do período colonial. In: Cadernos PUC n° 23, São Paulo, Educ, 1987, pp. 95 a 117.

desse conhecimento, quase intocado, à espera que sejam descobertos, analisados, sistematizados, difundidos e conhecidos. Essa pequena e superficial amostra só tem como finalidade aguçar a curiosidade e, quem sabe, motivar para a pesquisa pessoas que possam contribuir para aumentarmos nosso conhecimento a respeito da Psicologia no Brasil, tarefa hoje que é imprescindível e ao mesmo tempo constitui-se um desafio, devendo ser urgentemente cumprida, na medida em que o domínio dos fundamentos é também base e alicerce para uma ação efetiva e consciente.

UMA TÉCNICA DE ANÁLISE DO DISCURSO

- Análise Gráfica - (*)

Sílvia Tatiane Maurer Lane (**)

Nos nossos estudos sobre a consciência, trabalhamos basicamente com o discurso sobre Representações que indivíduos elaboram a respeito dos mais variados aspectos de sua realidade social e neste sentido captamos o pensamento de indivíduos e grupos assim como as mediações ideológicas - consequência e de terminante de suas ações.

Dentro de nossa abordagem teórica, partimos então do discurso articulado em representações sociais (empírico) para, através de análises de conteúdo, chegarmos ao movimento da consciência que se processa pela articulação entre pensamento e linguagem.

O deslocamento da estratégia de pesquisa do procedimento de coleta de dados para o de análise dos dados - neste caso os discursos fizeram surgir problemas de natureza metodológica e técnica que se tornaram um desafio para que trabalhassemos com dados "duros" captando a linguagem e o pensamento em toda a sua materialidade, ou seja, a subjetividade individual materializados em dados cuja análise desvendaria a consciência individual em sua concretidade.

As propostas de análises, seja de conteúdo, seja de discurso, vem percorrendo um longo trajeto histórico como bem mostra Bardin em seu livro Análise de Conteúdo, que vai desde análises estatísticas de frequência de palavras empregadas até a interpretação a partir de temas e/ou categorias emergentes no discurso enfrentando sempre as questões da fragmentação, da interpretação e do pensamento real do sujeito que articulou o discurso, como um todo.

(*) Apresentado no Simpósio sobre Representação Social - XX Congresso Interamericano de Psicologia - 8/7/85 - Caracas.

(**) Professora de Psicologia Social da PUC-SP.

Quando falamos em dados "duros" não nos referimos a uma procura de neutralidade do pesquisador, mas sim a uma possibilidade de distinguir no procedimento de análise o que é do Sujeito e o que é do Pesquisador. Encontrar uma técnica de análise do discurso que, não importa quem faça, chega-se a uma mesma estrutura básica sobre a qual insidirá a "leitura" do pesquisador, era o desafio.

Partimos de alguns pressupostos para chegarmos a esta técnica de análise, tais como:

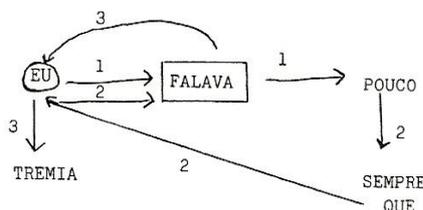
- a) não fragmentar o discurso, pois qualquer critério utilizado para tanto já traz em si uma interpretação externa;
- b) em consequência, as relações entre os "significantes" devem ser mantidas constantes. (Procurou-se utilizar preposições e conjunções como critério para definir as unidades de significação; porém o discurso oral utiliza pouco, principalmente, conjunções);
- c) o discurso, produto, da interação entre pensamento e linguagem, se processa em espiral, havendo assim, retornos e avanços, semelhanças e diferenciações;
- d) este movimento em espiral caracteriza significações centrais e periféricas.

Estes pressupostos em conjunto com os trabalhos de Flament Vergés e outros, elaborando "árvores" de representações onde estatisticamente se estabeleciam relações próximas e distantes entre significações que constituem uma certa representação social, nos sugeriam a possibilidade de se chegar a um esquema gráfico semelhante aqueles elaborados nos sociogramas - pelo menos, o processo de disposição gráfica seria semelhante na medida em que as relações necessariamente são mantidas.

Uma primeira pesquisa a utilizar esta técnica foi de Silvia Friedman, sobre "A Gênese da Cagueira". Seus sujeitos eram pessoas gagas ou que tinham sido gagas, que ela entrevistava pedindo que relatassem quando e como eles se perceberam com dificuldades de fala. Transcritas

as entrevistas gravadas, definiu-se e enumerou-se as unidades de significação (em geral sujeito e predicado). Num segundo momento, assinalou-se as palavras que se repetiam - estas seriam destacadas, sem deixar de manter assinalada a relação. Tomemos como exemplo:

"Eu falava pouco / sempre que eu falava / eu tremia".



E o discurso era reproduzido graficamente, mantendo-se as setas e os números que indicavam a relação e a sequência de forma a se poder ler a entrevista tal qual fora produzida.

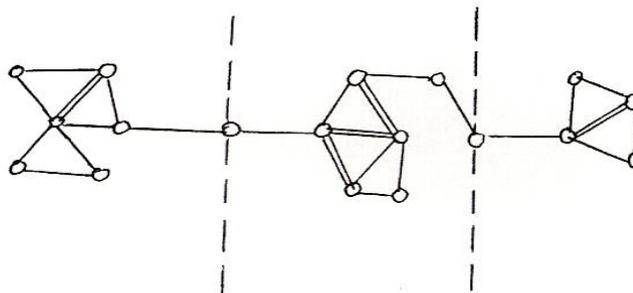
Na medida em que os gráficos iam se configurando e núcleos se destacavam, pudemos constatar que detectávamos núcleos de pensamento, recordando a análise feita por Vigotski referente a relação entre pensamento e linguagem, quando afirma a inter-penetração e a mútua dependência entre os dois, porém se processando em direções opostas: o pensamento indo do geral ao particular e a linguagem do particular ao geral. Assim a linearidade do discurso seria particularidades que se processavam em torno de um geral pensado e desta forma os núcleos que os gráficos detectavam seriam o pensado em torno do qual o discurso se articula.

Tudo indicava que conseguimos uma técnica para captar materialmente a relação pensamento e linguagem se processando através do discurso. O estudo de Silvia Friedman, avançou ainda mais quando analisando-se as relações entre núcleos pode-se perceber que eles se articulavam em categorias que constituíam efetivamente a gênese da gagueira, pois estas relações se repetiam para todos os sujeitos estudados, constituindo no seu conjunto, a representação que estes sujeitos faziam da sua gagueira. Estas categorias foram denominadas pela pesquisadora de:

Outros, Auto-imagem, Atividade Emocional e Nivel Motor ou Articulação oral.

Um problema técnico que se apresentou, quando se tratava de entrevistas de longa duração (em torno de 1 hora), foi o tamanho do gráfico que se estendia ao longo de folhas e mais folhas de papel, levando alguns pesquisadores a comprar papel em metro... Tudo para não fragmentar o discurso.

Após alguns metros de análise pudemos constatar que o discurso se processava numa sequência de temas ou momentos, com poucas ligações entre um e outro, Esquemmatizando, graficamente observa-se algo como:



Este fato indicava a possibilidade de dividir o discurso sem perder as relações, desde que se mantivesse a indicação da relação que se estabelecia entre um momento e outro e dos núcleos que se repetiam em momentos diferentes.

Um problema de natureza epistemológica surgiu a partir de várias análises feitas, e se refere à categoria. Como o primeiro estudo, sobre a gagueira, permitiu detectar com clareza categorias fundamentais, as demais análises se preocuparam em encontrar suas categorias específicas e fomos percebendo que em temas amplos nem sempre elas se apresentavam com nitidez, e o que chamávamos de categoria se aproxima a uma organização abstrata e muitas vezes interpretativa, nada nos garantia que

detectávamos categorias ontológicas. Possivelmente aquelas detectadas no estudo da gagueira emergiram com clareza por se tratar de um tema bastante específico. Em geral os outros estudos trabalhavam com temas amplos e sobre os quais cada sujeito relatava a sua vivência e representações particulares, indicando a necessidade de muitos outros estudos para se chegar a categorias ontológicas e não apenas lógicas (lógicas do pensamento do pesquisador).

Cabe ainda ressaltar, apesar das dificuldades encontradas, esta técnica torna a análise propriamente dita extremamente simples pois, através da descrição dos núcleos encontrados e das unidades significativas que se relacionam com eles, temos a Representação que o indivíduo elaborou, com suas contradições, com suas rupturas o que permite detectar elementos ideológicos que permeiam suas representações e assim chegarmos a constatar a sua consciência se processando.

**NOTAS SOBRE A PSICOLOGIA SOCIAL E
COMUNITÁRIA NO BRASIL (*)**

Elizabeth de Melo Bomfim (*)

**"Todo es hermoso y constante,
Todo es musica y razón,
Y todo, como el diamante,
Antes que luz es carbón".**

José Martí

Tomo a liberdade de iniciar este texto com uma citação do poeta cubano José Martí para tecer alguns comentários a respeito da Psicologia Social e Comunitária focalizando, especialmente, a situação brasileira. Isto porque o poema nos faz refletir sobre duas questões que, acredito, são pertinentes à Psicologia Social e Comunitária. A primeira questão diz respeito ao fato de que o diamante contém, em si mesmo, o carvão, e a segunda de que é a partir do negro carvão que o diamante consegue seu brilho. Comparativamente, poderíamos afirmar que a Psicologia Social e Comunitária no Brasil é o negro carvão em busca de seu brilho luminoso.

Historicamente, a Psicologia Social é originária das concepções européias e norte-americanas do final do século passado e teve como precursores G. Tarde, autor de "Les Lois de l' Imitation (1890); Gustave Le Bon, autor de "Psicologia das Multidões" (1895); E. Ross, autor do primeiro livro intitulado "Psicologia Social" (1908); e William McDougall, autor do manual "Introdução à Psicologia Social" (1908).

A década de 1920 mostra uma Psicologia Social acrescida da crítica feita por S. Freud às obras de Le Bon e de G. McDougall e de um primeiro objeto de estudo que se fazia específico: as atitudes. Com a publicação de "Psicologia de Grupo e Análise do Ego" (1921), Freud contri-

(*) Apresentado no "Encontros de Psicologia Comunitária". Fortaleza, Ceará, abril 1988.

(**) Professora de Psicologia - UFMG.

buiu para a superação da teoria do instinto de McDougall e da teoria do contágio de Le Bon. A teoria do instinto de McDougall foi também fortemente criticada pelos behavioristas que, na década de 20, conquistaram amplo espaço na Psicologia que buscava manter seu estatuto de ciência. Os behavioristas substituíram o termo instinto pelo de atitude que "é exatamente o mesmo conceito de instinto de McDougall, exceto pelo fato de atitude ser aprendida e não inata ou herdada" (Mata Machado, 1988). Com o estudo das atitudes a Psicologia Social elegeu um objeto que prevaleceu por algumas décadas, gerando vários estudos sobre suas medidas - as escalas de atitudes - e procedimentos para suas mudanças.

Antes da Psicologia Social ser introduzida oficialmente no Brasil - e aqui tomaremos como marco inicial a publicação do livro do Prof. Otto Klineberg, da Universidade da Columbia (EUA), cuja tradução se tornou o primeiro livro de Psicologia Social publicado no Brasil - vários estudos sobre a dinâmica dos pequenos grupos haviam sido realizados. A partir dos estudos de Kurt Lewin, meados da década de 1930, a Psicologia Social instituiu um novo e profícuo objeto: os pequenos grupos. Após a II Guerra Mundial, os estudos e trabalhos com os pequenos grupos desenvolveram-se intensamente no sentido de promover a adaptação ou a readaptação (no caso dos ex-combatentes) ao contexto social.

Quando o Prof. Otto Klineberg aceitou o convite da Universidade de São Paulo para lecionar a disciplina Psicologia Social, na década de 1950, ele trazia consigo uma bagagem teórica de tradição culturalista. Fortemente influenciado por autores da Antropologia, tais como Malinowski (autor de "Sexo e Repressão em Sociedade Selvagem" - 1927). Benedict ("Patterns of Culture", 1934) e Ralph Linton ("The study of Man" , 1936), Klineberg acreditava na existência de desigualdades culturais. As culturas não eram só diferentes mas desiguais, existindo, portanto, culturas superiores e inferiores.

Assim, a Psicologia Social já surge no Brasil, como um negro carvão, eivada de um conhecimento que visa o controle dos comportamentos (de indivíduos, grupos e multidões), a adaptação às estruturas sociais vigentes (manutenção da hegemonia) e acreditando nas desigualdades culturais e o Brasil, até onde eu sei, não era considerado como possuidor

de uma cultura superior). Tendo definido a Psicologia Social como "o estudo científico das atividades do indivíduo influenciado por outros indivíduos" (Klineberg, 1959), Klineberg propunha o estudo de temas tais como linguagem, comportamento social dos animais, motivação, percepção, memória, e Psicologia diferencial.

Paralelamente, no início da década de 1960, os professores da Universidade Federal de Minas Gerais, Pierre Weil, Célio Garcia e Rui Flores introduziam, no Brasil, as técnicas do T. Group (Training Grup) criadas pelo N.T.L. (National Training Laboratory in Group Developments, em Bethel, a partir dos estudos sobre conflitos raciais realizados por Lewin, Lippit, Benne e Bradford. As técnicas do T. Group, que tinha por objetivos **"mobilizar :forças de grupo para apoiar o crescimento dos membros como indivíduos singulares, simultaneamente com o crescimento como colaboradores"** (Moscovici, 1965), eram usadas pela equipe de psicólogos sociais de Minas Gerais com adaptações próprias e com influências também da sócio-análise de Van Bockstale. Esta técnica, aplicada na formação e aperfeiçoamento dos chefes do Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., foi denominada por Weil de "Desenvolvimento das Relações Humanas" (DRH). Pierre Weil passou a trabalhar com o psicodrama de J. L. Moreno - criado em 1931 - e, juntamente com Anne A. Schutzenberger irá publicar, já na década de 1970, o livro "Psicodrama Triádico", onde os autores fazem uma síntese entre as obras de Freud, Moreno, Kurt Lewin e outros autores.

Portanto, quando a Psicologia Social começa a se instituir efetivamente no Brasil, na década de 1960, seu arcabouço teórico-ideológico-prático já havia se constituído e mais, já era vítima de sérias e contundentes críticas. Jean Paul Sartre já havia criticado Moreno e Lewin e, nos Estados Unidos, apareciam os primeiros artigos denunciando a "crise da Psicologia Social". "É na Europa, principalmente na França e na Inglaterra, onde surgem, no final da década de 60, as críticas mais incisivas à Psicologia Social norte-americana, denunciando o seu caráter ideológico e, portanto, mantenedor das relações sociais. Obviamente, nada poderia ser alterado nas condições sociais de vida de qualquer sociedade, se a base fossem os conhecimentos desenvolvidos até aquele momento" (Lane, 1981).

Nos anos 60-70, a Psicologia Social no Brasil se desenvolvia e proliferava mas, já trazia, em seu interior, uma divisão fundamental. Por um lado, havia uma Psicologia Social que acreditava na neutralidade científica e se caracterizava por uma crescente importação de conhecimentos nem sempre adequados à nossa realidade. Dentro desta perspectiva da Psicologia Social surgiram as primeiras publicações de autores brasileiros, cujos textos são adotados nos vários cursos de Psicologia que eram criados em todo o país.

Por outro lado, crescia uma Psicologia Social não alheia aos movimentos contra-culturais e anti-institucionais mundiais mas, fortemente reprimida pelo momento sócio-político que o país atravessava. Silenciada pela repressão política, esta Psicologia Social viu surgir as primeiras "Comunidades Eclesiais de Base" (CEBs), de natureza religiosa e caráter pastoral. "As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nisia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros". (Frei Betto, 1981). Este movimento comunitário, assim como os demais movimentos citadinos (associações de bairros, grupos profissionais, centros culturais, etc) mobilizam os trabalhadores de saúde mental. Esta Psicologia Social que, na ocasião trabalhava com o tema/objeto "ideologia", esboçando críticas teóricas e metodológicas à Psicologia positivista dominante e demonstrando um descontentamento com a prática psicossociológica, associa-se ao movimento dos trabalhadores de saúde mental.

Na década de 1970 são criados os primeiros cursos de Psicologia Comunitária, voltados para a realidade social local e engajados nos movimentos citadinos, trabalhando com as questões de higiene (arte de viver), saúde (numa perspectiva preventiva) e na melhoria da qualidade de vida. Em Belo Horizonte - MG, o curso de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana já surgiu, em 1974, aliando a questão comunitária à questão ecológica. Tal aliança tem sido fortalecida dada à importância da consciência ecológica em nossos dias.

A Psicologia Comunitária nasce, portanto, como uma ramificação da Psicologia Social interessada no conhecimento e na prática junto à uma particularidade específica. Surge, nos cursos de Psicologia, como

uma disciplina optativa e não consta da relação de disciplinas curriculares proposta pelo Ministério da Educação. Em vários cursos de Psicologia tal disciplina ainda inexistia sendo, simplesmente, uma prática relacionada com atividades de extensão dos cursos ou de estágios supervisionados. Em algumas regiões do Brasil tem-se optado pela denominação "Psicologia na Comunidade" - , incluindo no termo os vários tipos de trabalhos que o psicólogo pode desenvolver junto às comunidades (atendimento clínico, escolar, asilar, etc) carentes. Em outras regiões, a Psicologia Comunitária vai delineando sua especificidade em torno de um trabalho junto a sujeitos sociais concretos que ocupam um determinado espaço físico-geográfico. Assim, a Psicologia Comunitária tem atuado quer nos processos básicos de saúde, saneamento e urbanização das comunidades carentes, quer nos problemas gerados no crescimento modernizador desenfreado proposto tanto pelas sociedades capitalistas quanto pelas sociedades socialistas.

Portanto, a Psicologia Comunitária é fruto de uma Psicologia Social preocupada com a realidade circundante. De uma Psicologia Social que via com bons olhos o crescimento do movimento comunitário brasileiro e que a ele aderiu num trabalho de busca de melhoria das condições de vida. E, com o movimento comunitário busca a forma de sua própria organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MATA MACHADO, M. N. e BOMFIM, E. M. Em torno da Psicologia Social. Belo Horizonte, Autônoma, 1988. p. 17.
2. KLINEBERG, O. Psicologia Social. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1959. p. 17.
3. MOSCOVICI, Fela. Laboratório de sensibilidade: um estudo exploratório. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1965.
4. LANE, Silvia M. O que é Psicologia Social. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 77/78.
5. BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 16.

**PSICOLOGIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA:
UM PROJETO DE ATUAÇÃO INTEGRADA (*)**

Marcos Vieira Silva (**)
Emerson Oliveira Pedersoli (***)

1. INTRODUÇÃO

O presente texto busca apresentar um projeto de trabalho desenvolvido pelo Departamento de Psicologia da PUC-MG, junto ao Serviço de Assistência Judiciária "Desembargador Lopes da Costa" (SAJ-PUC), órgão que tem por finalidade a prestação de serviços jurídicos gratuitos à população carente, além de propiciar a prática da advocacia aos alunos do curso de Direito da PUC-MG.

O trabalho foi solicitado pelo SAJ-PUC diante das dificuldades enfrentadas pelos estagiários de Direito ao lidar com "problemáticas de ordem psicológica", apresentadas pelos clientes que demandavam os serviços da instituição.

Trata-se de um trabalho recente, em andamento, aqui apresentado com o objetivo principal de promover uma troca de experiência com os interessados em debater as possibilidades de atuação da Psicologia Social.

**PROPOSTA DE TRABALHO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA PUC-MG
JUNTO AO SAJ-PUC-MG**

O Departamento de Psicologia da PUC-MG vem, há algum tempo, procurando desenvolver um processo de ensino voltado para nossa realidade, de modo que os alunos possam, ao longo do curso, se defrontar com os problemas da maioria da população e buscar formas de responder às

(*) Trabalho apresentado no II^o Encontro Mineiro e II^o Encontro Nacional de Psicologia Social - novembro de 1986.

(**) Professor Assistente do Departamento de Psicologia da PUC-MG.

(***) Aluno do curso de psicologia da PUC-MG.

suas necessidades. Tal perspectiva implica na busca de formas alternativas de ensino, onde não haja a tradicional dicotomia entre teoria, prática e pesquisa; requer que professores e alunos se defrontem com problemas concretos e busquem uma integração constante entre ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo projetos de trabalho nos quais a formação profissional está constantemente aliada à prestação de serviços à população.

A análise das experiências desenvolvidas tem mostrado alguns resultados positivos, bem como a necessidade de um aprofundamento cada vez maior nestas discussões.

Ao lado disto, são inúmeras as demandas que chegam ao Departamento de Psicologia da PUC-MG, provenientes de escolas, creches, asilos, hospitais, associações de bairros, etc., que buscam alguma forma de ajuda à solução dos problemas enfrentados por eles. O Departamento de Psicologia tem, então, procurado se aparelhar de modo a responder a tais demandas, ao mesmo tempo em que propicia a seus alunos uma formação mais integrada e realista. Assim, dispõe atualmente de um corpo de supervisores, os quais, a partir da elaboração de programas específicas, acompanham alunos-estagiários no desenvolvimento de projetos, contando ainda com o apoio de monitores especialmente contratados. Mantém em funcionamento um setor capacitado a prestar serviços de psicoterapia infantil, de adultos, diagnóstico psicológico, orientação, etc., dentro do próprio Departamento, além de desenvolver trabalhos em escolas de 1º grau, creches, asilos, hospital psiquiátrico, entre outros.

As possibilidades de integração do Departamento de Psicologia da PUC-MG com o Serviço de Assistência Judiciária vem de encontro aos interesses do Departamento, ampliando suas possibilidades de atuação no atendimento de uma população carente, e propiciando aos alunos uma formação melhor orientada. Além disso, significa uma oportunidade para experiências de trabalho interdisciplinar entre dois Departamentos da PUC-MG, e que, ternos certeza, será de grande proveito para todos.

2. OBJETIVOS

Geral: Promover um trabalho de integração do Departamento de Psicologia da PUC-MG com o Serviço de Assistência Judiciária da PUC-MG.

Específicos:

- a) Oferecer atendimentos psicológicos aos clientes do S.A.J.;
- b) Traçar um perfil psicossociológico do cliente que procura os serviços do S.A.J.

3. PROCEDIMENTOS

- a) Atendimento e acompanhamento dos clientes que solicitarem serviços do S.A.J. e que apresentarem dificuldades de ordem psicológica. O acompanhamento será realizado a partir do momento em que o cliente se apresenta ao S.A.J. e é atendido pelo estagiário de direito.

Poderá também ser solicitado pelos estagiários de direito, caso sintam necessidade, um acompanhamento dos casos que eles já estejam atendendo.

Se houver necessidade de um acompanhamento individual serão utilizadas pelos estagiários de psicologia as salas específicas, determinadas pelo S.A.J.

Os clientes que necessitarem de um atendimento mais aprofundado, como uma psicoterapia, serão encaminhados ao Departamento de Psicologia da PUC-MG.

Neste caso, o cliente será instruído a se inscrever para o atendimento de cada caso. A partir de uma entrevista inicial, o cliente poderá ser encaminhado para um aluno do último ano do curso, devidamente supervisionado.

- b) Elaboração de um perfil psicológico do cliente do S.A.J., a partir do acompanhamento dos casos, investigação de documentos e processos, contatos com estagiários e professores de direito. Acreditamos que este perfil será de grande utilidade para nosso trabalho junto ao S.A.J.

Os estagiários de psicologia manterão um "plantão" junto ao S.A.J., em funcionamento de 2ª a 6ª feira, no período da tarde.

4. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

No primeiro momento, o trabalho foi realizado através da observação dos casos apresentados pelo estagiário relator, aluno do curso de Direito, que faz a triagem dos clientes, para que pudéssemos ter uma idéia das demandas recebidas.

Organizamos um sistema de plantão com os estagiários de psicologia, de maneira que pudéssemos ter sempre um deles para acompanhar o atendimento prestado ao cliente.

Por outro lado, procuramos elaborar um diagnóstico inicial da clientela, a partir da leitura de processos e relatórios e das observações feitas no "plantão".

Percebemos que se trata de pessoas sub-empregadas, com baixos salários e nível sócio-cultural baixo. Muitos são do interior do Estado, sem muita instrução. Têm poucas informações sobre seus direitos. Alguns procuram o S.A.J. uma vez e não mais voltam, ficando seus processos sem continuidade.

De acordo com os levantamentos feitos pelos estagiários, as características mais presentes foram as seguintes:

As mulheres, na sua maioria, casam-se por ser a única opção de vida, de acordo com o contexto em que vivem. Preparam-se para casar e ter no marido a realização de seus sonhos, e sustentáculo da casa e

aquele que vai melhorar sua vida. Diante de decepções sucessivas separam-se (ou abandonam o lar), mas logo encontram novos companheiros, talvez como forma de se manterem financeiramente, acobertadas por um homem - aquele que vai protegê-las.

- A relação sexual nem sempre leva a uma satisfação, de acordo com as pessoas que atendemos (na maioria, mulheres). Devido ao desconhecimento que alegaram ter, se submetem a várias práticas sexuais onde O homem recebe mais. Com o tempo, se cansam de "serem usadas", e juntamente com outras problemáticas familiares, se separam.

- Na maioria dos casos, as mulheres que se separam voltam para a casa do pai.

- As mulheres se mostram mais confiantes na justiça do que os homens, pois a vêem como a última esperança de melhorar suas vidas.

- Os homens questionam muito sobre as propostas e soluções possíveis apresentadas pelos estagiários de direito e mostram certo receio quanto a validade da justiça e das leis.

- No momento em que os casais estão se separando, ocorre muita discordância quanto à repartição dos bens, à guarda dos filhos, horário de visitas e demoram a decidir o tipo de separação. Mas isto não é uma regra geral que engloba todos os casos.

- As mulheres quando chegam à separação é porque já se encontram muito revoltadas com os maridos e desiludidas com a situação que vivenciam com eles. O amor não é um requisito essencial para manter o casamento.

Os homens procuram negociar a pensão ao máximo e, como vimos, após a separação muitos não pagam a pensão estabelecida. Se revoltam porque têm que dar pensão para a mulher. Estas muitas vezes abrem mão da pensão para evitar maiores confusões com o marido.

- Há um grande despreparo para o casamento como uma relação inter-pessoal de troca constante, pois alguns homens abandonam as esposas sem nada dizer; outros espancam, traem, são ausentes.

- A bebida foi percebida como um fato que pode levar a separação, não só por ser um vício, mas pelo prejuízo que vai levando para a relação familiar e de casal.

- As mulheres mostram-se bastante dependentes emocionalmente e socialmente dos maridos. Muitas deixam de trabalhar ao se casarem e retornam em pouco tempo, quando o marido as deixa, para ajudar em casa.

Diante deste quadro, estamos nos perguntando: Qual é o nosso papel? Como atuar com tal problemática? Qual é o espaço de atuação da psicologia social, e, portanto, da psicologia?

Não somos terapeutas, mas estamos percebendo que nossas atuações têm, também, um sentido terapêutica para os clientes.

A atuação do estagiário implica no acolhimento, entrega e interesse pela pessoa e pelo caso apresentado. Temos a escuta como instrumento de trabalho, pois através dela estamos despertando interesse no sujeito de expor seus problemas. Esta exposição poderá aliviá-lo, significando um passo para a busca de solução de seus problemas.

A escola nos tem fornecido, ainda, dados importantes do sujeito, possibilitando a observação de sua linguagem corporal, a revelando sua disposição e interesse. A partir disso estamos podendo desenvolver intervenções que poderão auxiliá-lo no sentido de uma percepção mais clara das origens de suas dificuldades e das possibilidades diferentes de lidar com elas, até que ele possa discernir o que lhe é mais conveniente e determinar o seu próprio caminho.

Se houver um espaço de recuperação da identidade social do sujeito, ele poderá resolver melhor a problemática de ordem jurídica (que o levou a solicitar os serviços do S.A.J.)?

Pensamos que podemos contribuir para este processo.

O estagiário de direito não tem o menor preparo para lidar com a problemática psicossocial do cliente. Muitos deles têm nos procurado para solicitar um acompanhamento de processos que estão conduzindo.

Através do "contato jurídico", na maioria dos casos, a demanda do cliente é outra.

De maneira geral, o estagiário de Direito se relaciona com o caso jurídico, e não com o cliente.

Achamos que é importante investigar a representação que o cliente faz do seu "problema jurídico", bem como é importante investigar a representação que o S.A;J. faz da problemática psicossocial do cliente.

O trabalho está em andamento e estas são questões iniciais que trazemos para o debate. Esperamos que elas possam contribuir para trabalhos posteriores.

INFORMAÇÃO E LAZER

Vânia C. Franco (*)

"Mesa Redonda no Ciclo de Debates sobre Informação para os alunos do curso de Biblioteconomia - abril/89 - UFMG".

Para falar sobre Informação e Lazer preocupamo-nos em definir primeiro os termos, para em seguida estabelecer as relações entre eles. Por informação situamos como sendo quaisquer recursos ou fontes para captação de dados sobre determinada área. Como lazer, o Dicionário Aurélio traz "tempo disponível, folga, ócio". Podemos estabelecer, então, que o tempo de lazer pode significar um tempo privilegiado na aquisição de conhecimento para as pessoas em função de seus interesses e para a sua felicidade. Contudo, podemos constatar que os fatos nos mostram que não é bem assim que as coisas acontecem.

Voltando a definição de Aurélio "tempo disponível", dois pontos podem ser ressaltados: em função de que é a disponibilidade? e a existência de um outro tempo que não é disponível.

Portanto, preferimos, em vez de perseguir as relações entre os dois conceitos, fazer uma análise sobre o que significa o lazer para as pessoas, qual o lugar que ocupa em nossa sociedade, como pode ser visto em continuidade e, ao mesmo tempo, em contraposição ao trabalho.

Para tal, vamos enfocar:

- 1 - as concepções de trabalho e vida comunitária
- 2 - o que é o lazer
- 3 - o lazer em nossa sociedade.

Em relação ao primeiro ponto, a história do homem se caracteri-

(*) Professora no Departamento de Psicologia da UFMG e PUC-MG.

za pela sua constante luta pela satisfação de suas necessidades, materiais ou psíquicas, já que nosso mundo não nos oferece os recursos necessários a nossa vida. Temos que providenciá-las, produzindo nossa alimentação, vestimenta, defesa e nossas relações afetivas com o outro. E o trabalho produzido pelo homem tem adquirido contorno e valorização diferentes através de sua história. Assim no feudalismo antes do séc. XVIII, o trabalho produtivo não era valorizado. Só as classes subalternas o realizavam e realizá-lo constituía sinal de inferioridade na escala social. Os senhores preocupavam-se com a conservação de suas terras e seus domínios. Suas preocupações eram predominantemente políticas e seu trabalho era a guerra. Nesta organização social os valores eram outros: a produção tinha valor enquanto voltada para a subsistência, as festas no castelo, a aquisição de ouro e pedrarias, jóias enfim. Mas, ainda não tinha o objetivo de gerar o capital.

A vida comunitária era intensa entre os senhores, com os homens voltados para a manutenção e aumento de suas terras e as mulheres encarregadas da vida social do castelo, os filhos eram educados pelos servos, no seio da comunidade ou em outras casas senhoriais no aprimoramento de sua educação. Entre os servos há uma continuidade entre o lar e o público, o trabalho é feito por adultos acompanhados de crianças aprendizes. As festas e os folguedos são comunitários. E o lúdico tem um espaço muito grande: é forma de ensinar, está presente nas artes e não separam-se adultos e crianças.

Mas com a Revolução Burguesa, sob o lema Fraternidade, Igualdade e Liberdade, uma outra lógica de pensar a sociedade tem início, concomitantemente uma nova organização social e novos valores. Há uma nítida separação entre a vida pública e a vida doméstica, a família é confinada ao lar e tornar-se nuclear, ou seja, constituída de pais e filhos. Os laços comunitários dissolvem-se. O bar da esquina, os grupos de mulheres, a rua como espaço de encontro e lazer ficam cada vez mais distante de nossa realidade: portas trancadas, televisões e vídeos ligados, espectadores silenciosos e solitários em seus pensamentos dominados pela mídia.

O trabalho produtivo agora é valor fundamental. Os homens serão reconhecidos pelos seus desempenhos econômicos. Fala-se no que é prá-

tico e no que é útil. Tem-se que subir na vida: até onde, até quando ninguém sabe. É fazer urna escalada Sem fim, angustiante em si mesma.

Nesta conjuntura, trabalho e lazer definem-se, ao mesmo tempo, separadamente e em continuidade um com o outro.

Vejamos o segundo ponto: o que é o lazer?

"Tempo disponível" nos indica que existe um outro tempo: o tempo do trabalho. Portanto, define-se, separadamente.

O tempo do trabalho, é o tempo da disciplina, da competência, de sujeição a funções pré-estabelecidas. A maioria esmagadora da população faz um trabalho cuja engrenagem não controla, que funciona com um poder independente a que os indivíduos tem de submeter-se se querem viver. Enquanto trabalham, não satisfazem suas próprias necessidades e faculdades. O tempo de trabalho, que ocupa a maior parte do tempo de vida de um indivíduo, é um tempo penoso, visto que o trabalho significa ausência de gratificações, ou seja, negação do princípio do prazer.

Chegamos aqui ao lazer: Tempo disponível, podemos acrescentar para o prazer não concedido no tempo de trabalho. Toda pessoa humana busca a felicidade, independentemente do que esta possa significar para cada um. O que é lazer para cada um, também, define-se segundo suas condições de vida e sua história pessoal. Ser feliz significa ter prazer e evitar a dor, significa aliviar as tensões provocadas pela energia pulsional reprimida.

Portanto, o tempo de lazer, o tempo de ócio é fundamental para o indivíduo e sua saúde física e mental. É quando está livre para si próprio, para relaxar e deixar fluir suas energias, realizar seus desejos. Numa sociedade que tende a isolar as pessoas este tempo se torna precioso para a interação social.

Entre nós, este tempo está comprometido provocando estafas, doenças psicossomáticas e mentais.

O controle do tempo de lazer é feito pela duração do tempo de trabalho, definindo a continuidade entre um e outro. Vejamos: se em um dia médio de trabalho descontamos o tempo gasto em deslocamento para o trabalho, os preparativos, as horas de trabalho, as necessidades biológicas (sono e alimentação), teremos cerca de 4 horas disponíveis para o lazer em cada 24 horas, durante a maior parte da vida de uma pessoa. E estas quatro horas são controladas pelo tempo de trabalho, pela rotina fatigante e mecânica do trabalho alienado, que separa o prazer da produção porque é compulsiva e em função de interesses que não são do indivíduo e nem mesmo do coletivo. Isto vai requerer que o lazer seja um relaxamento passivo e uma recuperação de energias para o trabalho. Mais recentemente, este tempo de lazer também está controlado pela indústria de divertimento e pelo próprio Estado. Este controle tem sido no sentido do consumo frenético e compulsivo. Não se pode deixar o indivíduo sozinho, entregue a si próprio."Pois se tal acontecesse, o indivíduo com o apoio de sua inteligência acabaria por ir contra as limitações crescentes à obtenção do prazer, muito além das limitações básicas necessárias para a constituição do social.

As formas de lazer que eram feitas comunitariamente, adultos e crianças juntos, que permitiam trocar experiências, pensar sobre o coletivo, deixando livre a criatividade, estão desaparecendo. Citamos as festas juninas, as cantigas de roda, os mutirões, etc., que vão dando lugar ao lazer organizado onde pensamos que estamos fazendo o que queremos. Na verdade estamos respondendo a uma estrutura que desconhecemos e que nos controla.

Estas notas foram baseadas nos livros:

MARCUSE, Hebert. Eras e Civilização. Zahar, Rio de Janeiro, 1972.

ARIES, Philippe. História Social da Criança e da Família. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1978.

PSICOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

**CONSIDERAÇÕES SOBRE ASPECTOS MICRO-SOCIAIS NA
ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (*)**

Salvador A. M. Sandoval (**)

É lugar comum dizer que os movimentos sociais são forças populares importantes na arena política de qualquer país e, em particular, no Caso do Brasil em que os últimos anos estão repletos de uma ampla expressão dessas mobilizações populares. Mas apesar de sua importância, assim como outros fenômenos de comportamento político, o movimento social ainda atrai pouco interesse da psicologia brasileira apesar de uma grande tradição teórica e empírica e importantes contribuições ao tema de psicólogos europeus e norteamericanos. Conseqüentemente foi deixado para os sociólogos a tarefa de compreender esses movimentos, assim como no caso de outros fenômenos psico-sociais: o comportamento eleitoral, efeitos de propaganda política e mídia, a socialização política, a relação entre estrutura subjetiva e ideologia, politização e despolitização na transição a democracia, etc.

Considerando a relevância dos movimentos sociais (pelo menos para as outras ciências do homem), e notável, nas análises sociológicas no Brasil, a subestimação da complexidade da dinâmica interna dos movimentos sociais, como se fosse possível inferir esta dinâmica através das estruturas e categorias sociológicas utilizadas para analisar os movimentos no plano macro-social sem cair nos perigos de erros ecológicos. Esta falha metodológica tem sido atenuada, em alguns casos, por pesquisadores com abordagens antropológicas enquanto os sociólogos, no Brasil, em grande medida, 80 recentemente se alertaram a complexidade psicossocial do engajamento

(*) Trabalho apresentado em versão preliminar no XVIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, outubro 1988 e apresentado na sua versão ampliada atual no IV Encontro Mineiro de Psicologia Social, Belo Horizonte, 11-12 novembro 1988.

(**) Professor na PUC/SP - UNICAMP - UNESP/Bauru.

político¹.

Ao mesmo tempo, o interesse pelos movimentos sociais não levou a pesquisar os fatores que obstruem os processos de politização e a participação. Conseqüentemente ainda desconhece-se aspectos fundamentais explicativo da fragilidade das mobilizações populares e os determinantes detrás da flutuação participatória característica dos movimentos populares².

Considerando aspectos lógicos do não participar, é dizer pensando racionalmente em termos de custos e benefícios relacionados ao ato de participar politicamente, pode-se dizer que as pessoas seriam mais predispostas a não participar do que ao contrário. Este pode ser exemplificado nos seguintes exemplos de raciocínios sobre os ganhos e perdas de colaborar elaborados pelos teóricos da teoria dos jogos. Os exemplos ilustram em forma simples e clara o ponto de partida para iniciar uma discussão sobre os fatores psico-sociológicos que levam as pessoas a participarem em mobilizações coletivas apesar das pressões contrárias.

1. A relevância dos aspectos psico-sociais relativos a dinâmica interna dos agrupamentos que compõem os movimentos sociais foi levantado no Brasil já em 1984 por Tillman Evers no seu artigo Identidade: A Face Oculta dos Movimentos Sociais in Novos Estudos, CEBRAP, 1984. Subseqüentemente sociólogos como Paulo J. Krischke e Ilse Scherer-Warren ir Uma Revolução no Cotidiano? Editora Brasiliense, 1987 levantam ainda superficialmente a questão da importância de compreender os aspectos subjetivos. Mais recentemente, Eder Sader, no seu último livro Quando Novos Personagens Entraram em Cena, Editora Paz e Terra, 1988, retoma a questão da subjetividade ensaiando algumas propostas timidas de conceituação de aspectos psico-sociológicos sobre os atores nos movimentos sociais.
2. Adam Przeworski, Marxismo e Escolha Racional in Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev 1988, p. 7. Em analisando o marxismo contemporâneo o autor afirma que "o desafio específico apresentado ao marxismo relativamente a teoria da ação e fornecer uma explicação dos atos individuais sob condições particulares, ou seja, fornecer microfundamentos para a teoria da história, Historicamente, consideramos as ações individuais alternativamente como preestabelecidas, biologicamente provocadas, determinadas por normas ou orientadas por objetivos. O debate atual e entre as visões psicossociológicas do comportamento enquanto execução de normas internalizadas e a visão do comportamento como ação intencional e estratégica".

O "Dilema do Prisioneiro"³ da área da teoria de jogos exemplifica didaticamente um dos aspectos que desaconselha a colaboração em esforços coletivos. O dilema do prisioneiro é um jogo de dois prisioneiros em uma cela em que cada prisioneiro tem a opção de cooperar ou trair seu companheiro. Quais são os custos e os benefícios de optar por uma ou outra forma de ação? O quadro seguinte ilustra as consequências de agir de uma ou outra maneira:

DILEMA DO PRISIONEIRO

FORMAS DE AGIR:	PRISIONEIRO Nº 1	
	Cooperar	Trair
PRISIONEIRO Nº 2	(A)	(B)
Cooperar	+1, +1	-1, +2
	(C)	(D)
Trair	+2, -1	-1, -1

Se cada prisioneiro tem um benefício, e pode optar por colaborar ou trair seu colega, os resultados das diversas opções seriam os seguintes.

Analisando os resultados dos ganhos e perdas neste jogo de duas pessoas, observamos que no caso da célula A, se os dois prisioneiros cooperam, cada prisioneiro conserva seu benefício (+1, +1).

Por outro lado, no caso da célula B, se prisioneiro nº 2 coope-

3. Shubik, Martin, Game Theory, behavior and the paradox of the prisoner's dilemma. in Journal of Conflict Resolution, 14, 1970.

ra, enquanto prisioneiro n° 1 o trai então, prisioneiro n° 2 perdera seu benefício (-1) e prisioneiro n° 1 conserva seu benefício e ganha o benefício do outro (1+1;2).

Se prisioneiro n° 2 trai ,enquanto que prisioneiro n° 1 coopera, então prisioneiro n° 2 ganhará +1 a mais do seu benefício e o prisioneiro n° 1 perde o seu (célula C).

Finalmente, no caso da célula D, se os dois prisioneiros traem, ambos se desgastam perdendo seus pontos (-1, -1).

Assim vemos que no caso de cada prisioneiro, para obter melhores ganhos, o comportamento racionalmente mais vantajoso seria trair quando o outro coopera, já que esta estratégia daria maiores ganhos do que ambos cooperarem. Por outro lado, há o risco de ambos traírem-se e conseqüentemente ambos perderem seus benefícios. No meio termo, entre estes dois extremos, fica a estratégia de ambos cooperarem para conservar cada um seu benefício. Julgando do "Dilema do Prisioneiro", fica claro que a cooperação não é necessariamente a melhor opção para melhorar os benefícios do ponto de vista do indivíduo, assim como muitas tendências teóricas de fundo idealista pensam ⁴.

Que relação tem o "Dilema do Prisioneiro" com a análise da participação nos movimentos sociais; A mesma lógica do dilema do prisioneiro pode ser utilizada para ilustrar a problemática da participação dos indivíduos nos movimentos sociais da óptica dos custos e benefícios que uma pessoa de camada popular possa ter como resultado de participar ou não-participar em um movimento social.

Vemos no quadro seguinte o mesmo raciocínio com respeito aos possíveis ganhos e perdas individuais e coletivos decorrentes de participar em alguma mobilização visando obter alguns bens coletivos no Dilema da Participação Coletiva⁵.

4. Para um resumo dos pontos criticados acerca as implicações teóricas do Dilema do Prisioneiro, ver Adam Przeworski, *Marxismo e Escolha Racional*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 6, fev 1988.

5. Russell Hardin, *Collective Action*, pp. 25-30.

DILEMA DA PARTICIPAÇÃO COLETIVA

	AÇÕES COLETIVAS	
	Beneficia	Não-Beneficia
Comportamento		
Individual	(A)	(B)
colabora	+1; +2	+1.1; -2.1

	(C)	(D)
não colabora	+3.1; +1.9	0; 0

Nesta situação, há dez pessoas que desejam obter um bem coletivo de valor de 20 e para obter este bem coletivo o grupo precisa juntar no mínimo 10 valores para pleitear este bem, então a mobilização de recursos implicaria em que cada membro do grupo deveria contribuir com uma quota de 1 valor para juntos reunir o mínimo de 10 para poder reivindicar aquele bem coletivo.

Mas qual seriam os custos e os benefícios se o indivíduo tem a opção de não contribuir, mas pode beneficiar-se do bem obtido uma vez que o bem é coletivo sem a possibilidade de excluir pessoas de seu usufruto ou distribuir o bem diferencialmente entre as pessoas conforme o grau de participação individual na ação coletiva que obteve o bem. Por exemplo, a luta por saneamento básico num bairro de periferia seria um bem coletivo onde todos os moradores se beneficiam do saneamento básico apesar de que só alguns membros da comunidade efetivamente investiram em participar no movimento dos moradores para reivindicar. Ou no caso de greves para melhorias salariais, todos os trabalhadores de uma categoria se beneficiam com aumento de seus salários apesar de que nem todos os trabalhadores se engajaram e se arriscaram igualmente no movimento grevista que ganhou os aumentos salariais.

Vejamos do quadro acima as vantagens e desvantagens que diferentes formas de ação individual produzem frente ao movimento social. No caso em que todos os indivíduos colaboram (todos os trabalhadores numa greve ou os moradores no movimento de reivindicação de saneamento básico), contribuindo um valor por pessoa, cada indivíduo receberá 2 valores com o bem coletivo em troca de sua colaboração de 1 (assim como indicado na célula A). Esta situação poderia exemplificar o caso dos membros da coletividade mais militantes e/ou aqueles movimentos onde há um grau de participação da categoria social correspondente.

Outra situação seria se um indivíduo não colaborar, conseqüentemente os outros nove membros do grupo terão que contribuir 1.1 valores (em lugar do 1 esperado) para compensar a falta de um membro, onde os 10 valores mínimos tem que ser reunidos entre nove pessoas e não entre os dez. Agora, se não se ganha o bem coletivo, cada indivíduo colaborativo perderá -1.1 da sua contribuição inicial mas -1 do possível ganho que ele teria se tivesse obtido o bem coletivo. Assim, sua perda seria hipoteticamente de -2.1 enquanto que aquele que não colaborou teria uma perda de zero, uma vez que este último não arriscou colaborar (ver célula B1. Esta situação sugere claramente aqueles casos de membros de bairros, sindicatos, turmas, etc de cálculo oportunista que esperam beneficiar-se dos esforços e sacrifícios dos outros sem arriscar seus próprios recursos, tempo ou posições.

Uma outra situação é se o indivíduo não colabora com a mobilização coletiva de recurso para ganhar o bem comum (na célula e), e o bem coletivo é conquistado, este indivíduo ganha um total de +2.0, decorrentes da mobilização em prol do bem coletivo apesar de não ter colaborado individualmente com um investimento próprio mas que foi coberto pelos outros novos membros da coletividade. Por outro lado, cada membro, que contribuiu 1.1 pontos para atingir os 10 mínimos, receberá apenas 0.9 pontos de retorno do bem coletivo de 2 pontos considerando que dos 2 pontos, eles terão que repor seu 1.1 pontos de colaboração inicial. Neste caso, vemos que o indivíduo não colaborativo e quem mais se beneficia do bem obtido e tem maior vantagem do que os outros membros da coletividade que se engajaram arriscando recursos pessoais no movimento

social. Estes indivíduos esperam obter uma "carona"⁶ com a mobilização dos outros beneficiando-se dos ganhos dos outros e conservando seus próprios recursos em quanto os engajados obtêm benefícios mas também gastam seus recursos para obter esses benefícios.

Finalmente, temos o caso da célula Donde ninguém colabora e por isso ninguém recebe benefício algum, mas também as pessoas não arriscam seus recursos no movimento. Neste caso, os membros da coletividade desejam o bem coletivo, mas ninguém está disposto a investir recursos próprios para atingir este bem, conseqüentemente levando a um imobilismo e perda de possível melhoria individual e grupal, uma vez que o bem só pode ser obtido coletivamente. Se todos os indivíduos fossem oportunistas como no caso da célula C, o resultado lógico seria o caso da célula D, onde todos os membros do coletivo deixariam de colaborar na espera do outro e, conseqüentemente, todos perderiam a possibilidade de ter alguns benefícios devido ao imobilismo coletivo. Além dos casos do cálculo oportunista, também encontra-se neste exemplo os casos de situações de agrupamentos com pouca ou nenhuma base para ação coletiva (a falta de coesão social, organização, etc.), talvez ilustrada por categorias ocupacionais de alto grau de rotatividade, ou moradores recentes num local.

O objetivo destes exemplos, extraídos da teoria dos jogos, é para colocar de uma maneira polêmica algumas considerações sobre a óptica psicossocial na análise dos movimentos sociais. Diferente de algumas tendências contemporâneas que pretendem individualizar o enfoque da psicologia social na sua fobia para com a sociologia, na psicologia social dos movimentos sociais o enfoque é dirigido a analisar aqueles determinantes da dinâmica interna e externa nos movimentos sociais que influem nas formas de participação que as pessoas assumem frente as ações coletivas e os movimentos sociais. Esta óptica psicológica-sociológica não pressupõem a separação artificial de aspectos 'psicológicos' dos aspectos 'sociológicos' na velha tradição academicista fragmentária mas pre-

6. Fireman, B e Gamson, W. A. Utilitarian logic in the resource mobilization perspective, in M. N. Zald e J. D. McCarthy, org. The Dynamics of Social Movements. Winthrop Publishers, Cambridge, Mass. 1979; Oliver, P. Rewards and punishments as selective incentives for collective action: theoretical investigations American Journal of Sociology, 85, 6, 1980.

tende um enfoque integrado que analisa os fatores e os processos que determinam as formas e motivos individuais das pessoas agirem em situações de mobilização coletiva. Neste sentido, os exemplos dos Dilemas do Prisioneiro e da Participação Coletiva ilustra tipos de comportamento que pessoas assumem frente a certas situações e a compreensão de por que algumas pessoas colaboram e outros não, só poderá ser encontrado no tecido complexo que se dá no cruzamento dos de terminantes sociológicos com os psicológicos. Privilegiar um aspecto sobre o outro seria distorcer a realidade e truncar o esforço de conhecimento científico, uma vez que o fenômeno se dá na interseção entre os fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus pre-conceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios de participar.

Em pensando o fato de que a grande maioria da população não participa em movimentos sociais, especialmente entre aqueles segmentos mais carentes da sociedade, torna-se relevante tentar traçar algumas considerações acerca do porque as pessoas tendem se submeter a miséria, injustiça e dominação e assumir mais uma postura de impotência, indeferência e/ou omissão, semelhante a célula D (0,0) do Dilema da Participação Coletiva. Contraposta à explicação determinista da dominação ideológica seja na sua vertente que atribui um poder exagerado ao papel da ideologia das classes dominantes ou na vertente da predominação da falsa consciência entre os membros das classes subalternas, acreditamos que a submissão seja menos devido à eficiência ideológica das classes dominantes e mais consequência dos múltiplos mecanismos de controle social que desenvolvem nos indivíduos formas de pensar o mundo da política caracterizadas por uma concretude de pensamento, fragmentária e permeada de inconsistências interpretativas e fáticas, com o objetivo de ser pouco conducente a reflexão mais abstrata e crítica das relações sociais. O controle social se baseia em menor grau numa dominação ideológica, *strictu sensu*, e os processos de indocinação e nos processos sociais limitadores da capacidade analítica e as oportunidades de participação dos indivíduos das classes subalternas através de mecanismos cuja eficácia é, por sua vez, determinada pelos eventos e os incidentes gerados pelas situações sociais e materiais resultantes do desenvolvimento histórico da sociedade.

Em considerando os fatores de terminantes da participação em mobilizações coletivas, convém fazer uma distinção, para fins analíticos, entre aqueles fatores da esfera interna referentes à dinâmica dos agrupamentos envolvidos no movimento social (grupos, identidades e identificações sociais, interesses e consciência política, experiências de organização e lideranças, etc.) e aqueles fatores referentes à esfera externa ao movimento social, tais como a estrutura de poder no local e na sociedade, grupos ideológica e politicamente importantes, conjuntura e correlação de forças políticas, alianças, etc. Entre estas duas esferas e seus fatores, passaremos, agora, a comentar brevemente alguns dos fatores mais relevantes no referente à esfera interna do movimento social.

1. Entre estes mecanismos de controle social destaca-se em primeiro lugar as noções culturais que são a expressão histórica de valores e crenças que penneiam as visões de mundo das pessoas como pressupostos sobre a natureza da sociedade e a naturalidade das relações sociais. Entre as noções culturais destacamos as seguintes como mais relevantes à questão de conscientização política:

- a) o pressuposto da naturalidade da estabilidade social;
- b) o pressuposto da naturalidade da estratificação social;
- c) o pressuposto da naturalidade da hierarquia social;
- d) o pressuposto da naturalidade da desigualdade;
- e) o pressuposto da naturalidade da legitimidade de autoridade;
- f) o pressuposto da naturalidade da reciprocidade entre as camadas sociais.⁷

2. Outros mecanismos de controle social são as restrições da vida cotidiana impostas ao indivíduo que reduzem as oportunidades de de-

7. A idéia de que a cultura está presente na consciência das pessoas tanto individual como coletivamente em forma de noções de pressupostos que as pessoas têm acerca da natureza de sua sociedade surgiu da análise do conceito de pacto social que Barrington Moore, Jr. utiliza no seu livro A Injustiça: As Bases Sociais da Obediência e Revolta. Editora Brasiliense, 1987.

envolver sua capacidade de análise abstrata. Considerando que é na vida cotidiana que o indivíduo se envolve nas relações sociais e forma sua consciência sobre a sociedade, a estrutura e a dinâmica da vida cotidiana são aspectos importantes para traçar uma compreensão dos obstáculos à politização. Neste sentido, a estrutura da vida cotidiana pode ser caracterizada na seguinte maneira:

- a) sua fragmentação e heterogeneidade;
- b) sua hierarquia de valores e critérios sociais;
- c) sua espontaneidade e imediatismo das decisões;
- d) seu economicismo e pragmatismo;
- e) a importância atribuída a confiança, fé e sorte para explicar o desconhecido dos acontecimentos;
- f) o uso das ultrageneralizações, precedentes, analogias e imitações como formas de definir comportamento em situações novas;
- g) o uso dos preconceitos e estereótipos para definir pessoas desconhecidas;
- h) predominância dos papéis sociais para interpretar e integrar em situações conhecidas e desconhecidas.⁸

Mas apesar dos valores, crenças sociais e a rotina cotidiana, os indivíduos têm a oportunidade de romper temporária e parcialmente com alguns dos mecanismos de submissão e viver, no movimento social, experiências coletivas que, por sua vez, são pedagógicas no sentido de que o indivíduo tem a oportunidade de vivenciar outras formas de agir frente a seus problemas, interagir com outras pessoas no âmbito de um esforço organizado coletivo e conhecer experiencialmente o sistema político na me-

8. Heller, Agnes. O Quotidiano e a História. Editora Paz e Terra, 1970, capítulo 3.

dida em que o movimento social contesta o status quo politico-distributivo e leva o individuo a se defrontar com membros das elites politicas.

Mas quais fatores poderiam impulsionar pessoas a participarem num movimento social ou permanecerem alheios à mobilização? Ao nosso ver, os seguintes fatores podem ser apontados como relevantes no plano psico-sociológico:

3. os fatores demarcadores das fronteiras dos agrupamentos e da comunidade que caracterizam a coletividade em termos de localização, ou seja, a população no local cujos membros em grande medida pertencem em termos de moradia e/ou trabalho ao local. Neste respeito as 'fronteiras' físicas, e conseqüentemente seus significados psico-sociais para essa comunidade, são definidas por padrões de confluências em torno de certos pontos de encontros em função da rotina cotidiana, e separando de outras comunidades por fronteiras tais como estradas, córregos, etc. A comunidade adquire sua demarcação física e social' para os moradores também da abrangência de atendimento das instituições locais assim como pelas características do assentamento habitacional.

4. os fatores contribuidores à solidariedade entre os membros da coletividade. Estes fatores poderiam ser classificados em dois tipos, categorias e redes sociais:

- a) **categorias sociais** consistem de agrupamentos de pessoas que se distinguem de outros por compartilhar os mesmos critérios ou atributos, por exemplo, características étnicas-raciais, de local ou região de origem, de condições sócio-econômicas e situações de vida, ocupacionais, etc.
- b) **redes sociais** consistem de dois elementos: uma certa variedade de relações sociais e os conjuntos de indivíduos interligados direta ou indiretamente por estas relações sociais. Estas redes sociais são formais e informais, ligam os membros afetiva e funcionalmente uns aos outros através de laços interpessoais que muitas vezes sobrepoem-se as instituições locais.⁹

9. Charles Tilly. From Mobilization to Revolution. Addison-Wesley Publishing Company, 1978, capítulo 3.

5. fatores relacionados à vida organizativa. A combinação de categorias sociais com redes sociais expressa a noção de grupo no sentido de sua coesão social (groupness) que outros conceitos carecem. A partir dessa combinação surge a noção de organização. Entre mais extensiva e intensiva sejam a identificação e as redes internas, maior é a organização do grupo (comunidade/coletividade). A interrelação específica de aspectos de categoria e redes sociais influi nas formas organizativas que se desenvolvem com a finalidade de mobilizar recursos para atingir coletivamente alguma(s) meta(s) de interesse mútuo.

Aspectos relevantes são: a estrutura, funções, penetração e apoio local das organizações, os issues explícitos e potenciais de onde surgem as metas do movimento, as lideranças e outros atores locais (formadores de opinião, etc.) e interação desses com a população, assim como as intermediação política (political brokers) entre a comunidade/grupo e instituições e grupos externos.

6. o repertório de ações coletivas da comunidade em questão. Por repertório entende-se aquele acervo de experiências em mobilizar recursos e agir coletivamente e o valor atribuído a essas experiências. As ações coletivas dependem em parte da experiência, extensão e capacidade de juntar recursos dentro da comunidade e no engajamento de membros da comunidade na utilização dos recursos em atividades coletivas. Neste sentido, a participação em movimentos sociais é um processo de aprendizagem política em que indivíduos e grupos aprendem a se organizar, mobilizar recursos e traçar formas de ações coletivas para obter benefícios dos detentores do poder.¹⁰

Nossa proposta neste breve trabalho foi de levantar para discussão um inventário de categorias de fatores importantes na análise do comportamento individual em situações de mobilizações coletivas destacando a necessidade de abordar esta problemática de um enfoque que explique melhor aquela dinâmica de fatores que conduzem a uma maior participação num contexto social em que a participação tende estar ausente.

10. Charles Tilly, *Repertoires of Collective Action: Britain and the United States*, working paper, Center for the Study of Social Organization, The University of Michigan, 1976.

**O PAPEL DE LÍDERES INTERMEDIÁRIOS NOS MOVIMENTOS
SOCIAIS EM FAVELAS NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Nancy Cardia (*)

O objetivo deste trabalho é o de apresentar e discutir alguns dos resultados obtidos em um estudo mais amplo sobre os movimentos por melhorias em favelas em São Paulo (1). Estes dados se referem aos líderes intermediários, isto é, aqueles indivíduos que ocupam cargos de menor status dentro da organização de um movimento: os tesoureiros, secretários, fiscais, delegados junto a outras organizações, e outros.

A estrutura do trabalho é a seguinte: apresento inicialmente as origens do trabalho - a pesquisa mais ampla da qual o trabalho faz parte; o quadro teórico utilizado; os resultados obtidos; e uma discussão sobre possíveis explicações para o desenvolvimento de lideranças intermediárias.

O estudo original tinha por objetivo explicar diferenças na participação continuada (Zurcher & Snow, 1981), isto é, na participação que continua ao longo do tempo mesmo depois que as necessidades que deram origem ao movimento foram atendidas. Meu interesse por esse tópico derivou do fato de que no caso dos movimentos em favelas as necessidades originais (água, luz, redes de coleta de esgoto, etc.) não geravam tanta controvérsia quanto as necessidades que foram colocadas a seguir: resolução do problema da posse da terra e da construção de moradias adequadas. Era meu pressuposto que estas necessidades iriam exigir maior coesão e ação continuada por parte da população considerada.

A pesquisa original partiu de hipóteses sobre como poderia ocorrer esta participação continuada em situações onde existem mais obstáculos do que elementos que facilitem esta participação.

(*)

Estas hipóteses foram derivadas de contribuições teóricas e de um estudo teórico piloto e foram de certa forma "testadas" em uma pesquisa comparativa onde duas favelas (uma participante e outra não participante) foram estudadas de forma aprofundada.

A abordagem teórica adotada em termos mais gerais foi a do interacionismo simbólico: parti das definições da população de sua situação, busquei compreender os significados que a população atribui às suas experiências e interpretei estes significados como emergindo das interações que são continuamente construídas e reconstruídas. A metodologia utilizada foi a da observação participante não só por ser este o método utilizado em geral pela abordagem interacionista, mas também porque parti do pressuposto de que os movimentos ocorrendo dentro dos locais de moradia necessariamente são afetados e afetam interações que ocorrem no dia a dia, não diretamente vinculadas ao movimento, e que isto poderia representar um elemento facilitador ou não para a participação.

No quadro teórico utilizado, destaquei o papel do que eu denominei de grupo de ativistas ou de vanguarda que representaria um tipo de liderança informal. Este grupo teria um papel de mediar o poder da liderança, forçando-a a ter um comportamento democrático. O quadro teórico utilizado, de forma sintética, propunha o seguinte:

A participação continuada ocorreria em consequência da existência de um estilo de liderança democrática onde o poder estaria baseado na habilidade de negociar e barganhar, onde o processo de decisão é democrático e onde a liderança busca assegurar a participação efetiva dos liderados e a ampliação da base. Este estilo de liderança estaria associado a um clima social que permitisse a reconceitualização de uma identidade social negativa e o desenvolvimento de uma filiação psicológica ao grupo (Tajfel, 1981, Melucci, 1977 e Milbrath & Goel, 1977). Através desta filiação psicológica ao grupo a experiência de participar poderia desencadear mudanças na eficácia política individual e grupal (Kinder & Sears, 1985) e mudanças na auto-estima dos participantes, pois a filiação psicológica implicaria no aparecimento de um grupo de refe-

rência e de outros significantes. (Lauer & Handel, 1983) dentro da comunidade.

O grupo de ativistas teria um papel crucial na determinação do estilo de liderança, pois equilibraria o poder do líder tornando-o mais sensível aos liderados. Este grupo seria indicador de que a experiência de participar no movimento teria provocado uma re-socialização política, e que esta experiência poderia ser generalizada para outras esferas de vida.

Este grupo ativista teria uma dupla função: seria um grupo de referência para o líder e para os liderados. Como tal, produziria um equilíbrio na formulação de idéias, na identificação de problemas e na proposição de linhas de atuação.

Os ativistas conseguiriam ser grupo de referência para a população porque os componentes deste grupo seriam semelhantes e diferentes dos moradores. Seriam semelhantes em termos sócio-econômicos e demográficos e seriam diferentes dos liderados porque apresentariam aqueles traços que caracterizariam (segundo a literatura em participação política) os ativistas políticos teriam: consciência política apresentando sensação de privação relativa e fraterna (Gurr, 1970, Kinder & Sears, 1985) e atribuiriam a responsabilidade por suas condições de vida ao sistema mais amplo (Gurin & Epps, 1975). Estes ativistas apresentariam ainda eficácia política individual (Almond & Verba, 1963) e grupal (Kinder & Sears, 1985).

A pesquisa realizada confirmou que estilo de liderança democrática está associado a uma maior participação da população e também confirmou que este estilo de liderança parece estar vinculado a existência de um poder moderador, não sob a forma de uma liderança informal, de um grupo de ativistas ou de uma vanguarda sem um papel formal na organização, mas sim sob a forma de uma liderança ativa. Os dados confirmaram a adequação de algumas hipóteses sobre as características das pessoas que compõem este grupo e não confirmando outras.

A pesquisa permitiu ainda que se esclarecesse como e que esta

liderança intermedia o poder do líder e qual é o papel que desempenha junto á população, levantando ainda questões sobre como é que uma liderança intermediária se torna ou não ativa. A ênfase na palavra ativa se deve ao fato que ainda que todas as organizações de movimentos apresentam cargos intermediários isto não significa que seus ocupantes representam uma liderança efetiva. A favela não participativa tem na organização do movimento tais cargos sendo que seus ocupantes não representam uma liderança de fato.

Os limites de espaço não permitem que apresente as diferenças entre as duas favelas. Para que o leitor tenha uma idéia de como são tratadas estas favelas em termos da relação do líder com os liderados, apresento a seguir duas afirmações de moradores falando sobre seus líderes e o papel destes.

"O Álvaro (líder) tem que ter peito prá enfrentá essa vila, prá enfrenta o nosso problema. Já que ele é o presidente ajudado por nós. Que nós fizemos ele. Pusemo fé nele. Ele tem que ajudá". Anésia moradora.

"A Prefeitura tem que legalizá. E quem tem que chegá na Prefeitura é o chefe da favela. Toda favela tem um chefe. Essa daqui tem, mas não pode legalizá porque quando ele jogou o encargo já tava em litigio né? Então se ele for cria caso assim de lei mesmo então ele cria bronca com a turma ai. Se a Prefeitura mandar uma pessoa de fora daqui falá ... olha toma conta que você vai ser chefe, pôr lei, ai vai ter lei. Mas quem já é daqui num pode por lei. Cria inimizade, cria encrenca. Luiz um morador.

O primeiro comentário é de uma moradora da favela participante e a segunda é de um morador na favela não participante.

Um outro exemplo é das descrições da participação da população em reuniões das Associações. Na favela participante esta participação é descrita como sendo: "Era uma reuniãozinha animada, sabe? Todo mundo ia, um dava uma opinião, outro dava outra. E assim foi resolvido

esses esgoto". Oda, uma moradora.

Na favela não participante diz-se: "Então eu falei pro Antônio (líder), eu falei se a gente podia fazer o encanamento aqui atrás e jogá lá embaixo. Aí ele falou: "Isso daí mais tarde a gente manda fazê. Vamo canalizá essa valeta aí prá dentro dum córrego e jogá aí". Mais depois num falo mais nada. Agora se a gente falá com ele diz: "Ah diz que a Prefeitura tá resolvendo". Ele também prá dizer a verdade num sabe de nada. A sra. vai falá e ninguém sabe respondê nada prá gente. E tem reunião, reuni tudo aí mas chega na hora são poucas coisas que são resolvido". Jairo, um morador.

A LIDERANÇA INTERMEDIÁRIA

A liderança intermediária estudada é composta por 8 pessoas que ocupam diferentes cargos na Associação de moradores. Em termos socio-econômicos e demográficos estas pessoas não se distinguem dos outros moradores da favela. Também não se diferenciam deles em termos de: tempo de moradia na favela, histórico e trajetória de migração, experiência urbana, experiência sindical, participação em outras organizações voluntárias, ou em outros movimentos.

Em termos de consciência política esta liderança é semelhante a população porque não apresenta: sensação de privação relativa e fraterna. Também não apresenta uma atribuição de responsabilidade ao sistema econômico mais amplo, pelas dificuldades enfrentadas. Assim por exemplo, a favela é explicada pela ausência de recursos para pagarem aluguel e não pela combinação de baixos salários e aluguéis altos. Não há expressão de revolta frente as desigualdades sociais mas de alívio por terem encontrado "uma solução".

"Eu moro numa favela e eu tenho orgulho porque lá é onde eu to vivendo. Lá é onde meus filhos estão se criando, né? Vou fazer o quê? Se eu não tenho condições melhores de eu sair daqui eu vou sair daqui e eu vou pagar aluguel numa casa bonita, mostrar que eu estou nu-

ma casa bonita e ver eles (filhos) passa fome? Não de jeito nenhum, quero algum dia conseguir a minha casa aqui". Benedita, líder int.

Os líderes intermediários também são semelhantes a população em termos de reação ao estigma de favelado. A estratégia adotada é a mesma - diferenciação: aquela favela não tem marginais mas as outras sim.

"Porque pra eu sair daqui de uma favela pra ir morar em outra eu não vou. Prefiro ficar aqui ... Eu vou saber o que é que eu encontro lá fora? Aqui pelo menos eu sei. Aqui não tem esses marginal que vem e mexe com as crianças daqui ou com as mulher ou vive matando gente aqui. E nos outros cantos eu sei que tem". Diva, líder int.

Além disso são semelhantes à população por perceberem as melhorias necessárias como necessidades e não como direitos e por apresentarem uma percepção de direitos de cidadania limitados aos direitos trabalhistas.

Benedita, por exemplo, falando do trabalho da Comissão organizada pela Adm. Regional (durante a administração Mário Covas): "Ele (o prefeito) ficou de vim dá resposta (às propostas da população). Se sim ou se não. É claro que ele não vai atender todos os pedidos que a gente colocou no papel, né? Agora a gente tem esperança que dê alguma coisa, que vai sair, né?"

Os líderes intermediários assemelham-se a população em termos das prioridades por melhoria e por apresentarem sensação de eficácia política grupal frente a Administração Regional e sensação de eficácia política individual junto ao líder e por não apresentarem eficácia pessoal em relação aos outros moradores.

A falta de eficácia pessoal em relação aos outros moradores se expressa, por exemplo, na percepção de pouca credibilidade:

"Já observei uma coisas que às vezes alguém fala alguma coisa e ele fala: Ah, você não é nada aqui. Você não é presidente. O presi-

dente tem que apoia (Os moradores) respeita mais um de fora do que a gente de dentro. Quer dizer quando a gente fala eles acham que a gente tá mentindo. Não sei, é questão que nem eu digo prá você né. Eu tenho questão de leitura fraca, né e mal informação. Agora observá eu observo. O que o outro precisa de ter, os direitos, eu observo bem". Cláudio, líder int.

Os líderes também são semelhantes a população na formulação incipiente de uma identidade coletiva: eles atribuem as melhorias obtidas a seus próprios esforços e demonstram orgulho pelas conquistas através da ação coletiva. Apresentam uma sensação de filiação psicológica ao grupo.

"A gente pra consegui urna melhoria a gente tem que se uni. Porque eu quero falá assim: "Eu lutei tambem". E eu me sinto feliz, eu lutando com a turma prá depois eu falá assim: "Eu ajudei todo mundo e todo mundo me ajudou" .. Foi nós tudo junto". Diva, líder int.

Diferem da população por apresentarem uma consciência clara de direitos e deveres do líder: o líder tem que prestar contas aos liderados. Apresentam ainda percepção que há uma relação bilateral entre eles e o líder e entre eles e a população implícita no papel deles.

"Porque isso daí nós já falamo hoje: que o pessoal tem que cobrá da Diretoria e a Diretoria tem que pegá e cobrar algumas regularidades dos moradores. ... Então tá faltando das duas partes, né? " Cláudio, líder int.

O PAPEL DOS LÍDERES INTERMEDIÁRIOS

Segundo os líderes intermediários eles têm as seguintes funções:

- 1 - Disseminar informações entre os outros líderes e disseminar informações sobre o movimento junto a população e por

fim de levar informações sobre a população para os líderes.

"Eu falei: se o Álvaro num for numa reunião eu vou na reunião. Agora depois aquilo que eu escutá na reunião, eu tenho que chegá e falá pro Álvaro: "vai acontecê isto, isto e isso". Então não é só guardá só prá mim. Tem que chegá numa reunião nossa e falá: aconteceu isso, fui numa reunião foi passado assim assim". Tenho que falá que é prá turma ficá sabendo. Se a gente não souber o que está se passando lá fora a gente não sabe lutá aqui dentro. Então nós temos que saber o que está existindo lá fora prá nós podermos trabalhá aqui dentro". Diva, líder int.

2 - Reduzir a carga de trabalho do líder representando-o junto a outras organizações e instituições.

"Porque pra falá a verdade procê se ele (o líder) não tiver na frente, parece que o povo não faz nada. Eu sempre falo: "gente, mas não é assim que se faz. a gente tem que aprender a trabalhar sozinho. "O pobre do homem tá na frente, que às vêzes vai trabalhar não tem tempo e tudo tem que ser ele ... Se ele não dá uma ordem com as pessoa a outra pessoa num faz". Jurema, líder int.

3 - Dar exemplo para a população sobre como se comportarem em relação aos vizinhos, a limpeza das áreas comunitárias e principalmente darem exemplo de união.

"... quando eu quero falá uma coisa que eu vejo errada eu falo logo na frente de todo mundo. Ah, o que eu via de errado, é a turma fazer o mal feito: jogar lixo, jogá pinico de cocô na casa dos outros e reclamá e a turma achá ruim. Então eu reclamo e a turma achava ruim. Então eu reclamo e a turma achava ruim. Não queria porque dizia que aí eu acabava toda a mamata da favela". Diva, líder int.

4 - Apresentar opiniões, sugestões, idéias:

"Eu sempre tive livre acesso dentro da Diretoria. Sempre co-

mentava, sugestionava as coisas que acaso me ocorressem e eles colocavam em votação. Porque ninguém decide nada por conêa própria e se em caso achasse que a idéia fosse boa e aprovasse, estaria realizada". Celso, líder int.

Os líderes intermediários apresentam urna insatisfação com o que consideram uma indefinição de seus papéis em relação ao poder de exigir colaboração dos moradores na implementação de decisões coletivas e exigir colaboração de seus colegas de equipe.

Ao líder caberia delegar: responsabilidades e poder de cobrar. O líder deve ainda unir o povo e disciplinar a liderança intermediária. A relação destes líderes com o líder é aberta - eles criticam o líder e são criticados por ele.

"Tá acontecendo que as pessoas que foram eleitas não tá frequentando a reunião e o Álvaro não chega na porta prá bronca. (ele) Manda a gente. Que eu acho ... acho que ele tem medo das pessoas ficá com bronca dele. Que ele acha assim que a gente vai conversá com as pessoas não fica e tudo, que no fim as pessoa não fica com bronca da gente. E com ele as pessoa ficam com bronca. Eu falo prá ele: mais bronca do que eu já arrumei aqui? Teve gente que já falou que ia dá um tiro em mim". Biva, líder int.

Os líderes intermediários não só criticam o líder mas também o protegem do que consideram críticas injustas. Cláudio diz: "Aí vem um e fala: "Porque o Álvaro não foi ver a minha briga?" Briga é policia. Eu quero defender Álvaro nessa parte aí. "Vocês têm que ir na Delegacia ver briga, briga é coisa, e na Delegacia não com ele".

Além de cobrarem um papel mais ativo do líder cobram em geral, uma prestação de contas do líder para os liderados. Cabe a população exercer controle sobre os líderes e estes sobre a população.

"A diretoria tem que chegá lá e falá: olha voces não pode fazer isso daí e tal porque quando vocês precisam das coisa vocês vem

e cobra nós e tal e nos vai lá e resolve. Então tá faltando das duas partes. Agora D. Judith tá citando isso daí e eu acho bom ela tá cobrando, né? E os outros deve fazer a mesma coisa, né? Cláudio.

Esta percepção é compartilhada com a população.

"Álvaro ganhou (as eleições) de novo. Ele ganhou e agora todos os problemas que aparece aqui dentro é ele que tem que resolvê. Quer dizer qualquer prejudicamento que tenha aqui dentro da favela nós tem que correr na casa dele". Oda, moradora.

Existem indícios que esta percepção de responsabilidade dos governantes em relação aos governados começa a se generalizar para outras esferas. A percepção é de que a população deveria exercer controle sobre os governantes.

"Então e maneira de chegá lá e pressioná ele (governo) "olha nós tamo precisando disso, disso e disso. O sr. é o nosso administrador, então o sr. vai ter que arrumar prá nós.

- É mais eu não tenho como arrumar.

- Mas o sr. Não tem como arrumar? Nós não tamo trazendo (dinheiro) todo ano, todo mês pro sr. aqui? Então é o seguinte. Vai ter uma pressão do pessoal querendo mexer nas pastas, porque vai mexer nas pastas e vai achar tudo. O seu nome, o meu, o do fulano de tal que tá pagando direitinho. Então é o seguinte: se nós tamo pagando direitinho não tem que recebê o benefício". Cláudio, líder int.

Isto não ocorre porque as pessoas não se unem, tem medo de "cutucar onça com vara curta", e também porque a população desconhece seus direitos. Ao governo não interessaria educar o povo porque isso poderia afetar seu poder.

"Ninguém nasce sabendo. Sempre tem uma pessoa pra ensina. Eu acho o seguinte Então é, é eu acredito assim que sobre esse pessoal mais alto eles num querem que os mais baixos saibam de alguma coisa pelo seguinte - porque o pessoal sabendo que vai acontece, o pessoal tem uma força igual a um boi. Um boi não sabe a força que ele tem por-

que se um boi soubesse a força que ele tem, se o boi viesse de lá pra cá chegava aqui a porta tava fechada, ele quebrava essa porta e entrava, ... então é a questão do povo, né? O povo num sabe, precisa de alguém que esforça que diz assim, não voceis têm uma força enorme e tal. Mas tem gente que quando um tá dando força o outro tá tirando", Cláudio, líder

Os líderes intermediários não são homogêneos neste tipo de percepção. Estas percepções são mantidas por alguns deles. Não são homogêneos também no compromisso com o movimento ou nas gratificações que obtém da participação.

Os líderes também diferem no que se refere ao tipo de compromisso que têm com o movimento. Têm-se desde líderes que buscam satisfazer necessidades básicas de melhorias até necessidades psicológicas como por exemplo, a necessidade de pertencer ao grupo, Assim tem-se, Líderes com compromissos (Kanter, 1972): altruistas, pragmáticos, utilitários, morais e afetivos. Cláudio, por exemplo, relatando como decidiu participar do movimento:

"No meu caso eu morava na frente (da rua). Eu tenho asfalto, tenho luz, tenho a água encanada, Quer dizer que eu entrei na sociedade pelo seguinte - a sociedade seria pra fazer benefício pra quem não tem Então eu pensei - poxa se eu tenho, eu gostaria que todo mundo tivesse né? ... que a gente tá numa comunidade igual aqui. Então a gente tem que olhar o lado da gente e o lado do semelhante".

Cláudio tem um tipo de compromisso altruista. Ele não precisa dos benefícios buscados inicialmente pelo movimento. Sua participação se deve ao fato de perceber a necessidade dos outros.

"Pra mim foi muito boa essa diretoria aí. Melhorou bastante porque eu aprendi muita coisa, né, Vinha gente de fora conversava. Eu não conversava, mas prestava atenção. Os outros falava e eu fui aprendendo. Já hoje eu falo até demais, né." Jurema, líder int.

As gratificações que advém da participação ativa também va-

riam desde um aumento da auto-estima por se sentirem respeitados por pessoas de fora, por mudanças no status, até mudanças na eficácia e competência e no conhecimento passando ainda pelo prazer de verem tarefas concluídas e necessidades satisfeitas.

"Prá mim, prá mim essa diretoria, quando eu entrei eu tinha muito medo de, assim, de responsabilidade muito grande que eu não ia ter condições de assumir, né. Eu tinha medo sabe. Mas depois com o passar do tempo eu terminei conhecendo tantas pessoas que eu nem esperava na minha vida conhecer. Tenho bons amigos por causa disso. ... Foi muito emocionante, a eleição, porque recebi palma de todo mundo. E teve festa, teve bolo, teve alto alto falante prá gente falá Eu sempre agradeço essa diretoria muitas coisas que eu já consegui. Por exemplo, eu fui em Brasília, que é uma coisa que eu nunca esperava na minha vida." Benedita, líder int.

"Eu acho assim (que hoje) eu acho que eu já sou competente pra fazê qualquer outra coisa Porque você se sente orgulhosa de dizer assim, você está no seu serviço e as pessoas fala assim - telefone prá você - e de repente uma pessoa falá assim - seu nome está aqui câmara num sei o que lá, prá você ir prá Brasília. Se você recebe uma notícia dessas como é que você fica? Contente. Foi como me senti eu não sou mais uma pessoa ignorante que nem eu era antigamente. Eu aprendi mais a, conviver com as pessoas, como resolver um problema. Que as vezes, eu tô sem solução e eu já ia pedir a opinião dos outros. Sei resolver sozinha e já sei ajudá os outros a resolver seus problemas." Diva, 1 1/2 líder int.

"Começamos a tomar o gosto pelas coisas que foram sendo feita.... tomá gosto e querer realizar mais coisas. E em se querendo realizar mais coisas fomos aprendendo. ... Quando a gente vê uma coisa feita, começando a se concretizar dá gosto de fazer outra". Celso, líder, int.

Os líderes intermediários apresentam ainda diferentes estilos de liderança (Edinger, 1972) associados as gratificações que recebem.

Alguns líderes são orientados para tarefas - neste caso as gratificações derivam da satisfação com a ação do grupo; outros são orientados para si mesmos - as gratificações são pessoais; outros ainda são orientados para a interação com as pessoas - neste caso a satisfação deriva das relações interpessoais com um determinado grupo.

Um ponto a ser destacado é que apesar de se sentirem competentes em relação ao líder, como disse anteriormente, sentem-se ineficazes em relação aos moradores. De fato estes líderes são muito sensíveis aos elogios e às críticas a atuação deles por parte dos moradores. A comunidade é assim um grupo de referência para eles (e vice-versa).

"Ah, porque uns chega e diz: mas você não é o fiscal da favela? Então tem que fiscalizá. E quer que você corrija tudo o que tem de errado. Mas também num pode sê assim". Jurema, líder int.

Diva é uma exceção porque apesar de ser criticada não para de trabalhar. Ela é percebida pelos moradores como muito esforçada a ativa.

"Diva faz muito esforço. Ela também toca esse negócio (movimento) ... ela pôs força ... eiz que teve desses aí que até prometeu tiro prá ela. Porque eles num queria fazer aquilo ali Porque ela fala nós vamo fazê e vamo fazê mesmo não tem esse negócio de não, não sei o que". Suely moradora.

Apesar da falta de eficácia em relação aos outros moradores os líderes intermediários continuam atuando possivelmente porque os benefícios que retiram da participação equilibram a insegurança gerada pela ineficácia.

Estes líderes intermediários comunicam-se amplamente com os diferentes grupos e subgrupos da favela e fora dela. Muitos pertencem a outros grupos informais - parentesco, vizinhança, compadrio, local de origem. Outros participam de grupos formais - time de futebol, Clube de Mães, Igreja, partidos políticos e outros. Isto significa que acompa-

nham problemas e identificam necessidades e transmitem informações para o líder para a população e para outros líderes de diferentes aspectos da vida da comunidade. Desempenham um papel semelhante em relação a grupos externos a favela, por exemplo, junto ao movimento de favelas do bairro e da cidade.

Em suma estes líderes intermediários, apresentando diferentes opiniões, estilos de trabalho, estilos de liderança, envolvimento e compromisso com o movimento e retirando diferentes gratificações permitem que diferentes pessoas se identifiquem com eles e que apareçam diferentes "outros significantes" para a população. Como resultado há uma diversidade de vínculos entre os moradores e o movimento. Os moradores podem não se identificar com a liderança como um modo mas podem ter diferentes indivíduos como símbolos e terem acesso mais pessoal ao núcleo do movimento. Ou seja, aumentando a diversidade e estilos de líderes aumentaria a probabilidade de diferentes moradores estabelecerem uma identificação pessoal com o movimento.

A existência de um grupo heterogêneo como este não só facilita o exercício da liderança pelo líder - dividindo as tarefas com ele mas também serve como um amortecedor frente as possíveis insatisfações (brincas) da população.

A ausência de: consciência política, privação relativa e de atribuição de responsabilidade ao sistema não podem ser tomados como indícios de falta de re-socialização política. Há indícios que esta ocorre e uma forma efetiva nas relações que vivem com micro poderes (na relação com o líder, por exemplo) e em um possível aumento da sensação de eficácia política individual e grupal.

A continuidade do envolvimento ativo com o movimento parece decorrer das gratificações que advém da participação e que em essência são de ordem psicológica. Estas gratificações, é claro, que decorrem também da satisfação das demandas colocadas pelo movimento.

As principais gratificações são:

mudanças na: auto estima, no auto conceito, no status, na sensação de eficácia política.

Esses dados sugerem uma série de hipóteses sobre como surge e se desenvolve uma liderança intermediária ativa. Como coloquei inicialmente a liderança democrática parece exigir o aparecimento de algum tipo de contraponto ao poder do líder. É possível que em situações como nas favelas, onde há pouca experiência prévia dos participantes, a competição inicial que surge pelo preenchimento dos quadros seja crucial para o desenvolvimento do estilo de liderança. Os dados colhidos sugerem que se os competidores forem semelhantes há maior probabilidade de competição, enquanto que quando há uma discrepância muito grande entre estes competidores ocorre quase que uma "escolha óbvia". Quando maior a competição maior é a probabilidade que os "perdedores" representem uma ameaça contínua ao ganhador. Estes perdedores são em parte incorporados a organização porque o sistema de votação consiste da distribuição de cargos de acordo com o número de votos - o mais votado é eleito presidente, o segundo colocado é o vice e assim sucessivamente. Assim quanto maior fôr a semelhança entre os concorrentes maior a probabilidade que o líder reconheça nos seus pares uma competição potencial e que haja alguma simetria nas relações entre eles. Esta simetria é essencial para que se estabeleça reciprocidade de: influência, respeito, estima e confiança. Estes pares teriam então com maior probabilidade condições de gerarem experiências de controle positivas para a população. Isto é os participantes ativos verbalizando opiniões externalizando divergências, concordâncias, serviriam de modelos positivos para a participação e portanto poderiam criar condições para a população vivenciar outros padrões de autoridade com figuras de poder.

Por fim não posso deixar de mencionar que apesar de não ter abordado aqui, os agentes externos - representantes de partidos políticos, igreja, voluntários apartidários etc. têm um papel extremamente importante tanto na legitimação da liderança como um todo como na facilitação do desenvolvimento de uma liderança intermediária ativa.

Mas essa é uma outra história.

NOTAS

- (1) Tese de doutoramento não publicada "The social movements in favelas in São Paulo: a psycho-social approach" 1987 The London School of Economics and Political Science.

BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, G. & UEWER, S. (1963) The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton. Princ. Univ. Press.
- EDINGER, L. J. (1972) Political Science and Political Biography. In PAIGE, G. D. (Ed.) Political Leadership: Readings for an emergent field. N. Y. The Free Press/Macmillan pp. 213-239,
- GURIN, P. & EPPS, E. G. (1975) Black Consciousness, Identity and Achievement: a study in historically black colleges. N. Y. Wiley.
- KANTER, R. M. (1972) Commitment and Community: communes and utopias. In Sociological Perspectives. Cambridge. Mass. Harvard Univ. Press.
- KINDER, D. R. & SEARS, D. (1985) Public Opinion and Political Action. In LINDZEY, G. & ARONSON, E. (eds) Handbook of Social Psychology vol. 2 3rd. edition. Reading. Mass. Addison-Wesley. pp. 659-741.
- LAUER, R. H. & HANDEL, N. H. (1983) Social Psychology: the theory and application of symbolic interactionism. New Jersey. Prentice-Hall 2nd edition.
- MELUCCI, A. (1977) Sistema Politico, Partiti e Movimenti Sociali. Ed. Faltrinelli Economica.
- MILBRATH, L. W. & GOEL, M. L. (1977) Political Participation: how and why people get involved in politics? Boston. University Press of America. 2nd edition.
- TAJFEL, H. (1981) Human Groups and Social Categories: studies in social interaction. Cambridge. Cambridge Univ. Press.

ZURCHER, L. A. & SNOW, D. A. (1981) Collective Behavior: social movements. In ROSENBERG, M. & TURNER, R. H. (eds). Social Psychology: Sociological Perspectives. N. Y. Basic Books.

OS CONSELHOS DE SAÚDE: PARTICIPAÇÃO OU CO-OPTAÇÃO? (*)

Mary Jane Paris Spink (**)

Entre 1984 e 1985 uma equipe de pesquisadores da FUNDAP - Fundação do Desenvolvimento Administrativo⁽¹⁾ - desenvolveu um estudo sobre a prática profissional nas unidades básicas de saúde, escolhendo, para a realização do estudo de caso, duas unidades do então Distrito Sanitário de Santo Amaro: um centro de saúde do Estado e um Posto de Atenção Médica da Prefeitura. A escolha recaiu nestas duas unidades em função do nível de complexidade do atendimento oferecido, assim como do envolvimento da comunidade na sua construção e funcionamento. O centro de saúde em questão, foi um dos primeiros em São Paulo a consolidar a participação popular através da criação de um conselho de saúde com composição paritária de funcionários e membros da comunidade. Este órgão, e a mobilização da população anterior a sua criação serão, então, o objeto da análise aqui pretendida.

O Centro de Saúde Parque Dorotéia foi fruto de um longo processo de mobilização da população dos 7 bairros a que serve; processo este que pode, para melhor visualização, ser dividido em três fases distintas.

Uma fase inicial em que a comunidade procurava enfrentar as carencias de serviços de saúde na região através dos poucos recursos de que dispunha: uma farmácia, a dedicação do padre da paróquia local e a boa vontade de uma atendente de enfermagem que, tendo mudado para o bairro em 1969, passou a atuar ativamente no grupo de mães da Igreja.

"Para tudo recorriam ao padre: era um parto, era marido que batia em mulher, era doença, era criança morrendo, tudo jogavam nas mãos dele. E ele

(*) Trabalho apresentado na XVIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, out. 1988.

(**) Professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

o que fazia (sabendo que eu trabalhava no hospital), jogava na minha casa. Vai lá na Dorotéia, corre na Dorotéia" ..

Além das visitas domiciliares de caráter emergencial, a atendente de enfermagem passou a trazer remédios conseguidos junto ao hospital onde trabalhava e distribuí-los junto à população que se congregava no espaço representado pela paróquia. O padre construiu aí um anexo onde foi criado um dispensário provido através das amostras grátis e outras doações do hospital.

"Eu tinha muita facilidade de ter amostra grátis; lá no hospital tinha demais. Então o Padre Bruno construiu dois quartos de lado da Igreja e nós fizemos ali como se fosse um atendimento de farmácia. Eu trouxe sacarias de medicação e amostras e ele mandou fazer prateleiras e ali a gente soltava muitas receitas para o pessoal que procurava".

Esta situação perdurou até 1977 quando passou a atuar na comunidade um grupo integrado por estudantes de medicina, nutrição, sociologia, jornalismo e serviço social. Pouco se conhece a respeito das motivações que levaram este grupo a atuar na comunidade. Sabe-se apenas que eles vieram a convite do padre a fim de fazerem algumas palestras nos cursos de noivos e a partir daí começaram a atuar, também, junto à comunidade. Sob sua orientação foram feitas várias reuniões com a população deste e dos bairros vizinhos para discussão dos problemas enfrentados pelos moradores da região. Destas reuniões resultou um levantamento, feito de casa em casa, buscando definir as reivindicações prioritárias dos moradores. Dentre estas, a comunidade elegeu como prioridade número um a construção de um centro de saúde. Formou-se uma comissão de moradores e o grupo profissional passou a atuar no assessoramento da mesma: auxiliando na mobilização da população através de reuniões, palestras, distribuição de panfletos e orientando sobre os procedimentos junto às autoridades competentes.

Inaugurou-se, assim, uma segunda fase que se encerra com a construção do centro de saúde e sua inauguração em julho de 1981. Após a

inauguração do centro de saúde o grupo de profissionais se afastou e o próprio movimento comunitário cindiu-se em função de diferenças de posicionamento sobre os objetivos da mobilização da população: um grupo aglutinou-se em volta da reivindicação concreta de construção do centro de saúde passando, a partir de sua inauguração, a zelar pela qualidade do atendimento oferecido; o outro, enfatizando o debate político, passou a concentrar-se nas atividades partidárias trabalhando em cima de propostas do PT.

A mera construção de um Centro de Saúde, entretanto, não é garantia de atendimento médico eficaz: as condições precárias da rede básica traduzidas na falta de equipamentos, insumos e de quadros e a ausência de médicos que, mesmo quando contratados não cumpriam o horário previsto no contrato de trabalho, levaram ao esvaziamento do atendimento e à frustração das expectativas da população.

No Parque Dorotéia a insatisfação da população com o atendimento no Centro de Saúde foi endossada pela liderança restante do antigo movimento comunitário. Foram realizadas reuniões com funcionários do centro, que na época não contava com um diretor, recorrendo-se eventualmente à direção do Distrito Sanitário. Em visita subsequente à área foi sugerida, pela equipe do Distrito, a constituição do Conselho de Saúde, dispositivo previsto numa Resolução da Secretaria da Saúde de agosto de 1983⁽²⁾.

Teve início, assim, a terceira fase deste movimento social: a eleição do conselho em Assembléia popular realizada com grande pompa contando com a presença de autoridades da Secretaria da Saúde e registrada pelas Câmaras da TV Cultura.

O Conselho de Saúde, cuja finalidade prevista na legislação seria a de "possibilitar a participação organizada da população no controle e melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos centros de saúde em sua área de atuação", começou a exercer suas funções numa época em que se configurava uma situação de crise na instituição. Crise esta que se manifestava em setores variados. Em primeiro lugar na mobilização

da população em função da insatisfação com a qualidade do atendimento dispensado no centro de saúde. Em segundo lugar nas disputas entre a direção (seja ao nível do próprio centro ou do distrito sanitário) e o corpo de funcionários médicos a respeito do cumprimento do horário de trabalho contratual, questão que era vista pela direção como condição sine qua non da melhoria do atendimento e pelos médicos como fugindo do âmbito administrativo e inserindo-se numa luta de caráter político-corporativista. E, finalmente, em terceiro lugar, nos conflitos deflagrados entre o pessoal de nível auxiliar em função da presença de um grupo de funcionários rebeldes às regras e a qualquer tentativa de exercício de autoridade por parte da direção. A própria direção do centro de saúde passou a ser pivô da crise: recém chegada, sua presença era vista com desconfiança pelos demais funcionários seja em função das medidas administrativas que tomou ou em função de seu posicionamento ideológico como médica sanitária.

Na crise assim configurada o Conselho teve papel importante, servindo de mediador entre as partes conflitantes dentro do centro de saúde e como instrumento de pressão frente ao Distrito Sanitário. Mas a crise aguçou também as contradições inerentes ao papel estipulado para o conselho. Acusado pelos funcionários de interferência nas questões técnico-administrativas do centro de saúde, rejeitando-se seu papel fiscalizador; e acusado por setores dentro da comunidade de não se proporem a uma atuação de caráter mais político, transformando-se em objeto de manipulação por parte dos poderes constituídos, o Conselho conseguiu, inicialmente algumas vitórias pontuais como a contratação de mais médicos, a transferência dos funcionários rebeldes, a requisição de equipamento odontológico. Sua atuação, entretanto, aos poucos se esvaziou e já em 1986, quando uma equipe do CEBRAPE⁽³⁾ realizou uma pesquisa na área, havia grande dificuldade de agendar reuniões dado o não comparecimento da comunidade e - visto que o mandato dos conselheiros havia expirado - os esforços no sentido de convocação de novas eleições não encontravam eco na comunidade.

Partindo de algumas características comuns aos movimentos sociais procurar-se-á, portanto apreender a dinâmica do caso aqui apresen-

tado, utilizando-se para este fim o esquema analítico proposto por Piven e Cloward (1979) ⁽⁴⁾ . A tese central destes autores, compartilhada por muitos que estudam a problemática dos movimentos sociais, é de que estes não ocorrem num vácuo histórico e político sendo essencial, portanto, desvendar os processos políticos subjacentes às três principais dimensões destes movimentos: o contexto social que os torna possíveis; a forma que a mobilização assume e a resposta das elites.

Considerando, em primeiro lugar, o CONTEXTO POLÍTICO mais amplo, Piven e Cloward colocam como condição essencial para a eclosão de uma ação popular organizada, a tomada de consciência da falta de legitimidade do sistema social de um lado e, de outro, a percepção dos direitos civis e da capacidade coletiva de alterar a situação problemática. Ou seja, a percepção das privações experienciadas como algo errado e capaz de ser remediado.

Não é mero acaso que dentre as inúmeras áreas de privação da população do Parque Dórotéia a saúde tenha sido priorizada. Vivia-se, então, um momento de transição do autoritarismo de vários anos de governo militar para um início de abertura política que, mesmo no governo Maluf, traduzia-se em maior atenção a questão da participação popular. A saúde, por várias razões, entre elas a presença de três grupos de atores influentes, passou a ser o alvo das atenções destas mobilizações embrionárias, que serviram como campo de aprendizagem para a população de diferentes bairros. Foi o caso do movimento de saúde da Zona Norte, contemporâneo do movimento do Parque Dorotéia, e campo de teste para a definição de formas de abertura à participação popular.

A situação de miséria era tal que a saúde não era nem mais nem menos prioritária que as demais carências na área social. Entretanto, no caso da saúde surgiram nesta época três grupos de atores cuja ação, embora decorrente de forças diversas e até contraditórias, acabaram por tornar os serviços de saúde de alguma forma prioritários e, portanto, pivô da mobilização da população. Eram eles: o Secretário de Saúde do Governo Maluf, Adib Jatene que propôs um ambicioso programa de construção de cerca de 400 centros de saúde e investiu seu prestígio na consecução deste objetivo. Os movimentos de saúde passaram, portanto, a ser

forças de pressão para liberação das verbas prometidas e o Secretário incentivou abertamente a organização popular, visitando a periferia, ouvindo os moradores e adotando palavras de ordem do tipo, "vocês tem que lutar pelo que é seu". A Igreja, que, seguindo a trilha aberta em Medellín, passou, a partir da década de 70, a enfatizar o contato profundo com as massas pauperizadas, a famosa "opção preferencial pelos pobres", criando as Comunidades Eclesiais de Base e, nestas, as Pastorais de Saúde, que engajavam profissionais da saúde para colaborar em palestras sobre problemas de saúde. Finalmente os médicos sanitaristas, força nova na profissão, formados especificamente para o trabalho junto à população e que, a partir de 1976 passaram a assumir seus postos na diretoria dos centros de saúde. Partindo de uma perspectiva social dos problemas de saúde e com presença nos centros de saúde em tempo integral, as alianças destes profissionais voltaram-se inevitavelmente à população e não à classe médica.

Este era o contexto. As condições eram favoráveis as reivindicações na área da saúde mas nem por isto elas se tornaram um fenômeno generalizado em São Paulo. Para a compreensão, portanto, da mobilização seletiva temos que recorrer aos processos de conscientização sobre os direitos civis e sobre a capacidade coletiva de alterar a situação problemática. No caso estudado o processo de conscientização parece ter sido fruto do trabalho realizado pelo grupo de estudantes junto à comunidade. Grupo este que, embora sendo uma incógnita, pois não houve contato direto com eles, parecem ter atuado no papel gramsciano de intelectuais orgânicos.

Conscientização e, evidentemente, um processo a longo prazo que implica na reelaboração das representações. Entretanto, a tomada de consciência central à ação popular organizada tem sentido mais restrito, ou seja, centra-se em problemas experienciados no cotidiano - tais como a falta de um atendimento médico - e não nos processos abstratos tais como a opressão a que estão sujeitas as classes populares. Assim, embora a longo prazo o concreto transforme-se em abstrato é importante assinalar que foi a experiência concreta que moldou o descontentamento da população do Parque Dorotéia no objetivo específico de construção de um centro de saúde.

Por sua vez, a FORMA que os movimentos sociais assumem é necessariamente condicionada pelo contexto institucional em que se dá a ação. É o contexto que molda não apenas a percepção coletiva dos problemas vivenciados, como também define os meios para a manifestação deste descontentamento. Assim, em um contexto institucional claramente demarcado, como a fábrica, o meio mais eficaz é a interrupção da produção através da greve. No caso de uma comunidade, as oportunidades de percepção coletiva da problemática - condição essencial dado que os movimentos sociais tem caráter coletivo e não individual - são menores e exigem, portanto, um maior investimento de tempo e energia por um grupo constituído em liderança. Esse esforço fica claro na fala de um dos líderes da comissão de saúde:

"O povo precisa mas nunca luta. Povo massa e assim. Eles se apoderam de uma meia dúzia de pessoas que podem lutar pelo geral. Então a gente aprovei tava fim de missa na Igreja. A gente segurava aquele povo ali. Fazia eles ouvir. Tinha gente que ia lá dar palestras mostrar a necessidade, que precisava fazer que nós conseguíssemos montar o Grupo de Saúde".

Os meios disponíveis para exercer pressão, por sua vez, são os de máxima interrupção, ou seja, os de se fazer sempre presente perante as autoridades através do envio de abaixo-assinados, convocação de visitas oficiais à comunidade, organização de caravanas, acampamentos junto as agências responsáveis e, em última análise, os quebra-quebras e motins, tudo visando despertar a atenção pública e pressionar por soluções angariando simpatias para a causa.

Foram estes os procedimentos adotados pela população mobilizada do Parque Dorotéia e bairros vizinhos nos anos que antecederam a construção do centro de saúde.

Finalmente, a RESPOSTA DAS ELITES vai depender da centralidade da questão em disputa para o Estado e das simpatias angariadas junto à população como um todo. Estes fatores conjuntamente irão determinar a possibilidade de ignorar ou reprimir as manifestações, ou, em contrapar-

tida, a necessidade de buscar soluções conciliatórias. Estas soluções conciliatórias passam tanto pelas concessões de objetivos específicos quanto pela tentativa de canalização dos protestos através de formas de participação legitimadas e menos desestabilizadoras.

A segunda fase do movimento de saúde do Parque Dorotéia encerrou-se como uma concessão do Governo: construção do centro de saúde. É preciso lembrar, entretanto, que as concessões feitas a população tendem, de maneira geral, a ser propostas que historicamente já haviam se tornado viáveis para o Governo. Assim, já fazia parte das propostas do governo Maluf a construção massiça de centros de saúde na periferia e as pressões exercidas pela população vinham ao encontro dos objetivos do próprio Secretário de Saúde. Desta forma, tornou-se possível, eventualmente, contestar até mesmo a versão de que o centro tinha sido construído em função da organização da população. Foi o que de fato ocorreu no Parque Dorotéia quando, por ocasião da Assembléia realizada para eleição do Conselho de Saúde, a Assessora da Secretaria de Saúde para Assuntos Comunitários, quando indagada sobre a participação da comunidade, declarou perante as câmaras da TV Cultura:

"Imagine, esse centro de saúde estava nos planos do governo desde 1980 ... como que foi construído pela comunidade???" (entrevista com a diretora do CS)

A construção do centro de saúde, como mencionado anteriormente, não satisfaz as expectativas da população quanto ao atendimento médico e a mobilização continuada por um segmento da população em busca de melhorias qualitativas e quantitativas no atendimento levou à constituição do Conselho de Saúde ou seja, a canalização dos protestos através de formas institucionalizadas de participação.

Tais formas de participação, entretanto, tem altos custos para a mobilização continuada da população. Em primeiro lugar porque tendem a distanciar a liderança, transformando-a em mediadora entre os dois grupos: população usuaria e sistema de poder concretizado na equipe de saúde. Em segundo lugar, porque tende a angariar a antipatia dos pró-

prios funcionários que se sentem fiscalizados e passam a questionar a sua competência para tratar de assuntos que são vistos como essencialmente técnicos-administrativos. E, em terceiro lugar, porque canalizam as energias para problemas pontuais obstaculizando a conscientização sobre os processos sociais mais amplos que são, em última análise, os determinantes da situação precária da saúde da população neste País.

Em resumo, o movimento de saúde do Parque Dorotéia exemplifica claramente as contradições do processo de democratização que acompanha o desenvolvimento da cidadania plena e conseqüente participação da população na Sociedade. Contradições decorrentes da valorização da mobilização da população em um processo de abertura política e, concomitantemente, da tendência de co-optação por parte das elites que, num mesmo movimento, representa um mecanismo de re-socialização política e a destruição do potencial de contestação e de desenvolvimento de uma consciência de classe.

BIBLIOGRAFIA

1. FUNDAP. Assistência a Saúde na Rede Básica: a prática profissional. Relatório Final. 1985.
2. Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo. Resolução 44 de 24/08/83. Regimento Interno dos Conselhos dos Centros de Saúde.
3. CARDOSO, Ruth L. Descentralização Administrativa e Política Local de Saúde. Relatório Final. CEBRAP, 1987.
4. PIVEN, F. F. e CLOWARD, R. A. Poor People's Movements: why they succeed, how they fail. New York, Vintage Books, 1979.
5. JACOBI, P. e NUNES, E. Movimentos para melhores condições de saúde: zona leste de São Paulo. Trabalho apresentado no V Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais. ANPOCS, Nova Friburgo, 1981.

A FORMA DO INFORMAL(*)

Peter Spink (**)

O título deste trabalho é em nada original. Criado pelo antropólogo Jeremy Boissevain em 1974, a frase serve de referência para um marco histórico importante no estudo de fenômenos organizativos: o reconhecimento de que forma é um assunto complexo demais para ser deixado para as palavras de ordem que ainda penetram sutilmente uma boa parte das ciências sociais - indivíduo, grupo, organização, sociedade, estrutura formal e informal.

Na área do "indivíduo" em psicologia social temos, me parece, conseguido avançar razoavelmente bem tanto como resultado do trabalho conceitual sobre o "eu" e o "mim" do George Herbert Mead e a escola do interacionismo simbólico, quanto com a retomada da noção de representação por autores europeus como Moscovici. Porém na área de formas organizativas estamos extremamente atrasados se comparado, por exemplo, com a antropologia, onde os estudos pioneiros da escola de Manchester (Barnes, Mitchell, Bott e Gluckman) sobre redes sociais no fim da década de cinquenta apontaram para o estudo da ação enquanto forma em movimento em contraponto ao estudo da reprodução tão favorecido pelo funcionalismo-estrutural (1).

Enquanto isso, na psicologia social é normal, ainda hoje, encontrar trabalhos e até livros sobre o tópico de "grupos" que nem sequer oferecem ao leitor uma definição rudimentar do assunto sobre o qual o conteúdo se trata. Assume-se, parece, que grupos são grupos e que todo mundo sabe o que são. Comentários iguais poderiam ser feitos sobre a famosa estrutura "informal" mesmo se em termos semânticos isso seria uma contradição: é possível ter uma estrutura "sem forma"?

(*) Trabalho apresentado na XVIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, outubro, 1988.

(**) Professor na EAESP - FGV e PUC-SP.

Na medida em que a psicologia social se restringe ao estudo do pequeno grupo entendido como um número fixo de pessoas, geralmente menos de 10, em contato direto na execução de uma tarefa concreta, pode-se argumentar pragmaticamente que não há muitos problemas que decorrem desta miopia conceitual porque de um lado a vida do laboratório não atrapalhou muito a vida de ninguém e de outro o grupo terapêutico precisava desta visão fechada para estimular a regressão, a projeção e a introjeção que são sua base necessária para a interpretação.

A dificuldade emerge com a descoberta da comunidade como um foco de atuação psicológica seja de forma investigativa, pedagógica, de bem estar, gramscianamente ou de qualquer outro jeito que tenha como base a idéia de ação em vez de observação. Como o único conceito sobre agregados não organizacionais nos livros de textos se referiam ao "grupo", era e continua sendo comum ouvir de pessoas bem intencionadas que eles estão ajudando a comunidade a se organizar criando "grupos". Para não criar a impressão de uma crítica uni-direcional permitam-me observar que na área de organização de trabalho o mesmo acontece - grupos semiautônomos de trabalho são concebidos como sendo de sete ou oito pessoas quando de fato a equipe de mineiros de carvão que deu origem ao termo tinha mais de quarenta e cinco membros.

Obviamente, "grupo" concebido desta maneira restrita tem muito pouco a ver com a densidade ou riqueza do fenômeno organizativo social e são justamente as consequências deste empobrecimento de visão que formam a base da minha preocupação.

Se tomamos como exemplo o "grupo" de um lado e a "rede social" de outro conseguimos ver mais claramente a pobreza de nossa linguagem analítica. A representação visual de uma rede é sempre linhas e pontos onde os pontos são as pessoas e as linhas são ou, para ser mais correto, estão as interconexões. A malha que se forma e se reforma, ora mais densa ora mais solta, é uma malha sem fim. E o grupo? Normalmente se desenharia conceitualmente em termos de um círculo com outros pontos dentro - as pessoas. A metáfora é de um conjunto ... aquele grupo lá ... definido assim um limite do que está dentro e, consequentemente, do que

está fora.

De um lado um conceito inclusivo e de outro um conceito exclusivo ... e o que acontece no meio destes? Porque obviamente o universo da forma não se restringe simplesmente a estas duas opções. Que termos se usaria para a imensa variedade de formatos que tem como fundo as múltiplas malhas referenciais das diferentes áreas do espaço de vida e como figuras circulos, ora fechados ora pontilhados, representando as características diferentes dos limites ou fronteiras, sua exclusividade ou penetrabilidade?

Infelizmente a resposta na maioria dos manuais de psicologia social tem sido "grupos informais", ou, para desprestigiar mais ainda, o "cotidiano" .. Do primeiro, entende-se "a mesma coisa que um grupo... sabe" enquanto do segundo entende-se uma espécie de nevoeiro que mais se aproxima a uma prancha do TAT do que qualquer outra coisa.

Enquanto a nossa relação com o campo é meramente aquela de observador, o "não enxergar" não atrapalha ninguém, a não ser o observador. Porém ao buscar uma relação mais ativa em relação ao campo, seja de apoiador, interpretador ou assessor o quadro muda sensivelmente. Até que ponto, em outras palavras, seremos capazes de agir utilmente e de forma socialmente inteligente no desmascaramento das questões contraditórias de poder que se manifestam na interface do Estado e a Comunidade Social e na relação da pessoa, enquanto cidadão, com seus pares se a nossa caixa de ferramentas de forma somente tem um utensílio?

Permitam-me a responder utilizando um caso concreto de um movimento autóctone que acompanhei num bairro de Londres. Trata-se de um caso algo diferente do comum porque o bairro não é um bairro de pessoas pobres e o movimento foi marcado por uma total letargia na dimensão organizativa.

É um bairro de subúrbio fazendo parte da administração local de um dos "boroughs" no sul de Londres. A sua população na época era mista: trabalhadores qualificados, técnicos, artesões autônomos, profes-

sores da rede pública e burocratas de nível médio. A população tem duas faixas etárias, Uma perto de aposentadoria, que veio para o bairro quando ele estava sendo construído na década de 30 e outra de casais jovens que estavam entrando no bairro na medida em que os outros se aposentavam. Tinha pessoas de todas as cores políticas e outros apetrechos de um bairro deste tipo. Pequenos estabelecimentos comerciais, dois Pubs, escola primária e secundária, casas geminadas com jardins pequenos onde o contato com o vizinho é imediato porém com o respeito à privacidade que é característica dos povos do norte da Europa.

O bairro se situa num morro com parques por perto e e marcado em dois lados por ruas principais e bastante movimentadas que são usados para o fluxo diário de entrar e sair do trabalho no Centro de Londres e para o fluxo lateral formando assim um ângulo reto. Com o decorrer do tempo o aumento de trânsito nestas avenidas começa a criar, especialmente na hora do pico, problemas de engarrafamento. Os motoristas começam a buscar saídas para evitar o problema do trânsito e começam cada vez mais a escoar pelas pequenas ruas do bairro.

Moradores começam a falar entre si sobre os perigos que isso causa tanto para a população idosa quanto para as crianças, e, gradativamente, a discussão aumenta ao ponto de um vereador local morador do bairro sugerir que seja feito um abaixo-assinado para a administração local. (Londres nesta época tinha uma estrutura municipal dupla com um conselho metropolitano e conselhos de administração local, os "boroughs"). Algumas pessoas que discutem isso no Pub ou na hora de levar as crianças para a escola se prontificam e, de maneira bem solta, todo mundo acaba por assinar.

O vereador apresenta a petição na câmara e o assunto é encaminhado à comissão de obras e vias locais onde além de vereadores estão presentes os oficiais da administração local entre os quais o engenheiro chefe. O tempo passa, é feito mais um abaixo-assinado cobrando a demora (que irrita o vereador que responde que o assunto está bem encaminhado) e sai a conclusão: não é possível fazer nada porque o problema depende de ação na órbita do Conselho de Londres onde está sendo discutida a

construção de uma rodovia principal que deslocaria o fluxo principal fora das áreas suburbanas.

Após um tempo os moradores começam a conversar de novo. A malha é extensiva e formada por vínculos de vizinhança, via crianças na escola, via os Pubs, via a conversa na venda e assim vai. Surge a idéia de ação como uma maneira de chamar atenção e sem foco explícito de organização é decidido bloquear a pequena rua na hora do rush. A consequência é um engarrafamento de 5 quilômetros. Uma pessoa descobre que o engenheiro chefe é obrigado por lei a responder as cartas que recebe dos residentes do "borough" e começa uma correspondência sem fim. Sai outro bloqueio e outro abaixo-assinado que irrita mais ainda o vereador porque este é obrigado por lei a apresentar a petição na reunião geral do conselho. Outras começam também a escrever para o engenheiro chefe que num determinado momento passou a responder a cerca de 50 cartas por semana.

Neste processo todo não houve nenhum comitê, nenhum grupo organizador. O ritmo era esporádico e, em momentos diferentes, pessoas diferentes decidiram que era a sua vez de fazer algo reconhecendo a razão dos outros que diziam "ah eu não tenho tempo... acho que é a sua vez" .

Num determinado momento, talvez por causa da quantidade de cartas, o engenheiro chefe começou a escrever a uma das moradoras mais persistentes endereçando-a como "secretária do comitê de moradores" e ao receber a sua resposta que isso não era verdadeiro continuou a sugerir que os residentes talvez gostariam de se organizar porque aí o conselho poderia discutir melhor as opções e as dificuldades. Logo após, o vereador também fez a mesma sugestão, apontando que era muito simples formar uma associação de bairro e que o Conselho, que havia sido eleito numa plataforma de participação popular tinha introduzido algumas medidas como, por exemplo, o direito de utilizar escolas públicas para reuniões e outros eventos festivos. Os moradores começaram a discutir e acharam que isso daria muito trabalho e ninguém estava a fim. Também ficaram preocupados sobre quem escolher dado a diversidade política do

bairro. Eles já tinham alugado a escola por conta própria para fazer uma festa de natal para as crianças e não viram muita vantagem em ter isso como um "direito".

O conselho introduziu uma nova lei dando direito a voz as "associações da comunidade formalmente constituídas" nas diversas comissões do Conselho, e o vereador refez a sua sugestão como também a associação de bairro de um bairro vizinho se ofereceu a incluir o bairro no seu comitê e representá-la no conselho para aproveitar a nova abertura.

A preguiça reinava, ninguém estava a fim e o movimento continuou na sua forma frouxa e mal articulada, a reclamar sobre a situação no bairro.

Moral da estória: três meses mais tarde diversas pessoas do bairro receberam cartas do conselho pedindo se um dos residentes poderia vir discutir o problema do bairro na comissão de obras e vias locais. Alguém foi, sendo introduzido cuidadosamente pelo presidente da comissão como "um dos residentes do bairro tal", e essencialmente apresentou os seus sentimentos pessoais sobre a falta de ação do conselho e a inaceitabilidade pessoal das razões que estavam oferecidas. Ao ser perguntado se estes eram sentimentos que os outros moradores compartilhavam a pessoa respondeu que imaginava que sim, mas que a comissão teria que perguntar a eles porque ele não era um representante e não sentia nenhuma obrigação neste sentido. Ao ser indagado, no final da discussão, se ele estava satisfeito com as informações prestadas pela comissão, respondeu que as informações eram claras porém ele pessoalmente não estava satisfeito. "E os outros?" veio a pergunta... "Vocês vão ter que perguntar para eles"... veio a resposta.

Ao sair da reunião, a pessoa foi abordada por um outro cidadão que estava observando a discussão (as comissões locais são abertas ao público). Ele se apresentou como sendo o secretário de uma associação de residentes de outra parte do "borough" e indagou sobre como ela tinha sido convidada quando apenas associações formais poderiam falar

e a associação dele estava aguardando quatro meses. "Você sabe", ele continuou, "que vocês são o primeiro grupo a falar dentro da nova diretriz, como que vocês conseguiram isso?" "Nós não somos um grupo", respondeu a primeira.

Dois anos mais tarde a rua que dava o nome ao bairro foi fechada experimentalmente, forçando o tráfego intermunicipal de volta para as avenidas principais.

Em termos organizativos e, apresso-me a dizer, sem a consciência discursiva das suas ações, teríamos que admitir que o movimento foi eficaz. Eles conseguiram se manter dentro de uma opção de forma que permitiu a articulação de ação porém sem chegar a uma estruturação que a tornaria mais um entre muitos outros "grupos" ou "associações" de bairro. Estes, ao batalhar pelo espaço de influência são, muitas vezes, sutilmente domesticados pelas normas de conduta da ecologia social e organizacional da qual acabam por ser convidados a fazer parte. Algo que Cockburn chamou, na sua análise do processo de participação popular no gerenciamento de conjuntos habitacionais, de "O Estado Local" ⁽²⁾ .

Na sua preguiça organizativa o movimento conseguiu se manter num nível necessário e suficiente para permitir a incorporação de segmentos bastante diferentes sem forçar um grau de coesão que inevitavelmente levaria a codas as dinâmicas que conhecemos de nossos trabalhos de "grupo". Evitou-se o trabalho desgastante da manutenção da vida afetiva do "grupo" pelo simples expediente de não o formar. Evitou-se as inevitáveis brigas de liderança e de panelas (o "grupo de dentro" e o "grupo de fora" - "in group" e "out group"), de resoluções em reuniões e de votos "democráticos" pelo simples fato de não ter representantes. Cada um se representou num corpo a corpo de democracia quase direta e se considerou com toda a liberdade de falar em nome dos outros quando bem entendesse, não enquanto representante mas enquanto co-cidadão.

Pode-se dizer que o movimento foi desorganizado? Penso que não... mas organizado de que forma? Quais os conceitos que precisamos criar para tornar o nosso estudo prático da comunidade em movimento

mais cuidadoso e, devo dizer, mais respeitoso. Quantas pessoas, se colocadas dentro desta situação como agentes de desenvolvimento, teriam trilhado a trilha da forma mais comum? Quantas, ao contrário, teriam tido a coragem de responder à pergunta sobre "qual o grau de organização necessária?"... "muito menos do que você pensa?".

Ao tecer estas indagações, não é minha intenção propor uma nova maneira melhor de ajudar a comunidade a se organizar. Ao contrário, a intenção é de chamar atenção para a variedade de formas que existem no espaço entre a rede, de um lado e o grupo de outro, e especialmente aquela parte do contínuo ou espaço que normalmente recebe a descrição de "desorganizada" - expressão esta que é mais ilustrativa da ideologia do comentarista do que do objeto do comentário.

A linguagem deste espaço está sendo gradativamente construída: na língua inglesa usa-se termos como "clusters", "quasi-groups", "loosely coupled systems". Nos nossos trabalhos na Tavistock sobre formas alternativas de lidar com planejamento e decisão pública na área de "citizen planning" começamos a usar a expressão "agrupamentos" pela razão que o termo não carrega nenhuma definição a priori e, portanto, força a pergunta "de que tipo"; uma pergunta, em outras palavras, investigativa⁽³⁾.

Seja quais forem as palavras, o importante é o reconhecimento do assunto e, mais importante ainda, nossa pouca compreensão sistematizada dele. Por muito tempo o fenômeno organizativo tem sido relegado a uma falsa racionalidade instrumental⁽⁴⁾, tratado como algo meramente técnico. Ao contrário ele e a materialização social das contradições políticas mais amplas ... e nós simplesmente o jogamos no lixo do "informal" e do "cotidiano" e com isso negamos o nosso papel no empreendimento coletivo das ciências sociais.

Como, eu me pergunto, é possível se declarar preocupado com a ação social sem buscar compreender sua forma. Sem perceber que isso é um passo necessário para o desenvolvimento de uma maneira de agir que poderia ajudar as pessoas a transformar sua consciência prática numa

consciência discursiva, no dizer de Giddens(S); de tornar a intuição que se manifesta numa preguiça de se organizar em uma tomada de consciência das contradições inerentes na ação humana.

BIBLIOGRAFIA

1. FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos. São Paulo, Global, 1987.
2. COCKBURN, C. The Local State: Management of Cities and People. London, Pluto Press, 1977.
3. SPINK, P. K. and HICKLING, A. Group Decision Making: a call for selectivity in form and practice. Relatório para UNESCO. Tavistock Institute, Doc. 2T 148, 1978.
4. GUERREIRO RAMOS, A. A Nova Ciência das Organizações. Rio, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.
5. GIDDENS, A. Central Problems in Social Theory. University of California Press, 1979.

PSICOLOGIA E MOVIMENTOS POPULARES: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE APROXIMAÇÃO

Genaro Ieno Neto (*)

A partir das práticas de trabalho junto a grupos populares (pequenos produtores rurais, posseiros, canavieiros, favelados e trabalhadores da construção civil), na Paraíba, pretende-se levantar algumas questões surgidas no interior dessas práticas e propostas de como a Psicologia pode contribuir no melhor delineamento e na busca de respostas a essas questões.

Para efeito deste trabalho delimita-se por movimentos populares as práticas desenvolvidas pelos grupos com os quais se efetivamente trabalhou, compreendendo que tais práticas se processam articuladas ao jogo de forças sociais produzido tanto a nível geral da sociedade, como pelos desdobramentos desse jogo ao nível local de existência desses grupos.

Por outro lado, define-se como objeto de trabalho, a partir do qual as questões propostas foram escolhidas, a produção singular, particular, de Cultura no interior dos grupos, ou seja, no interior dos contextos e conjunturas sociais em que essa produção singular se realiza.

Portanto, neste trabalho, falar em Psicologia e Movimentos Populares é falar, tendo por referência um conjunto de experiências, da tentativa de relacionar a Psicologia e o Popular mediatizados por um determinado tipo de prática, que poderíamos chamar de prática educativa, priorizando na análise dessa prática a produção de Cultura. Assim, essa perspectiva procura priorizar na Psicologia a compreensão de como se dá o processo singular de produção da cultura popular, a partir e em função das práticas educativas concretas junto a grupos populares determinados.

Por que esta opção? Porque, nas palavras de Marshall Berman: "Se os nossos anos de estudo nos ensinaram alguma coisa, deveríamos ser

(*) Professor da Universidade Federal da Paraíba.

capazes de (...) ouvir mais acuradamente, de enxergar e sentir abaixo das superfícies, e de estabelecer comparações que abranjam o tempo e o espaço de uma forma mais ampla; de buscar significações ocultas e articulações que possam auxiliar as pessoas nas suas atividades e mostrar-lhes que quando olham, falam, pensam e sentem diferentemente uns dos outros, ainda assim possuem muito mais pontos em comum do que possam imaginar. (...) É isso que podemos fazer pela solidariedade e pela consciência de classe. No entanto, não poderemos fazer isso, não conseguiremos propagar idéias que conduzam as pessoas a viverem juntas, se tivermos perdido o contato com a realidade imediata dessas vidas. Se não soubermos como reconhecer as pessoas, como elas vêm e sentem a experiência da vida, nós jamais seremos capazes de ajudá-las a reconhecer a si mesmas e a mudar o mundo". (1)

Retomando, portanto, falar em Psicologia e Popular significa priorizar na Psicologia a compreensão de como se dá o processo singular da produção das culturas populares. O adjetivo popular qualificando o termo cultura indica que não faz sentido se falar em cultura no singular e, portanto, é equivocado o conceito monolítico de Cultura Nacional ou Cultura Brasileira, assim como é necessário diferenciar os conceitos de Cultura Popular e Cultura de Massa. Da mesma forma não existe a Cultura Popular, mas culturas populares, no plural. Por que?

Porque cultura é entendida como atividade produtiva de bens simbólicos que objetivam reproduzir, resistir ou transformar uma dada realidade social. Além disso, cada produção cultural tem por referência uma determinada experiência de vida social e em alguns ou muitos de seus aspectos transcende a própria realidade social a que se refere. Por outro lado, essas realidades sociais particulares a que cada cultura se refere, não existem em si, mas articuladas e muitas vêzes de forma conflituosa. Neste caso, as culturas se posicionam frente a aspectos antagônicos da vida social como é o caso de características importantes da relação culturas populares e culturas das classes dominantes numa determinada sociedade.

Assim, apesar de não ser suficiente, é necessário afirmar que a cultura de um determinado grupo popular se produz tendo por referência

as relações conflituosas que mantém com as classes dominantes e relações de afinidades diversas com outros grupos sociais, conforme conjunturas concretas de vida social.

Por isso, o conceito de cultura é uma ferramenta importante para se poder compreender como se reproduz e se recria a nível da subjetividade as condições concretas de vida a que as pessoas estão submetidas, o sentido que as pessoas dão à posição de classes que ocupam na sociedade concreta em que vivem.

Dessa forma, entende-se por cultura não só o "mundo dos livros e das belas artes" mas sobretudo os processos de produção de sentido e significado, as formas particulares que cada grupo social tem de viver e pensar o cotidiano, assim como os mecanismos ideológicos com que se impõem um falso consenso. Portanto, a representação que se tem do mundo concreto que se vive se elabora a partir das condições historicamente situadas de existência, dando significado e sentido ao comportamento na medida em que este reproduz, resiste ou transforma essas condições de vida.

As interrelações dinâmicas, que muitas vezes parecem desconexas, entre a tríade aderir, resistir ou transformar é fundamental para que se possa entender os vários sentidos, as vezes contraditórios e simultâneos, múltiplos, que dão conteúdo a cultura de um grupo popular ou de uma pessoa desse grupo. Neste ponto vale lembrar a frase de Deleuze: "Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age". (2) Assim, pessoas que vivem no seu cotidiano sentimentos contínuos de fadiga, humilhação e frustração, conseguem produzir momentos de muita alegria (como nas festas, por exemplo), de solidariedade, de perseverança. Em meio a tudo isso existe o alcoolismo, a competição, as brigas, a exploração do mais fraco, o desrespeito a companheiros de um sofrimento comum, a desesperança. É na complexidade das contradições desse conjunto de significados que se processa aos populares o sentido do trabalho, da família, da afetividade, das manifestações artísticas, da noção de espaço e tempo, do sentir medo e coragem, do prazer e da dor, do significado da vida e da morte, do quase nada

permanente e do quase tudo provisório. Assim, o processo de produção de culturas populares se constitui por movimentos múltiplos obedecendo lógicas diversas, conforme conjunturas concretas de vida. As práticas de trabalho junto aos movimentos populares carecem de uma melhor compreensão desse processo. Aqui está uma boa questão para que os psicólogos se envolvam com ela.

O imediato e o concreto estão fortemente presentes nas culturas populares. No entanto, é, muitas vezes, através da história do contar um caso que os populares conseguem se abstrair do aqui e agora na tentativa de contextualizar suas opiniões. A história pessoal de vida, a história da família, do grupo ou comunidade a que pertence são frequentemente retomadas pelos populares como possibilidade de raciocinar e analisar por comparação situações concretas novas, onde têm que decidir sobre o que fazer. Assim, utilizando a memória da história individual e/ou coletiva a cultura popular raciocina sobre o presente tentando sentir a pensar o que deve ser dito e o que deve ser feito. A memória passa a ser, então, um instrumento para se tentar compreender e dar sentido ao que se está vivendo e sentindo no presente. Ou, pelo menos, a memória seria algo tipo reciclagem: tentar descobrir novos significados ou relembrar antigos presentes em experiências já vividas, no passado pessoal ou do grupo. Além disso, dependendo da conjuntura concreta que se está vivendo, a seletividade subjetiva da memória pode produzir sentidos diferentes de interpretação do passado, do presente, de perspectiva de futuro, de vida, enfim. Vale lembrar que essas conjunturas particulares estão articuladas com a dinâmica da correlação de forças sociais a nível geral da sociedade. Entra aqui, portanto, a questão do poder, ou seja, em que medida as classes dominantes, através do Estado e de outros mecanismos, contamina as conjunturas particulares de vida cotidiana e como, no caso, os populares reproduzem, resistem e/ou se confrontam abertamente com esse exercício concreto de poder, quer a nível de subjetividade, quer a nível dos comportamentos objetivos, quer da relação entre ambos. Aqui uma multiplicidade de questões aparecem como desafios a serem localizados, compreendidos e trabalhados. Por exemplo, a relação entre desejo, interesse e poder: o poder é detido por uma classe dominante definida por seus interesses econômicos; e a classe do-

minada como se posiciona frente a esse poder? Talvez o interesse de classe, definido em termos econômicos, não seja a última palavra. Talvez hajam investimentos de desejo que operem de forma articulada mas diferenciada em relação a posição de classe a que o indivíduo se encontra. Essa relação entre desejo, interesse e poder é ainda pouco conhecida. Nas palavras de Foucault: "Foi preciso muito tempo para se saber o que era a exploração. E o desejo foi, e ainda é, um grande desconhecido. É possível que as lutas que se realizam agora e as teorias locais, regionais, descontínuas que estão se elaborando nestas lutas e fazem parte delas, sejam o começo de uma descoberta do modo como se exerce o poder". (3) Por exemplo: os relatos de histórias de vida feitos por pessoas ou grupos do meio popular tanto quanto o interesse de classe não poderiam privilegiar também o desejo? Ou perguntando de outra forma: o que dá sentido ao olhar e que produz uma determinada leitura sobre o passado não seria, mais ou tanto quanto as condições concretas de vida presente, o que se espera (deseja?) do futuro? Além disso, do conjunto de expectativas, não necessariamente articuladas de forma coerente, quais delas seriam priorizadas na luta pelo futuro? Exemplificando com uma hipótese: dependendo se for a justiça ou a liberdade que os populares priorizem como valor básico que oriente seus projetos de construção do futuro, a luta no presente pode assumir características diferentes. A justiça tenderia a enfatizar normas, estruturas, instituições que pudessem viabilizar e garantir o que fosse considerado justo: o fundamental seria produzir a justiça e a justiça para o povo, onde as categorias hegemônicas seriam o nacional, o povo, o coletivo, o todo, a disciplina, o planejamento, a coerência, tudo no singular. Já a liberdade tenderia a priorizar o processo, as relações com e não o produto, dando importância maior a possibilidade do exercício das diferenças, da capacidade criativa, do espontâneo, da pluralidade, resistindo a tudo que fosse único, estruturado com rigidez, instituído, já dado. Se essa diferença entre o Projeto-Justiça e o Projeto-Liberdade tem alguma razão de ser, ela poderia se constituir num dos elementos explicativos para se compreender a existência de tendências diferentes de como e para onde lutar. Por outro lado, justiça e liberdade não são os únicos conteúdos possíveis do que se poderia chamar investimentos de desejo em relação ao que se quer do futuro. E o que se quer ou deseja do futuro contamina o olhar sobre o pas-

sado, a interpretação do presente, assim como a produção de estratégias e táticas de luta.

Existe uma certa concepção que afirma que o desejo é algo que diz respeito a classe média e as elites, enquanto aos trabalhadores restaria unicamente seus interesses de classe. Essa visão reduz a análise dos comportamentos dos grupos populares a uma interpretação economicista e racionalista, desconsiderando a subjetividade e portanto, a capacidade criativa de produção de cultura, de produção de sentidos, que pode ser muito contundente para se compreender o que e como os populares pensam e agem, mais contundente do que os determinantes estritamente de ordem econômica. Trazer a questão da subjetividade para o palco das práticas educativas e da luta política, do ponto de vista popular, é uma contribuição que a Psicologia e os psicólogos podem produzir.

Uma outra questão, talvez decorrente da anterior, que pode ser localizada através da prática de trabalho junto a grupos populares é a relação entre projeto pessoal de vida e projeto de vida coletiva. Ou seja, a relação individual/coletivo, particular/geral. O que se tem constatado é, muitas vezes, uma dicotomia, uma separação entre as aspirações da vida individual e o que se diz e o que se faz com a luta coletiva. Isto pode ser observado, quando se compara as conversas particulares, o comportamento no grupo familiar e por outro lado, as falas e as ações nas reuniões ou nas atividades coletivas do grupo. Evidentemente essa separação não é exclusiva dos grupos populares, no entanto, a sua existência coloca a questão de como na prática educativa e política se consegue articular esses níveis diferenciados de expressão da cultura: como nas experiências coletivas de organização da luta pela vida, quer contra a exploração econômica e a dominação política, quer na construção de um projeto comum, as diferenças entre projetos pessoais, as diferentes potencialidades individuais possam ser contempladas. Outra dimensão dessa mesma questão é a relação entre os projetos singulares de cada grupo popular e a emergência de um projeto popular a nível nacional que possa articular e dar um sentido orgânico as várias lutas locais e regionais. Essa tarefa caberia a um partido político? Se assim for, quais as características desse partido? Ou, pelo contrário, a existência de um partido que tente dirigir as várias experiências locais de luta dos grupos popu-

lares na perspectiva de viabilizar um projeto de transformação social para o País, iria necessariamente castrar a capacidade criativa dessas lutas? Este é um debate, entre outros, que os psicólogos que trabalham com grupos populares podem participar.

Outra questão, também articulada as anteriores, e como compreender e o que fazer com a relação entre o silêncio e a fala, entre o dito e o não-dito, entre a intenção calada e o gesto expresso. O silêncio significa passividade, medo, timidez, recalque? O silêncio seria optar pela possibilidade de adaptação a um contexto que, caso contrário, exigiria luta? Ou o silêncio, sobretudo, já contém em si mesmo algo de novo e já em luta com o que está instituído, com o que está dado? Para pessoas que vivem individual e coletivamente, de forma radical, a situação de dominação, esta não é uma questão menor. Criar espaços onde as várias formas de manifestação do silêncio possam ser debatidas pelos próprios populares, na perspectiva de que possam compreendê-las para si e utilizar o que elas contém de significado concreto em suas estratégias e táticas de luta, pode ser uma outra contribuição a que os psicólogos podem se dedicar.

Falar sobre o psicólogo atuando junto a movimentos populares, talvez seja falar sobre o esforço de aproximar pessoas, que apesar das diferenças, possam ter projetos que tenham algum tipo de afinidade, quer a nível do olhar ou da pele; da subjetividade ou da razão; nos silêncios, nas falas ou nos gestos; no passado, no presente ou para o futuro; na esperança de ser possível mudar o mundo naquilo que produz sofrimento a cada um ou aos outros; na eventual crença na possibilidade futura de que "O livre desenvolvimento de cada um seja a condição de livre desenvolvimento de todos". (4)

Sem algum tipo de afinidade, mesmo que num primeiro momento não esteja suficientemente clara, não será possível psicólogos e populares se sentirem parceiros de algo em comum. Sem afinidades a tendência é desenvolver relações de dependência, portanto de dominação de uns sobre outros e provavelmente dos psicólogos sobre os populares, com todas as consequências que isso acarreta.

Mas sentir afinidades não é suficiente, é preciso que se caminhe na direção de se clarear quais são elas, para se saber como, onde, com que sentido se está ou se estará juntos, enfim, para se poder construir um projeto de luta comum, mesmo que com significados distintos para cada um dos parceiros.

Ir tendo clareza das afinidades implica também ir tendo clareza das diferenças. Este processo para que ocorra é preciso que se dê num espaço onde quem fala o quê e quem decide o quê seja motivo de avaliação conjunta e permanente entre psicólogos e populares. Um espaço onde as relações de poder e portanto de saber, estejam em contínuo processo de questionamento conjunto. Um espaço onde nenhuma norma instituída tenha valor em si, mas nunca além do que ela possa contribuir para a vivência concreta e refletida das afinidades e das diferenças, da luta pela construção dos projetos comuns. Exercitando essa possibilidade, psicólogos e populares estarão ambos sendo sujeitos de um processo não só educativo como terapêutico, onde o adjetivo popular entra para assinalar uma opção política a respeito do sentido que se pretende dar a prática profissional, numa sociedade, mesmo que se queira em última instância, mas marcada significativamente pelo conflito de classes. Compreender como esse processo de criação de afinidades se produz é uma possibilidade de trabalho para os psicólogos.

Este conjunto de considerações feitas aqui está relacionado com cerca de quinze anos de trabalho junto a grupos populares na Paraíba. Durante a maior parte desse tempo o envolvimento excessivo com a prática de trabalho comprometeu a possibilidade de uma reflexão mais sistemática da experiência vivida. No entanto, foram as inquietações, as angústias, as dificuldades, os impasses, os equívocos, os erros, as críticas e auto-críticas, as perguntas insatisfatoriamente ou não respondidas que tornaram necessariamente concreta a exigência de estudar para se capacitar melhor para a prática. A necessidade de estudar não foi motivada por anseios meramente de satisfação intelectual, mas para se ter condições de se pensar mais criativamente a experiência concreta de trabalho. Por isso, a pergunta sobre a especificidade da Psicologia no Trabalho Social não apareceu "a priori" como preocupação que orientasse de alguma forma

a prática, assim como hoje essa pergunta continua não sendo importante. A questão não é enquadrar a prática em algo formal que possa ser chamado de Psicologia. O desafio é selecionar entre as múltiplas questões produzidas pelas práticas concretas de trabalho junto as classes populares, aquelas questões que nos impulsionam, psicólogos e populares, no sentido da busca conjunta de viabilizar projetos comuns e que por isso possam nos envolver a todos e por inteiro, tanto a nível da razão como no da paixão. Sendo assim:

- 1) nós psicólogos também poderemos contribuir na busca de respostas a essas questões;
- 2) estaremos engajados em algo que também nos diz respeito;
- 3) poderemos estar produzindo uma Psicologia que não só será educativa e terapêutica aos populares, mas também a nós mesmos;
- 4) poderemos estar contribuindo para uma dispersão ainda maior da Psicologia, mas quem garante que, no momento, este não é o melhor caminho para quem pretende construir o caminho ao caminhar?

BIBLIOGRAFIA REFERIDA NO TEXTO

- (1) BERMAN, M. "Os Sinais da Rua: Uma Resposta a Perry Anderson" in Presença n° 9, fev. 1987, RJ, pp. 122 a 139.
- (2) DELEUZE, G. "Os Intelectuais e o Poder" in Microfísica do Poder. Ed. Graal, RJ, 1979, pp. 69 a 78.
- (3) FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Ed. Graal, RJ, 1979, pp. 69 a 78.
- (4) MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". s. d., SP, Ed. Escríba.

PSICOLOGIA E COMUNIDADE

O PSICÓLOGO NA COMUNIDADE (*)

Elizabeth de Melo Bomfim (**)

Aceitei falar sobre o tema proposto para provocá-lo. Provocá-lo para que possamos caminhar na reflexão teórica e na prática da Psicologia. Assim, creio que o tema permite, de antemão, diferentes leituras, todas elas tendo por condição básica uma atuação sócio-política posto que, há muito sabemos da impossibilidade da neutralidade político-ideológica no trabalho psicossocial. E esta relação psicólogo-comunidade é uma relação psicossocial.

Uma primeira abordagem do tema leva-nos à reflexão do psicólogo enquanto cidadão inserido em uma comunidade. Neste caso, seu papel não difere, essencialmente, dos demais cidadãos já que é perpassado pela relação hegemônica e pela relação do poder-dever às quais está submetido todo sujeito social. O cidadão psicólogo responderá à cidadania com a devida participação que lhe compete.

Uma segunda abordagem, que creio ser mais pertinente a este evento, diz respeito a atuação profissional do psicólogo nas comunidades. E os perguntamos: mas todo trabalho do psicólogo não é exercido numa determinada comunidade? Assim, não teríamos de abordar as áreas tradicionais de trabalho da Psicologia para abarcarmos toda a questão? Vamos então juntos provocar mais o nosso tema e nos perguntarmos sobre as comunidades que estamos nos referindo. Que comunidade gerou este tema de discussão? Não há dúvida alguma na resposta: foram as comunidades carentes, periféricas e desprivilegiadas que nos provocaram. Foram elas que abriram espaço para o trabalho comunitário no Brasil, nos questionando

(*) Conferência realizada no evento promovido pelo Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região e do Sindicato dos Psicólogos do Distrito Federal, em comemoração ao dia do psicólogo. Brasília-DF, agosto, 1988.

(**) Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social ABRAPSO; Professora no Departamento de Psicologia da UFMG.

sobre a nossa prática.

A história deste confronto, com mais de uma década, já que os primeiros trabalhos foram iniciados nos anos 70, clama por uma reflexão e uma avaliação desta prática que temos exercido.

Creio que o trabalho dos psicólogos nas comunidades carentes tem caminhado por três vertentes que, tendo na prática se interpenetrado algumas vezes, permitem delinear traçados distintos.

A primeira vertente que poderíamos denominar "a clínica nas comunidades" tem tido como base, a reprodução do encaminhamento clínico nas comunidades desprivilegiadas. O atendimento é feito em Postos ou Centros de Saúde Públicos, em projetos de trabalho interdisciplinar (que na prática tem sido mais esquizodisciplinar). O psicólogo no espaço que lhe é reservado, em geral pequeno e sem condições adequadas, atende o cliente ou o grupo-cliente, numa relação terapêutica. A intervenção visa o tratamento ou cura e, dadas as condições histórico-sociais, seu trabalho está, geralmente, submetido à Ordem Médica. É, algumas vezes, o responsável pelo cliente que o médico não deu conta de tratar: "Ele não tem nada físico então só pode ser psicológico".

Este tipo de trabalho, tem por orientação teórica a crença na universalidade do homem (as teorias psicológicas são adequadas a todo ser humano e em qualquer situação) e não está atento às particularidades sócio-econômicas e físico-ambientais do cliente.

Algumas dificuldades deste tipo de trabalho já podem ser apontadas:

- 1 - Atendimento limitado a um restrito número de clientes;
- 2 - Tratamento é baseado em verbalizações de cliente ou grupo-cliente que tem dificuldades em verbalizar, dado o baixo nível educacional;
- 3 - Há um desconhecimento e algum preconceito em relação ao

trabalho do psicólogo.

É precaríssimo o número de publicações dos resultados deste trabalho. Pelas poucas informações que dispomos, podemos dizer que, este trabalho é, geralmente, financiado por instituições públicas relacionadas à saúde e de abrangência municipal e/ou estadual.

Há um número significativo de estudantes engajados, através de seus estágios supervisionados, nas práticas comunitárias deste teor.

Um relato de duas estudantes, Patrícia e Simone, evidencia a dramática situação dos estudantes que indo às comunidades se vêem perplexos com a trama existente entre as comunidades e as instituições públicas. No atendimento a um caso, M. E., 15 anos, cujo tio havia se queixado de que ela "era ruim da cabeça, não conseguia aprender a ler e a escrever", narram sobre esta moradora da favela "Tia Amância":

"Esqueço tudo, minha cabeça não dá para guardar nada! Não deve ser ótimo? Amnésias, amnésias. Sabe escrever só o seu próprio nome quer aprender prá quê? Que tal ser manicure? Quer ser o que, engenheira? Adora estar lá, eu só para ouvi-la, seu Tio foi levá-la e espera por ela, tudo prá ela... Me conta que come sabão: Qual marca? Em pó ou em barra? Era uma louca de pedra, já tinha engolido sabão. Dias depois encontro seu tio na cidade. Ele me diz que ela está ótima depois que foi falar comigo, aprendeu a ler e escrever e esta feliz. Milagre!" (1)

Neste relato vemos que a cura é reconhecida como um milagre pois é uma surpresa inesperada para as alunas. Vemos também que a expectativa da favelada é ser engenheira e, portanto, bastante distinta da pensada pela estagiária.

Este exemplo relata-nos o confronto entre psicólogos e comunidades carentes. Um confronto que não temos avaliado mas cuja a prática

(1) FONSECA, Simone e LACERDA, Patrícia. Elas queriam se chamar as: (Título proibido). Anais do I Encontro Mineiro de Psicologia Social. Belo Horizonte, 1986:133-140.

tem crescido a cada ano.

A segunda vertente de trabalhos é nas instituições educacionais, tais como creches e escolas. Também financiado pelos órgãos públicos (municipais e/ou estaduais), com convênio com várias instituições (entre as quais as universidades), este tido uma tentativa de inovação junto ao movimento crecheiro. Tem sido intensa a participação dos psicólogos na implantação e na sustentação das creches que, em sua maioria atendem crianças, cujas mães trabalham fora. Tal fato, tem colocado as questões: e as crianças cujas mães não trabalham fora mas que estão impossibilitadas de cuidarem de seus filhos? Não estariam as creches, nas comunidades carentes, exercendo a função de liberalização da mão-de-obra não especializada das mães das crianças e sendo mantidas como "depósitos de crianças?" Qual têm sido a atuação dos psicólogos nestas instituições educacionais determinadas pela ausência de condições materiais?

A terceira vertente do trabalho do psicólogo tem sido conhecida como "Psicologia Comunitária", e tem se desenvolvido junto aos movimentos sociais, reforçando a perspectiva cooperativista e a autonomia das comunidades. Dentro deste trabalho tem sido realizadas intervenções

junto a:

- a) Associações de Moradores;
- b) Grupo de Mulheres;
- c) Grupo de Jovens;
- d) Grupo de Idosos;
- e) Centros de Culturas, Lazer, etc.

O trabalho de Psicologia Comunitária tem uma dimensão ecológica no sentido de estar atento as questões físico-ambientais e suas influências na vida da população. A escuta psicológica passa pelo crivo das particularidades locais e procura ouvir as demandas de ordens socio-

econômicas e físico-geográficas. Procura relacionar a origem histórica das comunidades com o movimento social das zonas urbanas e rurais e aprender, visando a transformação social, a trajetória comunitária. Para isto, a Psicologia Comunitária requer uma formação teórica que cuide do interjogo da universalidade X particularidade e que se faça na prática comunitária.

Assim, o psicólogo comunitário deve estar preparado para lidar com os problemas que afligem as comunidades (poluição, ausência de infra-estrutura de saneamento, ausência de áreas de lazer, precariedade dos meios de transporte, tráficos congestionados, etc). Isto porque, o psicólogo comunitário acredita na interpenetração entre as condições sócio-ambientais e as psíquês dos sujeitos.

O trabalho do psicólogo comunitário é um trabalho psicossocial dirigido à melhoria da qualidade de vida.

O financiamento para este trabalho, ainda muito precário, tem sido feito por instituições universitárias contando algumas vezes, com o apoio, através de convênios, de entidades internacionais. (Fundação Kellogs - norte-americana; CEBEMO - holandesa; COFECUB - francesa).

É neste trabalho de Psicologia Comunitária que incluímos os diversos trabalhos de desenvolvimento de liderança comunitária (exemplos: os trabalhos da Universidade Federal do Ceará e o programa de Treinamento de Lideranças Populares da Universidade do Pará); e a proposta de Formação de Recursos Humanos em Psicologia Comunitária (Universidade Federal de Minas Gerais).

Este tipo de trabalho, no qual estou particularmente empenhada, assessorando uma associação de moradores de uma favela belorizontina, tem nos revelado que as mobilizações comunitárias se fazem por demandas concretas (calçamento, água, esgoto, posto policial, transporte, etc) e que o atendimento a essas demandas tendem a desmobilizar os grupos. Na reunião do dia 21/9/88, a Presidente da Associação dos Moradores de Vila do Acaba Mundo declarou: "As melhorias desuniu a vila", referindo-se a

desmobilização gerada pela introdução da luz e esgoto na comunidade. Isto nos faz pensar que, o movimento comunitário existe em função de demandas concretas e imediatas e que são estas demandas que abrem espaço ao trabalho comunitário.

As necessidades e as demandas destas populações que explicam sua força e resistência sócio-política. Através do estudo do movimento dos favelados de Belo Horizonte, de suas constantes lutas em relação ao poder público é que reconhecemos a força política e o poder da resistência civil, as constantes ameaças de desapropriação do poder público, o movimento dos favelados respondeu com resistência até que, com a Lei Pró-Favela, a Prefeitura do Belo Horizonte se responsabiliza por indenizar a maioria dos terrenos das favelas da cidade.

CONCLUSÕES

Ainda que não tenhamos uma avaliação do trabalho do psicólogo nas comunidades, podemos aqui, a título mais de uma síntese, concluir:

- 1 - A clínica psicológica foi de encontro as comunidades desprivilegiadas e a psicologia ampliou seu campo de atuação. Bom para o psicólogo. Mas dispomos de poucas informações sobre o que isto causou às populações carentes;
- 2 - A clínica nas comunidades não contribuiu para uma inovação na Psicologia. Os caminhos tradicionais tem um campo aberto na chamada "Psicologia Comunitária", um campo a ser construído político-socialmente. Que ele possa inovar a nossa prática e trazer benefícios aos corações e mentes.

PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA (*)

Alberto Abib Andery (**)

o que vem a ser Psicologia Comunitária ou Psicologia na Comunidade?

Duas definições descritivas podem ser dadas que, no seu conjunto, exprimem o que vem a ser a Psicologia na Comunidade:

A primeira definição aponta para uma prática profissional marcada pela instrumentalização de conhecimentos e técnicas psicológicas aplicados à melhoria da qualidade de vida de indivíduos e grupos distribuídos nas aglomerações urbanas das Grandes Cidades: quarteirões, bairros, prédios coletivos, favelas assim como nas escolas e centros públicos de saúde.

Muitos são os problemas vividos pela maioria da população urbana. Ressaltam em primeiro plano os problemas de ordem econômica como salários baixos, desemprego permanente, moradias insalubres, dificuldades de transporte, carência de escolas, creches, centros de saúde etc.

Esses problemas influenciam o relacionamento das pessoas entre si criando comportamentos agressivos ou passividade generalizada que impedem a população de se organizar no sentido de uma tentativa de superação das dificuldades de vida comum.

Os profissionais da área "psi" podem trazer a essa população ajuda através de conhecimentos e técnicas psicológicas utilizados de modo a desenvolver nos indivíduos e grupos sociais a percepção melhor

(*) Professor da PUC-SP.

(**) Texto lido por Maria de Fátima Quintal de Freitas, na Mesa Redonda "Psicologia Social e Comunitária no Brasil" - IV Encontro Nacional de Psicologia Social - Vitória - Setembro de 1988.

dos problemas comuns e consequências comportamentais. Espera-se dessa tomada de consciência uma mudança comportamental que envolve ação comunitária organizada a fim de enfrentarem comunitariamente os desafios comuns a todos.

Esse trabalho, que o psicólogo e demais profissionais da área "psi" desenvolvem na comunidade, pode ser um trabalho eventual e solitário. Pode também ser integrado numa equipe institucional e multiprofissional. Pode ser de caráter voluntário ou então remunerado pelo poder público: prefeitura, governo do Estado etc. As intervenções do profissional visam a melhoria das relações de convivência social na comunidade urbana. Mas visam principalmente instrumentalizar melhor a população para uma ação comunitária voltada à superação dos problemas acima mencionados.

Uma segunda descrição da psicologia na comunidade, complementar à primeira, atribui esse nome e um movimento da Psicologia atual de paulatino distanciamento de seu "locus" tradicional: a sala de experimentos, a sala escolar de discussões puramente acadêmicas, a ante-sala da gerência executiva das empresas industriais, o consultório particular centrado apenas no atendimento clínico individual. Para uma gradual aproximação teórico-prática das classes populares lá onde elas moram e vivem: os bairros populares.

O que leva os psicólogos a se distanciarem desses locais tradicionais de exercício profissional é o surgimento de uma priorização das classes populares como sujeito de atenção e serviços profissionais porque são as mais numerosas numa grande cidade e até hoje desassistidas pela Psicologia e pelos psicólogos.

A Psicologia na Comunidade entendida como Psicologia a serviço das classes populares apresenta-se como uma nova fase histórica de construção da Psicologia, Ciência e Profissão. Isso se torna possível a partir do momento em que a dimensão social e histórica da Instituição "Psicologia" e seus compromissos tradicionais com a ordem burguesa ficam claros. Essa dimensão histórica e esses compromissos de classe foram,

no passado, ou negados ou reprimidos mas hoje é inquestionável essa constatação que por sua vez questiona a consciência política do profissional não comprometido com as classes dirigentes.

Hoje fica claro que a psicologia, Ciência e Profissão, tem sido na História do Ocidente uma criação a serviço da sociedade capitalista do final do século XIX e na primeira metade do século XX. Foi uma ciência construída para se por a serviço das necessidades da classe dominante na sociedade industrial.

Foi assim que surgiu a Psicologia Industrial, a Psicologia Escolar e a Psicologia Clínica voltadas profissionalmente ao atendimento dos membros mais privilegiados da burguesia e ao controle social das massas populares. Nessa fase, os psicólogos, em geral, foram inconscientes do alcance social de muitas de suas práticas profissionais no que diz respeito às consequências sociais das mesmas.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945, surgiu a assim chamada guerra fria entre o mundo capitalista e o socialista. Apareceu também na Psicologia uma tensão até então desconhecida, entre a permanência da via tradicional pró-capitalista ou o questionamento crítico dos métodos de construção da Ciência e de seus campos de atuação profissional. É a partir dessa época que surgem movimentos como o da antipsiquiatria, acentuando as dimensões sociais da doença mental e desmascarando o manicômio como instituição repressora a serviço da ordem capitalista. Surge também a literatura da "crise da Psicologia Social", desqualificando muitas das teorias funcionalistas, até então em alto prestígio e colocando dúvidas sobre o sentido social das práticas de dinâmica de grupos nas empresas a serviço da eficácia das gerências administrativas.

É também dessa época a crítica do papel institucional da Psicanálise na ordem burguesa e do poder das sociedades de formação psicanalítica no desenvolvimento dessa disciplina freudiana.

Podemos falar também da crise da Psicologia Escolar que não

conseguiu conquistar seu papel social junto aos demais profissionais que atuam na escola pública que viam os psicólogos escolares como estorvo e não como ajuda para recuperação dos fins pedagógicos e sociais da escola pública.

Essa tensão generalizada por que passou a psicologia, nesta segunda metade do século XX, foi benéfica à Psicologia por colocá-la em cheque enquanto instituição histórica e ligada aos interesses das classes dominantes no modo de produção capitalista.

É dessa tensão que, em parte, surge a proposta da Psicologia na Comunidade com funções não só clínicas mas principalmente educativas de suporte ao movimento de conscientização social e de redescoberta dos protagonistas do conflito social de classes que permeia a sociedade capitalista.

Daí os programas de Psicologia na Comunidade voltados a um trabalho psico-educativo junto às classes populares, nos locais onde elas efetivamente se encontram no seu cotidiano: bairros, associações populares, sindicatos, escolas públicas, centros de saúde públicos etc.

O psicólogo na comunidade estaria sendo formado para atuar como agente-educador junto aos grupos de adolescentes e jovens. ao grupo de mãe e pais, junto aos funcionários de creches e instituições públicas abertas às classes populares.

O processo psico-educativo implica na consciência da identidade de classe e dos conflitos de interesses de classe que permeiam a sociedade mas são negados ou reprimidos ao nível da consciência coletiva dominada pela máquina ideológica deformadora predominante nos meios de comunicação de massa.

Essa fase recente da psicologia na Comunidade não nasce sozinha, como se fosse geração espontânea, mas no seio de uma compreensão crítica maior dos conflitos sociais do nosso tempo e de uma redefinição do papel da ciência e dos intelectuais na nossa sociedade.

Muitas áreas interdisciplinares tem dado sua contribuição à redefinição da psicologia para se tornar realmente social e comunitária. Para falar só de latino-americanos mais próximos dessa análise crítica da Psicologia e das outras disciplinas afins, citamos pedagogos como Paulo Freire e Maria Tereza Nidelcoff; psicanalistas como Bleger e Moffat; psicólogos sociais como Pichon Riviere, Silvia Lane e Albertó Merani e muitos outros cujos nomes e contribuições merecem um trabalho mais sistematizado do que está feito até hoje.

Como concretamente fazer Psicologia na Comunidade?

Sirva como exemplo a experiência desenvolvida por uma equipe multiprofissional ligada ao Departamento de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia da PUC-SP.

Essa experiência ocorreu a partir do ano de 1977 até 1985. O local foi um bairro de periferia da Cidade de Osasco, na Grande São Paulo, distante da Universidade uns 15 a 20 quilômetros.

A razão primeira da iniciativa foi exatamente a crítica presente nesse Departamento de Psicologia Social quanto à Psicologia ensinada na Faculdade, como não-adequada em muitos aspectos aos interesses da maioria da população de uma Grande Metrópole como São Paulo. Pela clínica psicológica da Faculdade desfilavam, como desfilam até hoje, pessoas vindas da periferia em que os sofrimentos psíquicos apresentados tinham raízes sociais evidentes.

Por que não ir aos bairros onde os problemas sociais são evidentes ao invés de aguardar a vinda de poucos indivíduos já comprometidos mentalmente?

Formou-se a equipe. Venceram-se barreiras burocráticas de "horas" de contrato dedicados ao trabalho comunitário. A proposta do Departamento era a de simultaneamente oferecer um curso teórico-prático "optativo" para os alunos que já estivessem em formação profissional, cursando o 4º e 5º anos da Faculdade de Psicologia. Criou-se então o

núcleo de ensino e estágio prático chamado de Psicologia na Comunidade, núcleo que existe até hoje.

Nosso projeto desenvolveu-se lentamente no decorrer dos 8 anos que durou. No início, tivemos que nos familiarizar penosamente com as características do bairro, habitado principalmente por migrantes, na maioria nordestinos, e habitando residências precárias sem quase nenhuma infra-estrutura. Muitos dos moradores ficavam no bairro pouco tempo, tendo de migrar novamente em busca de um novo emprego ou de nova moradia.

Não elaboramos inicialmente programas mas empregamos o tempo com observações e pesquisa das condições gerais. Nesse entretanto, fizemo-nos conhecidos e conhecemos também muitas pessoas residentes, inclusive as poucas lideranças populares do lugar.

No final do ano de 1977, alugamos uma sala comercial, num ponto central do bairro. Essa sala funcionou como local de apoio ao Projeto e símbolo de nossa presença concreta no bairro. Foi nessa "Casa" assim a chamamos - que começamos a nos reunir com grupos de moradores e a atender clinicamente pessoas que eram indicadas pelos moradores do bairro.

No início de 1980, já tínhamos alguns programas de atuação mais definidos. Esses programas foram sistematizados em duas vertentes de atendimento: uma clínica e outra psico-educativa.

Na vertente clínica, utilizamos a casa para entrevistas com pessoas portadoras de queixas de mal-estar psicológico. Era inevitável ter que atendê-las clinicamente porque a imagem do psicólogo já está associada, mesmo junto a essa população de periferia, a um profissional que "cura doenças dos nervos".

Muita coisa aconteceu nesses atendimentos clínicos, desde inovações metodológicas, para adaptar as entrevistas às características dessa população até a modificação do enfoque clínico intra-psíquico pa-

ra um enfoque psico-social. Muito da problemática trazida à consulta dizia simultaneamente respeito ao tipo de moradia, às dificuldades da ausência prolongada dos pais, que se afastavam dos filhos para trabalhar etc. A orientação era a de aliviar os sintomas e clarear a problemática social subjacente, no sentido de agrupar essas pessoas nas reivindicações sociais, em crescimento, no bairro, através de organizações como a associação de moradores e outras associações de classe.

A vertente psico-educativa foi a mais interessante e produtiva. Organizamos grupos de adolescentes que habitualmente ficavam nas ruas do bairro, uma boa parte do dia. Nesses grupos, os psicólogos e outros profissionais organizavam com os adolescentes, em certos horários da semana, atividades de expressão corporal, grupos de discussão de problemas ligados à sexualidade, afetividade e de orientação ocupacional futura. Organizaram também passeios, teatro, biblioteca, exercícios de capoeira etc. Os grupos não eram fechados mas cada atividade comportava um determinado número de jovens e tinha local e duração mais ou menos definida.

Outro grupo importante foi o clube de mães já existente no bairro antes de nossa entrada no mesmo. As psicólogas começaram a frequentar algumas das reuniões, familiarizaram-se com as pessoas e, pouco a pouco, obtiveram participação em discussões sobre problemas familiares, conjugais, questões ligadas à educação dos filhos e outros temas trazidos pelas próprias mulheres do clube de mães.

Num dos grupos de mães, surgiu a necessidade de se lutar por uma creche no bairro e o grupo assumiu essa reivindicação junto à Prefeitura de Osasco. Obtiveram êxito e a Prefeitura acabou alugando uma casa no bairro e transformando-a em creche e entregando funções de trabalho nessa creche a algumas das mães que lutaram por sua instalação. Após inaugurada a creche, o trabalho de acompanhamento das atendentes da creche, das crianças e seus pais continuou.

Outro programa psico-educativo desenvolvido foi junto a uma das escolas públicas de 1^o grau que ficava ao lado de uma das favelas

do bairro. Os professores dessa escola vinham todos do município de São Paulo para lecionar aí e pouco compreendiam ou pouco queriam compreender sobre a problemática peculiar de sua clientela.

Os profissionais do Projeto tentaram dialogar com os professores sobre a situação social das crianças, seus interesses específicos, seus bloqueios culturais e afetivos etc. Quando o trabalho começava a produzir os primeiros frutos, a Direção superior da escola suspendeu a permissão de presença dos psicólogos e estagiários do Projeto porque segundo ela perturbavam a ordem da escola.

Cabe ressaltar que todos esses programas clínicos e psico-educativos desenvolveram-se com muita dificuldade e atingiram uma parcela mínima da população. Nesse sentido, várias equipes de profissionais seriam necessárias para dar conta do tamanho do bairro e das necessidades de atendimento psicológico dos seus moradores. Mas os resultados junto às pessoas atingidas pelo Projeto foram muito satisfatórios permitindo um crescimento psicológico das pessoas e grupos atingidos, aumentando seu grau de consciência social e de compromisso coletivo face aos problemas comuns por elas vivenciados.

Ao terminar o Projeto, em 1985, a Prefeitura local iniciava um Projeto próprio de atendimento à Saúde Mental da população e de treinamento de funcionários das creches municipais. Alguns dos psicólogos do nosso Projeto foram então contratados pela Prefeitura e puderam continuar alguns dos programas que estavam sendo desenvolvidos no bairro.

O último empenho coletivo da equipe de profissionais deste Projeto foi o compromisso de escrever um texto analisando criticamente a experiência desenvolvida em todos aqueles anos de atividade. O livro ficou pronto ainda em 1985 mas até hoje está parado nos meandros da burocracia da Editora da PUC-SP - a EDUC - que se comprometeu a publicá-lo mas, por razões que desconhecemos, não o publicou até hoje.

Fazendo um balanço dessa experiência do Departamento de Psicologia Social, podemos dizer que a proposta de desenvolver concreta-

mente a Psicologia na comunidade mostrou-se viável e útil as pessoas da população do bairro atingidas pelos programas realizados. Um produto desse projeto foi também a necessidade de revisão de conceitos e métodos de várias áreas da Psicologia e o próprio curriculum de formação profissional do psicólogo. Alguns alunos que passaram como estagiários pela experiência, após formados psicólogos, começaram a desenvolver novas experiências de psicologia na comunidade. Outros alunos foram contratados nos Centros de Saúde e Ambulatórios de Saúde Mental criados pela secretaria da saúde do Governo do Estado de São Paulo.

As objeções e dúvidas maiores à esta linha de atuação profissional podem resumir-se nos seguintes questionamentos mais frequentes:

- 1° - Por privilegiar, na comunidade, ações de relevância social ou reivindicações de melhoria de vida, e por propor um trabalho psico-educativo que leva ao desenvolvimento da consciência social das pessoas, não estaria o psicólogo se afastando da Psicologia Ciência e Profissão e adentrando um outro terreno o da política e da ação social? Nessa linha de atuação, o psicólogo não se transformaria num assistente social ou animador político perdendo as especificidades de sua profissão?
- 2° - Os curriculos de formação do Psicólogo não estão preparando os futuros profissionais para uma atuação comunitária. Que modificações deveriam ser introduzidas numa reforma curricular e o que justifica mudanças curriculares voltadas "a atuação comunitária do futuro profissional psicólogo?
- 3° - Como garantir a sobrevivência econômica do profissional que se lança numa atividade voltada à psicologia na comunidade? Diante da escassez de empregos e baixa remuneração dos salários, não se torna inviável essa linha de atuação profissional?

Não há respostas prontas para estas e outras objeções.

É do debate e da prática concreta que surgirão os rumos da psicologia na comunidade mais adequados à realidade brasileira de hoje de amanhã.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERY, A. A. Psicologia na Comunidade in LANE, Silvia T. M. (Organ.) Psicologia Social: O Homem em Movimento. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- ANDERY, A. A. Subsídios Conceituais para um Programa de Saúde Mental: Um Enfoque Psicossocial. Cadernos PUC (SP) n° 4, Ed. Cortez, São Paulo.
- ANDERY, A. A. Trabalho em Comunidade. Seu Significado para a Produção de Novos Conhecimentos. Científicos in Psicologia, Ciência e Profissão. Revista do Conselho Federal de Psicologia, ano 4, n° 1, Brasília, DF.
- BENDER, M. Psicologia da Comunidade. CBP, Ed. Zahar, Rio de Janeiro.
- BLEGER, J. Psico-Higiene e Psicologia Institucional. Artes Médicas Edit., Porto Alegre.
- DEMO, P. Problemas Sociológicos da Comunidade in Cadernos do do CEAS, n° 31, 1974, Salvador, BA.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- KORSHIN, Sheldon J. Modern Clinical Psychology. Basic Books Inc., N.York.
- MERANI, A. L. Psicologia e Alienação. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- MOFFAT, A. Psicoterapia do Oprimido. Ed. Cortez, São Paulo.
- NIDELCOFF, Maria Teresa. Uma Escola para o Povo. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- PICHON-RIVIERE, E. El Proceso Grupal: Del Psicoanálisis a la Psicologia Social. Ed. Nueva Vision, Buenos Aires.

RYAD, S. Psicologia Clínica Preventiva. Novos Fundamentos, Ed. Vetor, São Paulo.

SCHNEIDER, E. Psicologia Social, Histórica-Cultural-Política. Ed. Guanabara Dois, Rio de Janeiro.

FRAGMENTOS DE UM TRABALHO COM A COMUNIDADE (*)

Regina Sileikis Pimentel (**)

Recuando no tempo, rastreando o passado, encontramos uma das primeiras tentativas de trabalho com a comunidade; já éramos psicólogos porém não conhecíamos, se é que já existia, o termo e a conceituação de Psicologia Comunitária, éramos apenas pessoas com possibilidades de participar de um grupo de amigos que estavam longe do academicismo da psicologia mas que aprendeu, enquanto grupo, a postura que assumimos frente à sociedade dividida em classe, aprendeu que se temos consciência de classe sabemos a favor de quem é contra quem trabalhar.

Na época, o autoritarismo sequer podia ser vislumbrado - como frágil; a manipulação e a repressão facilitavam por si a rejeição, a necessidade de desvencilhar da manipulação, de combater a repressão, de servir aos interesses da classe dominada e não estar contra ela ou a favor da classe dominante.

O grupo formado por homens e mulheres era pequeno, todos eram estudantes e/ou trabalhadores com diferentes experiências, uns com mais outros menos, porém coesos nos ideais de humanidade e sociedade.

A questão da insuficiência de embasamento teórico, que muitas vezes e o argumento usado ainda hoje para impedir o acesso à prática não foi, na época, o fator de impedimento para contatar com a comunidade de um bairro de periferia da grande São Paulo.

O contato inicial com a comunidade foi fácil tendo em vista que algumas pessoas do grupo conheciam moradores que haviam manifestado

(*) Contribuição aos debates da mesa redonda sobre o tema Psicologia Social e Comunitária no IV Encontro Nacional de Psicologia Social, realizado em Vitória, Espírito Santo, entre 20 e 24 de setembro de 1988.

(**) Professora do Instituto de Ensino Superior "Senador Flaquer".

interesse em um trabalho comunitário; o que fazer foi difícil tendo em vista o momento histórico pelo qual passávamos somado à inexperiência da maioria das pessoas do grupo. Porém, tais dificuldades, ao invés de levarem à estagnação, ao retrocesso, instigaram a procura de material teórico, humano, que possibilitassem um fazer não imediatista.

Não foi e nem poderia ser encontrada uma "receita pronta"; a carência de método para atingir metas não imediatistas indicava a necessidade de ruptura com certos esquemas, orientações, abordagens; ruptura que, negando o existente possibilitasse a criação de novas formas ideológicas que contribuíssem para a transformação e não para a sustentação do sistema social vigente.

De início, enquanto suposição e, posteriormente na continuidade do trabalho foi verificado que as técnicas de observação, questionários, entrevistas formais aprendidas nos bancos acadêmicos eram infrutíferas como instrumentos para coleta de dados, eram deficientes, limitadas, geravam intimidação, intranquilidade e desonestidade, eram incompatíveis com nossos objetivos gerais; o que mais se adequava à necessidade de obtenção de dados sobre o bairro e seus moradores eram a entrevista informal e a observação participante. Tais técnicas permitiram uma aproximação maior não só das pessoas como das necessidades, expectativas e problemas reais do conjunto da população.

O levantamento realizado permitiu caracterizar a quantidade de moradores, tipos de atividades profissionais, contradições, tipos de movimentos existentes, a existência de associações, igrejas, comércio, fábricas, escolas, policiamento, trajetos de transportes coletivos, meios de transporte utilizados, rede de água, luz e esgoto.

A organização das informações obtidas permitiu a avaliação das questões no contexto específico.

A maioria da população era composta por migrantes que vinham para a cidade grande na procura de melhores condições de vida. Eram trabalhadores não especializados que vendiam sua força de trabalho para a

construção civil ou fábricas com uma jornada diária superior à de 8 horas. As mulheres que não se dedicavam ao lar eram lavadeiras, faxineiras, diaristas. As crianças ficavam sozinhas a maior parte do tempo, nem todas em idade escolar frequentavam a escola que ficava outro em bairro.

O deslocamento para qualquer local do bairro era feito normalmente a pé e o acesso à qualquer tipo de transporte coletivo exigia no mínimo andar três quilômetros.

Os diferentes locais para a prática religiosa eram abertos ao público apenas nos dias e horários de seus rituais. Em tal atividade podia ser observada a participação conjunta das famílias. A relação entre as pessoas era a de uma interação formal.

Os bares eram frequentados exclusivamente pelos homens que normalmente bebiam e conversavam sobre futebol e mulheres.

O comércio local era pequeno e caro o que exigia o deslocamento para a compra ou o gasto exorbitante.

No bairro inexistiam fábricas ou atividades comerciais que pudessem absorver a mão de obra local, associações que pudessem ser o prenúncio de organização, postos de saúde e policiamento.

A rede de água, esgoto e luz era deficiente não atendendo todas as ruas do bairro.

A constatação da existência de quase todos os problemas de infraestrutura não nos surpreendeu, surpresa foi verificar que nem todos os moradores ficavam à nível de identificar os problemas, eles queriam atuar, porém, segundo eles, não sabiam como. Era um comportamento defensivo e espontâneo em torno de necessidades imediatas por melhores condições de vida.

O oferecimento da casa por um dos moradores para serem realizadas reuniões sanou, naquele momento, a falta de um local que pudesse

aglutinar pessoas.

Incentivar os moradores através do contato pessoal ou do uso de folhetos em pontos estratégicos à participar de um círculo - de discussão dos seus problemas para procurar juntos alternativas - de solução foi o passo seguinte.

O tempo e o trabalho permitiram que as reuniões iniciais se tornassem cada vez mais amplas com a participação ativa de um número maior de moradores; que fossem criadas comissões de moradores para reivindicar transporte, escola, luz, esgoto e água; que a criação de uma associação de moradores com sede própria, um curso de madureza para adultos e um local de lazer para que as crianças comessem a se concretizar.

Qualquer atividade era antecedida e seguida de avaliação das questões no sentido específico e no geral; o planejamento - que objetivava o fazer a curto prazo não embotava o objetivo de formação de um grupo representativo no local que desse continuidade à discussão e realização das melhores alternativas para os problemas comuns do bairro sem a presença do grupo externo.

Todas as pessoas do grupo original participavam com os moradores dos círculos de discussão, do curso de madureza e das atividades de lazer; estavam divididas apenas nas comissões de reivindicação. A participação tentava se dar de modo a não se decidir ou encabeçar qualquer alternativa adotada pelos moradores e sim para estimular e favorecer formas de pensar, de expressar, de organização dos moradores tendo em vista que a participação desses era fundamental.

Embora fosse considerada a habilidade e treino específicos dos componentes do grupo a divisão da participação dos seus membros nas tarefas não se dava de modo rígido o que permitia uma maior aprendizagem e a continuidade do andamento dos trabalhos - quando um dos membros necessitava se ausentar.

Quando as reuniões passaram a se realizar no galpão - construído pelos moradores para servir de espaço para a associação do bairro; quando os primeiros moradores obtiveram seus diplomas de madureza e já estavam cooperando com a aprendizagem dos outros, o grupo original começou a rarear os contatos e intervenções. Após alguns anos onde continuaram apenas os encontros por laços de amizade pode ser observada a participação dos moradores do bairro em política partidária o que para nós foi um indicador que o produto do trabalho realizado havia atingido pelo menos em parte seus objetivos.

Tal trabalho permitiu a sedimentação de algumas crenças: - a análise geral da sociedade em seus aspectos estruturais, econômicos, ideológicos, políticos, culturais, é imprescindível para analisarmos o específico; a recorrência à teoria se deve dar a partir das exigências do trabalho prático tendo em vista que é na prática que encontraremos a necessidade de recorrer à análises teóricas para compreender melhor o fazer.

Aproximadamente na mesma época em que o trabalho relatado estava sendo realizado éramos membro de um outro grupo, um grupo de psicólogos, professores de Psicologia Social que ministravam aulas em duas faculdades e que partilhavam algumas crenças sobre psicologia. Acreditávamos que qualquer fazer na psicologia não é neutro; que a psicologia toda poderosa, única e ideologicamente neutra não existe; que a psicologia social, tal qual outras sub-divisões da psicologia tem caráter ideológico e que contribui para sustentar ou não o sistema social vigente. Como não queríamos, nem podíamos ser neutros ou ignorar os prolongamentos políticos da psicologia social e servir aos interesses da classe dominante tentamos viabilizar um programa de curso teórico-prático que permitisse na parte teórica discussões, análises, reflexões de temas específicos da psicologia social e de temas de caráter geral prevendo o engajamento dos alunos na comunidade como parte prática.

A experiência de se desenvolver um trabalho psico-social com a comunidade tendo pessoas vinculadas à uma disciplina do curso de psicologia que, na época, geralmente era eminentemente teórico e fornecia

apenas informações sobre métodos, técnica, abordagens terapêuticas e evitava a visão política da psicologia foi, por um lado, desalentador. A participação da maioria dos alunos nos trabalhos se configurou como uma obrigação acadêmica a ser cumprida para "ficar livre da disciplina; uma tarefa a mais a ser realizada sem motivação diferente da obtenção de pontos para aprovação. Uma minoria, por outro lado, fez com que tal experiência fôsse profícua, alunos para os quais o trabalho proposto não era apenas "um dever a mais". Com tais alunos começamos a realizar círculos de discussão extra-aula objetivando troca de experiências, avaliação de trabalhos já desenvolvidos ou em desenvolvimento, análises teóricas e novamente a participação desses no concreto.

Uma proposta para ministrar aulas de Psicologia Comunitária nos afastou desse grupo que continuou seu desenvolvimento sem a nossa participação, um resultado esperado, as pessoas estavam pensando e produzindo independente da nossa presença.

Para o novo local de trabalho, continuando a desempenhar o papel de professor levamos, como não poderia deixar de ser, a aprendizagem anterior e, pensando sobre ela, visando melhorar, quebramos a obrigatoriedade dos alunos participarem do curso na parte teórica e prática. Como não queríamos alunos que apenas cumprissem o ritual acadêmico como uma carga obrigatória deixamos livre o engajamento na parte prática.

Os frutos começaram a aparecer aproximadamente em ano após. Os alunos, em diferentes grupos, produziam discussões onde trocavam experiências, elaboravam material teóricos partindo de suas atuações, apresentavam trabalhos em encontros científicos, enfim, saiam da aprendizagem por mera memorização e repetição e começavam a pensar, trabalhar e escrever autonomamente; não só aplicavam técnicas úteis ao trabalho com a comunidade, mas também, e ao mesmo tempo, eram capazes de refletir sobre essas técnicas, seus fundamentos e suas consequências.

Junto com a comunidade participavam, em diferentes bairros, de cursos para alfabetização de adultos, círculos de discussões e encaminhamento para as autoridades competentes de reivindicações levan-

tadas pelos moradores referentes à problemas de infraestrutura do bairro, desapropriação, entre outros, discussões para os problemas que os moradores rotulavam como sendo "de cabeça" como insônia, enurese, encoprese, transtornos sexuais, alcoolismo e atividades de lazer.

Outra resultante do trabalho desenvolvido foi a aprovação da formação de uma área de estágio em Psicologia Comunitária, uma das primeiras no Brasil.

Durante a existência da referida área, junto com outros professores começamos, mediante convite, a elaboração de um trabalho no hospital psiquiátrico da universidade e de um projeto de atuação baseado em sistema de auto-governo junto à uma instituição que abrigava filhos de leprosos.

O afastamento de oito pessoas do cargo de professor, alguns participantes dos projetos descritos, e a extinção abrupta da área de estágio interromperam o vínculo acadêmico e os trabalhos em andamento. Posteriormente, até onde temos conhecimento, não houve continuidade ou atuação disciplinar que pudesse receber o nome de Psicologia Comunitária, porém, o indicador maior que o trabalho realizado junto com esses alunos não foi apenas um exercício teórico ou uma prática desenfreada é encontrado quando se observa, no presente, que alguns estão vinculados à movimentos populares em associações de bairros, em educação popular em geral e acadêmica em particular, em comunidades eclesiais de base, clubes de mães, creches comunitárias e, o mais importante para a nossa profissão, estão tentando produzir, a partir de suas práticas, conhecimento teórico que não tenha somente aparência científica ou sirva apenas para obtenção de mais um título, mas sim que seja a criação de material para o trabalho em psicologia comunitária em função dos problemas e necessidades que enfrenta e deve tentar solucionar contornando os obstáculos que entravam o desenvolvimento de uma teoria, metodologia pertinentes à essa área que possibilitem uma futura psicologia comunitária de transformação com um projeto que eleve nossa participação enfatizando o resultado da atividade humana em função de suas próprias condições e necessidades de vida onde o trabalho de prevenção substitua o curativo e a promoção da saúde mental seja meta prioritária.

A PSICOLOGIA NA COMUNIDADE

Luiz A. Calmon Nabúco Lastória (*)

Quando pensamos em praticar a psicologia nas chamadas comunidades logo nos deparamos com uma infinidade de interrogações, por um lado o reduzido acúmulo de reflexões neste campo, e por outro, as dificuldades inerentes ao equacionamento da prática psicológica frente a complexidade da própria realidade social que desejamos atingir.

Considerando as práticas de psicólogos em comunidades um debate atual para a Psicologia e também bastante denso, o que nos permite uma discussão em várias direções, este texto pretende apenas pautar algumas questões em termos do significado de tais práticas, algumas dificuldades relativas as mesmas e, finalmente qual o tipo de contribuições particulares a estas práticas.

A chamada Psicologia nas comunidades deve ser entendida como um movimento que propicia dois tipos particulares de contribuições:

- 1 - Ao nível dos grupos populacionais alijados das contribuições das ciências em geral e da Psicologia em particular, no sentido de propiciar o desenvolvimento de relações comunitárias.
- 2 - Ao nível do desenvolvimento de teorias psicológicas que avancem no sentido da compreensão e transformação do Homem, aqui concebido como manifestação de uma totalidade histórico-social.

Este movimento parte do pressuposto de que a ciência não é neutra e de que esta vem sendo utilizada socialmente como um instrumento a serviço das classes dominantes para a manutenção do "status quo". Nestes termos, este movimento traz embutido a necessidade de uma revisão

(*)

crítica das diversas teorias psicológicas e suas formas de aplicação, bem como uma opção social e política definida, nas palavras de A. A. Andery:

(...) "representa uma guinada para uma nova forma de pensar e praticar a Psicologia, distinta da tradição dominante até o final dos anos 50 deste século". (A. A. Andery, 1984)

É no contexto da chamada "crise do conhecimento psicossocial" que as "comunidades" apresentam-se como fontes que vem alimentando inúmeras discussões teórico-metodológicas, e também enquanto novos cenários para a prática do psicólogo.

O termo comunidade passa então a significar uma meta, um objetivo a ser alcançado pelos psicólogos que atuam nestes cenários, ou seja, a possibilidade da reconstrução dos indivíduos a partir de valores que não estão em consonância com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A possibilidade dos indivíduos constituírem grupos afim de alcançarem determinados benefícios - movimentos reivindicatórios - deve significar também a promoção de individualidades autônomas do ponto de vista ético (indivíduos que reagem conscientemente através da escolha de valores à objetivação das relações humanas). Neste sentido, a Psicologia poderá inserir-se no interior dos movimentos reivindicatórios preocupando-se com questões relativas ao desenvolvimento dos grupos e também com problemáticas existenciais dos participantes.

CARACTERÍSTICAS DAS COMUNIDADES ENQUANTO UM NOVO CENÁRIO E DIFICULDADES GERAIS ENCONTRADAS PELOS PSICÓLOGOS

Um primeiro aspecto a ser considerado refere-se a existência concreta desta realidade diante do psicólogo e/ou demais cientistas sociais. Trata-se de algo que está posto, de uma realidade engendrada historicamente que se apresenta a nós. As comunidades são geralmente bairros populares situados nas zonas urbanas ou rurais, invasões de áreas públicas ou privadas como é o caso das favelas, são espaços delimitados geograficamente que assumem formas particulares e refletem uma

determinada estrutura de vida quotidiana, ou seja, possuem uma posição comum nas relações de produção da sociedade (segmentos das classes trabalhadoras assalariadas) e um sentido comum de apropriação dos serviços e do espaço público, enfim, uma certa identidade.

Suas dimensões são maiores que as costumeiras instituições bem como sua estrutura e dinâmica são bastante complexas: não existem estruturas hierárquicas formalmente definidas, os horários são mais fluidos, não existem manuais de funcionamento ou mesmo muita coisa escrita sobre elas.

Além das dificuldades inerentes as peculiaridades destes novos cenários, soma-se o fato dos psicólogos não serem formados para trabalhar nas condições que se apresentam e portanto não encontram-se devidamente instrumentalizados. Também neste caso, a própria constituição da identidade profissional do psicólogo está condicionada a atividade prática.

Nestes cenários não há o que possamos tomar como o psicológico "puro". A dimensão psicológica encontra-se embricada com outras dimensões: o econômico, o cultural, o político, etc. O conteúdo propriamente psicológico encontra-se permeado inevitavelmente pela totalidade social, podendo ser definido segundo C. Carvajal como "as necessidades e os problemas tanto materiais como espirituais dos integrantes das comunidades, a consciência que estes integrantes tem dos seus próprios problemas e necessidades, da situação geral que os rodeia, da sua posição na estrutura social e suas possibilidades de ação e desenvolvimento". (C. Carvajal, 1984)

Frente a estes novos desafios, o psicólogo não deve perder de vista o seu papel: resgatar os indivíduos a partir do conjunto de suas práticas sociais, constituindo-se num agente facilitador do desenvolvimento da consciência destes indivíduos em relação a si mesmos, o que não está separado dos grupos e classes sociais. O estímulo à reflexão sobre a natureza dos valores que orientam as ações quotidianas desses indivíduos em contrapartida com as problemáticas que sofrem, constitui um ele-

mento fundamental para o desenvolvimento da consciência e o redirecionamento das ações individuais e grupais.

BIBLIOGRAFIA

ANDERY, A. A. In Psicologia Social: o homem em movimento. Ed. Brasiliense, 1984.

CARVAJAL, C. Texto mimeo. Bogotá Co., 1984.

HELLER, A. Para Mudar a Vida: felicidade, liberdade e democracia. Ed. Brasiliense, 1982.

COMUNICAÇÕES

O BILINGUISMO EM CABO VERDE

Giordano Tourinho Custódio (*)

INTRODUÇÃO

O caboverdeano tem uma língua própria, crioulo ou língua KAUBER-DEANA (muda de autor para autor). Eu particularmente prefiro chamá-la de crioulo, esta é a terminologia que irei utilizar ao longo deste artigo.

O Bilinguismo será abordado como elemento de obstáculos e enriquecimento de uma sociedade, como concreto de Cabo Verde, e levará o leitor a um breve conhecimento de alguns aspectos da Sociedade Caboverdiana que dia a dia, minuto a minuto pensa em crioulo e fala em crioulo ou pensa em crioulo e fala em Português.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Cabo Verde, situada a 540 km da costa Africana, mais precisamente Cabo Verde (Senegal) daí o nome, é formado por dez ilhas e alguns ilheus. Seis ilhas: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista formam o grupo de Barlavento e quatro Maio, Santiago, Fogo e Brava formam o grupo de Sotavento.

Segundo reza a história, os portugueses chegaram ao Arquipélago por volta de 1400. Elas eram desertas e, talvez, por se encontrarem numa rota privilegiada começou-se o povoamento, este, teve início pela ilha de Santiago e a primeira cidade foi construída na Ribeira Grande (atual cidade Velha) - Santiago.

Os primeiros habitantes destas ilhas, que viriam a servir de entreposto comercial de escravos para as Américas, foram: Europeus (Portugueses, Espanhóis, Judeus, Franceses e Ingleses), e Africanos (Guine-

(*) Aluno do Curso de Psicologia da UFMG.

enses, Senegaleses, Nigerianos, Mauritanianos e Outros).

A miscigenação começa aqui como também um encontro de raças e línguas.

Manuel Ferreira ⁽¹⁾ no seu livro "Aventura Crioula", distingue dois povos no Universo das ilhas - "uns organizados, defendidos pelo equilíbrio da manutenção das suas estruturas sócio-culturais, dominando o espaço e os homens, outros desagregados, em desequilíbrio e violentados".

O branco, como dominador, tinha que impor a sua língua: os negros e escravos eram obrigados a entender a mensagem passada, começando assim, aos poucos, a aprenderem os vocábulos portugueses. Porém, não sendo os escravos todos de um mesmo país, eles também tinham que se comunicar, tiveram e criaram o seu próprio código, supondo-se assim o nascimento do dialeto crioulo de Cabo Verde, fruto de uma permuta de termos utilizados pelos escravos e da fusão dos seus termos com os da língua portuguesa. "O negro reduziu tudo às radicais" - salienta Manuel Ferreira; Rodrigo de Sá Nogueira ⁽²⁾ no prólogo do livro "O Dialeto Crioulo de Cabo Verde" de B. L. Silva diz que o português é alterado profundamente porque compete com outras línguas e não é usado metodologia para o seu ensino.

A chegada de novos povos as ilhas, faz com que o crioulo ganhe novos vocábulos, consequentemente enriquece seu vocabulário, sua língua e sua diversidade étnica.

Da mistura de raças que se deu em Cabo Verde, predomina o mestiço, sendo as puras apenas 20% do total. Foi essa multiplicidade de raças, essa mistura étnica que, desde sempre, marcou o desenvolvimento socio-econômico e cultural de Cabo Verde.

Nos primórdios da colonização, o negro já procurava o seu próprio caminho, fugindo da casa ou do cárcere para não ser vendido. As fugas com êxito tornaram-se rotina. Os que continuaram vivendo nos casa-

rões tornaram-se criados e criadas com uma certa liberdade, mas mesmo assim eram vítimas de muitos abusos, por exemplo: as criadas às vezes eram escolhidas para dormirem com os patrões e muitas vezes chegaram a gerar filhos dos patrões.

A época colonial portuguesa em Cabo Verde foi marcada por sucessivas revoluções, na sua maioria, comandada por mulatos que contavam e tinham a participação de grande parte da população de uma determinada região, independentemente de serem Negros, Mestiços ou Brancos. Estes últimos eram participantes porque eram forçados a viverem nas ilhas cumprindo pena, por ordem do rei de Portugal e se integravam na comunidade lutando pelos seus próprios direitos.

As sucessivas revoluções, foram interpretadas ao longo do tempo como querendo significar união, o que realmente aconteceu na mistura de: hábitos, costumes, língua etc. etc...

Ao dessas e de outras revoluções Cabo Verde chega a sua independência em 1975 com uma língua e uma cultura própria.

A ESTRUTURA DO CRIOULO

Para melhor se compreender a estrutura do crioulo Caboverdeano é necessário se situar geograficamente e ver-se em Cabo Verde um ponto de concentração forçada por parte dos povos da África Ocidental, Baltazar Lopes da Silva, filólogo, Advogado e um dos maiores romancistas e poeta Caboverdeanos, baseando-se em Labouret autor do Livro "Les Mandigues" diz que "é de se supor que na formação do crioulo Caboverdeano haja predominado, como substrato, a influência das línguas do ramo mandiga faladas na região entre 16 e 6⁰ de longitude e 6 e 24⁰ de latitude Norte" (3)

Entretanto, o crioulo não teve somente as línguas africanas como base, aliás estas não predominam no arquipélago, é o mesmo B. L. Silva quem realça o "tesouro lexical Caboverdeano é quase totalmente

vindo do português e a estrutura morfológica é totalmente assente na morfologia portuguesa" (4) .

Apesar de todas as semelhanças que o crioulo possa ter com o português quer sintática, quer morfológicamente, a língua crioula não deixa de ser autêntica como mostra Gilberto Freire: (5) "em quase todo o arquipélago inteiro se fala um dialeto que nenhum português ou Brasileiro é capaz de compreender senão depois de iniciados nos seus segredos".

No arquipélago não se encontra o crioulo dominante. Existem, sim, variantes do crioulo: a de Barlavento e a de Sotavento. A das ilhas de Barlavento têm o sotaque muito parecido, acontecendo o mesmo com a variante das ilhas de Sotavento, sendo porém grandes as diferenças entre as variantes dos dois grupos. As diferenças, entretanto existem também (embora em muito menor grau) de ilha para ilha, dentro do mesmo grupo. Por exemplo, o nativo de São Vicente diria prigôse; o de Santo Antão perigose; já o nativo de Santiago (pertencente ao grupo de Sotavento) diria pirigoso todos querendo expressar a mesma palavra - perigoso. Um exemplo que marca mais a diferença vem quando o nativo de Barlavento chama passarinho de Pardal e o de Sotavento tchota ou bzôt e anhôs (vocês) respectivamente para a variante de Barlavento e Sotavento.

O Crioulo até 1979/80 era uma língua essencialmente falada. Os que o escreviam utilizavam o alfabeto português e cada um fazia utilizando suas próprias regras.

A partir de 1980 (se a memória não me atraiçoa) no colóquio de São Vicente; filólogos, homens de letras e altos funcionários do Ministério da Educação e Cultura criaram o alfabeto crioulo propondo algumas mudanças, sendo as de maior destaque a substituição do tch pelo c e do dj por 3. Recorrendo a um exemplo de Baltazar Lopes da Silva - a pronúncia do ch e do j em Cabo Verde são como o ch e o j das palavras inglesas child e James e que o crioulo adotou do alfabeto português por tch e dj e agora o alfabeto crioulo pelas formas c e 3 respectivamente.

Depois de se ter feito o alfabeto crioulo, continuou-se com

o problema da sua utilização (abordarei este tema mais adiante) porque a escrita continuou sendo feita de forma não uniforme, isto é, se se é de Barlavento aplica-se o alfabeto de acordo com o crioulo de Barlavento, acontecendo o mesmo com o de Sotavento.

É aqui que surge então a questão: Qual das variantes irá ser a do Crioulo Padrão?

SUBSISTINDO ÀS INTEMPÉRIES

Falado pela maioria da população Caboverdeana, o crioulo sofreu na época colonial uma forte repressão por parte do colonizador e algumas vezes por parte de Caboverdeanos que, embora falassem o crioulo, desdenhavam de sua própria língua.

Na época Colonial o crioulo era proibido nos liceus, na rádio, nas revistas e nos serviços públicos. Apesar dessa repressão, o crioulo era largamente falado em casa, nas ruas e mais se falou ainda na época da luta pela independência, em que muitos foram presos e muitas revistas foram impedidas de circular, por trazerem poesias e artigos em crioulo.

Após a Independência, começou-se a luta pelo Nacionalismo. Neste período, em que intelectuais e Governo desenvolveram maior ação para o incremento do crioulo na vida diária do Caboverdeano, intensifica-se a publicação de livros e artigos em crioulo.

Como salientei atrás, o crioulo é largamente falado no arquipélago, mas a escrita e a leitura do crioulo, são dominadas por poucos.

A leitura de textos em crioulo faz estremecer qualquer Cabo-verdeano que ainda não se acostumou ou tem contato pela primeira vez com a nova escrita.

O Alfabeto foi criado para que se pudesse uniformizar a escrita Crioula e essencialmente substituir o alfabeto português. É de se

notar que, até agora, persiste o espírito revolucionário do Caboverdeano, que dá ênfase à sua cultura e quer ter algo seu. Entretanto este espírito revolucionário que creio ter surgido na luta pela Independência, não estorva que muitos não aproveem e possam até defender a utilização do alfabeto português na escrita crioula. Isto faz com que não exista um consenso nem entre os intelectuais, nem entre estes com o governo nem tão pouco destes com a grande massa popular que vê e sente o processo desenvolvendo. Por essas razões, o crioulo continua sendo escrito sem regras; os partidários do novo alfabeto o adotam, os do alfabeto português continuam empregando-o e o povo vagueia entre os dois alfabetos, usando em maior quantidade as regras de alfabeto português.

Os poucos que dominam o alfabeto crioulo; a classe intelectual utilizando-na nos seus escritos, na Assembléia Nacional Popular, nas entrevistas, o que marca o processo de mudanças que o crioulo vem sofrendo, transformando a maneira de pensar de todo o Caboverdeano e criando longas controvérsias em todos os campos de atuação.

Filologistas defendem que uma língua não se expande à base de política, modelos econômicos, sociais ou militares, sendo estes considerados fatores extrínsecos à língua.

Entretanto, acredito que serão estes fatores externos os responsáveis pela escolha de um crioulo padrão.

As ilhas de São Vicente e Santiago são as mais populosas, uma com 51 mil habitantes e outra com 126 mil respectivamente.

Na capital - Praia (Santiago) concentra-se toda a força política do país e divide com Mindelo (cidade de São Vicente) o poderio econômico.

É de se lembrar que só a ilha de Santiago tem metade de toda a população Caboverdeana (Cabo Verde tem 350 mil hab.), o seu desenvolvimento econômico nos últimos dez anos tem sido o maior entre todas as ilhas e o movimento migratório das outras ilhas para a de Santiago tem

aumentado. Praia é a que oferece melhores condições de vida, o seu crescimento foi estrondoso nestes primeiros treze anos de Independência; quer a nível económico, populacional e comercial.

As outras ilhas têm sido relegadas ao esquecimento.

Este fluxo, na maior ilha do país, aumentou a troca de vocábulos entre os habitantes das diversas ilhas com especial atenção para a assimilação da variante de Santiago, que é a do dia a dia e, portanto, de maior apreensão.

É de se salientar que mesmo sendo de ilhas diferentes o "homem-ilheu" se entende perfeitamente com o da outra ilha que não seja a sua sem se recorrerem à utilização da variante do recetor ou do emissor. No entanto, a convivência diária modifica o vocabulário de cada um, de modo que se comece a recorrer aos vocábulos da ilha onde se passa a viver.

O crioulo de Santiago certamente será eleito o crioulo padrão, não só pelo já citado, mas também porque é o que tem veiculação racional através do RNCV (Rádio Nacional de Cabo Verde) num programa totalmente em crioulo e justamente no horário de maior audição no meio rural. Este é mais um fator de unidade linguística, minimizando as incompreensões deste ou daquele termo característico da ilha de Santiago.

No meio de toda a indecisão reinante é de se notar as forças regionais e agora que a discussão está aberta, todos estão abalados. O medo surge por parte daqueles que defendem a variante da sua ilha, que não a querem deixar de qualquer jeito porque vêm a possibilidade de surgir e utilizarem um Crioulo Padrão. O medo ainda vem por não se saber qual será o próprio caminho da língua portuguesa: dentro do arquipélago, do crioulo na escrita e nas instâncias internacionais.

Dois fatores ressaltam no processo de escolha do Crioulo Padrão:

- a sua compreensão por parte da maioria dos habitantes do

arquipélago

- e o próprio rumo da língua portuguesa.

O primeiro seria de real importância porque desde o movimento que se saiba qual a variante mais compreendida nas diversas ilhas ter-se-ia também uma idéia de qual seria a variante padrão para a escrita.

Precisa-se de uma unidade ortográfica, para depois se pensar numa unidade da língua falada que a meu ver depende do desenvolvimento das relações inter-pessoais e a exemplo de outras civilizações o passar dos tempos definirão.

O segundo fator depende do primeiro. Suponho que há medida que a escrita crioula avançar haverá um recuo na escrita do português, restringindo-se a utilização deste último, nas disciplinas especializadas nas escolas e talvez servirá de língua de negociações a nível internacional.

Estas são, somente hipóteses aventadas, insignificantes frente a um grande número de muitas outras questões que dizem respeito à utilização da língua portuguesa, como por exemplo: Como ficará toda a legislação? Os livros de grandes escritores Caboverdeanos todos escritos em português? Os próprios livros didáticos? e sobretudo a comunicação de Cabo Verde com o resto do mundo, principalmente com os Países de Língua Oficial portuguesa?

Uma coisa porém se sabe. O Caboverdeano se identifica com a sua língua, quer na sua terra natal, quer nas diferentes comunidades Caboverdeanas espalhadas pelo mundo.

A maioria nem sequer utiliza o português nas suas relações diárias. Esta mesma maioria, que viveu séculos sob o jugo do dominado e consegue, mesmo não sabendo falar o português compreender tudo o que se lhe diga em português, tentando muitas vezes responder em português (isto acontece tanto com os analfabetos como com os com poucas habilitações escolares), não sendo raras as vezes em que ele se maravilha, se

submete e tenta o diálogo em português que ele não domina. Fenômeno quase idêntico se passa com aqueles que já têm uma certa escolaridade ou até mesmo curso superior; quando por exemplo se vêm pais, patrões e até amigos se dirigirem em português uns para com outros ou discutirem metade em crioulo, metade em português, utilizando este último quando querem demonstrar: supremacia, domínio e se quer convencer. Ainda, no seio das famílias mais abastadas e que se dizem mais habilitadas, nota-se a imposição do português para com os filhos, estes terão de falar porque se falarem o crioulo serão punidos. Mas, se se perguntar aos pais o porquê de tal medida, os pais logo respondem - "é porque na escola tudo é ensinado em português".

Assim, o Caboverdeano, na presente etapa, se sente espicaçado por todos os lados ao ver e sentir as grandes mudanças que a busca de um crioulo bem estruturado, escrito e gramatical, estão provocando. Ele está sentindo que a sua língua materna está sendo valorizada.

Porém, a valorização do crioulo não veio por si só. Este é um problema que acompanha os múltiplos aspectos de uma sociedade há treze anos independente. Faz parte de uma sociedade que saiu do domínio estrangeiro, teve uma luta para conquistar a independência, procura se expandir e encara o desenvolvimento repentino que conheceu, procurando a auto-afirmação.

O ENSINO

A demora da implantação do crioulo no ensino depende em muito da definição de qual a variante a ser ensinada.

Essa demora continuará "mexendo" com a ansiedade ao Caboverdeano e as taxas de insucesso escolar provavelmente permanecerão elevadas.

As crianças aos seis/sete anos entram na primeira classe falando o crioulo. Aqui começa o choque do bilinguismo.

As comunicações entre colegas, quer dentro da sala, quer no intervalo são feitas em crioulo, em casa as crianças falam crioulo o dia todo, enfim o quotidiano é cercado de crioulo. Com isso a perceptibilidade da matéria é dificultada e inibe a criança quando ela tenta se comunicar em português - ela acha a língua estranha. Depois, quando jovens é lhes exigido um português correto. Não conseguem.

A cada etapa da sua vida o Caboverdeano tem uma representação do crioulo: ao jovem o governo concede a oportunidade de estudar no estrangeiro - França, EUA, Alemanha - onde o português entra em desuso e aprendem então uma terceira língua, preservando a língua crioula e fazendo questão de mostrar aos outros que tem uma língua própria.

Um outro exemplo é o do Emigrante Caboverdeano que na primeira oportunidade, deixa de falar o português (se não for para nenhum país onde se fala o português), aprendendo logo em seguida a língua de onde se radicou e conservando a língua materna, ensinando esta para os filhos. Não serão o bilingue: Português-crioulo, mas sim o bilingue Francêscrioulo, Inglês-crioulo ou Alemão-crioulo. Esse novo bilingue se algum dia quiser se radicar em Cabo Verde terá uma única dificuldade - não dominar a língua do trabalho. Isto acontece com os jovens americanos, filhos de Caboverdeanos, que vivem há anos nos EUA ou nasceram lá e, sem nunca terem visitado Cabo Verde falam crioulo, publicam em crioulo e procuram um lugar ao Sol para o Ensino do Crioulo nas Universidades dos EUA.

O Ensino da língua Crioula, tanto para o Caboverdeano no Estrangeiro, como para aquele que já se formou ou para aquele que iniciar os seus estudos primários em Cabo Verde, terá de passar por uma aprendizagem metodológica e curricular do crioulo, com alternativas para aqueles que já tenham seus estudos concluídos.

As Caboverdeano sera exigido o domínio da escrita crioula, não por força da lei mas sim, pelas próprias circunstâncias do quotidiano e do grupo a que está inserido.

Tudo isso, no entanto pede uma grande reforma do Ensino Cabo-verdeano.

PENSAR EM CRIOULO/FALAR EM PORTUGUÊS

O quotidiano do homem de Cabo Verde é repleto de pensamentos em crioulo. Ele não fala português em lugar nenhum do seu quotidiano. No entanto, sente necessidade de se expressar também em português em ocasiões quando necessita se comunicar cientificamente ou quando a tradição já diz que se deve falar português, fazendo-o geralmente em ocasiões especiais, como, por exemplo, quando escreve, discute assunto de trabalho ou está em contato com algum português, Moçambicano, Brasileiro ou Angolano; entretanto, assim mesmo, ele pensa primeiro em crioulo.

Essa dura realidade, leva o Caboverdeano a fugir dos contatos interpessoais, trazendo alguns entraves nas comunicações, fazendo-o, às vezes, se retrair quando se encontra num meio onde se fala o português. Quando fala, certamente, será tentado a fazer uma tradução à letra -, do crioulo para o português, não correspondendo de forma alguma ao que ele pensava e ao que ele na realidade queria dizer. Ciente deste problema, há uma tendência de minimizá-lo, falando pausadamente, quando não se atrapalha ou se fecha na sua concha.

PODEIR-SE-IA TAMBÉM FALAR CRIOULO NO BRASIL?

Se os escravos africanos vinham para o Brasil depois de uma estadia, primeiro na cidade de Ribeira Grande (cidade velha - Santiago), antes de serem comprados, se se deu a mesma mistura de raças porquê que não se fala crioulo no Brasil ou porque o Brasil não é um país Bilingue?

Gilberto Freire, citado por Manuel Ferreira, defende que "pela pressão do formidável imperialismo religioso e missionário Jesuíta, pela sua tendência para uniformizar e estandardizar valores morais e materiais, o tupi guarani aproximou entre si tribos e povos indigenas,

diversos e distantes em cultura e até inimigos de guerra para em seguida aproximá-las do colonizador" (6) .

B. Lopes da Silva citando Jacques Raimundo (Miscelânea) salienta que os Tupis, das várias famílias de indígenas Brasileiros foram os que maior influência exerciam sobre a língua. Chegando a tornar-se uma espécie de "língua comum".

Antenor Nascentes (7) afirma que "o português era a língua oficial, mas na vida corrente e no seio das famílias; o tupi era falado pelos escravos e pelos mamelucos" ainda segundo A. N. no século XVIII a proporção do tupi e do português era de tres para um.

Entretanto o português teve a possibilidade de suplantar aos dialetos Brasileiros "porque os meninos iam à escola aprender a língua portuguesa (...) e mais ainda, (...) o governo da metrópole chegou a proibir em provisão de 12 de outubro de 1727 o uso do tupi entre os colonos (8) .

O colonizador, para realmente impor o decreto e conseqüentemente a sua língua, dominando a todos, implantou aqui o seu império com grande número de portugueses, que segundo Gilberto Freire e Baltazar Lopes da Silva (9), compunham as "forças de estabilização reinol" que contribuíram para a unificação da Língua portuguesa no Brasil.

No Brasil, somente onde o colonizador nao conseguiu chegar se mantiveram os diversos dialetos que os tempos e a tecnologia querem apagar.

CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho tive a preocupação de seguir um fio condutor com um cunho extremamente histórico.

Entretanto, no desenrolar do mesmo, poderá se aperceber de

quão variada é a vivência do Caboverdeano nos diversos grupos e, a representação que cada um desses grupos tem ou tem em relação ao crioulo e ao português.

A Análise do Bilinguismo em Cabo Verde, foi feita tomando-se em conta o problema fundamental que, esta em cima da língua escrita e não da falada. A procura do crioulo padrão se faz meta, talvez ele venha por si só, O processo de desenvolvimento da sociedade, os antecedentes históricos foram pontos presentes que tentam demonstrar os conflitos presentes no quotidiano, consequência de certa forma de não definição da implantação da escrita crioula.

Presente ainda no artigo, o comportamento das pessoas frente as mudanças que o crioulo vem tendo, mais concretamente o modo como cada grupo essa mudança de ascensão de crioulo, de língua falada para língua literária.

NOTAS

(1) Citado por Manuel Ferreira - Aventura Crioula p. 122.

(2) O Dialeto Crioulo de Cabo Verde.

(3) *ibidem*.

(4) *ibidem*.

(5) Aventura e rotina p. 240 - citado por Manuel Ferreira - Aventura Crioula.

(6) Gilberto Freire - Casa Grande e Sensala p. 151 - citado por Manuel Ferreira - Aventura Crioula.

(7) Citado por B. Lopes da Silva - O Dialeto Crioulo de Cabo Verde introd. p. 29.

(8) Vieira - Carta de 1694 Ef. A Língua Portuguesa, II - citado por B. Lopes da Silva - O Dialeto Crioulo de Cabo Verde introd. p. 29.

(9) Citado por Manuel Ferreira - Aventura Crioula p. 122.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, Manuel. Aventura Crioula. Lisboa, Platano Editora, 3ª Edição, 1985.

SILVA, Baltazar Lopes. O Dialeto Crioulo de Cabo Verde. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 2ª Edição, 1984.

OSÓRIO, Osvaldo. Cantigas de Trabalho. Lisboa, 1980.

ROMANO, Luis. Riqueza Etnográfica do Povo Cabo Verdeano. Separata dos Arquivos de Anatomia e Antropologia. UFPA, 1981/82.

SILVA, Baltazar Lopes. Na Perspectiva de o Crioulo Ser Língua Literária, Qual deverá ser em Cabo Verde o Crioulo Literário Padrão. São Vicente, 1985. Comunicação.

DA INSTITUIÇÃO À RUA: TRAJETO DA IGREJA CATÓLICA

Iraci do Carmo Dias (*)

A Igreja sustentou um trabalho exclusivamente assistencial durante muito tempo. Desde o Vaticano II, mais tarde com Medellín e Puebla, houve uma abertura maior nos trabalhos da Igreja. Nos últimos anos com a Teologia da Libertação, ela tornou-se sensível e passou a perceber que o importante não é só o trabalho institucionalizado como também ir à rua, atender, ouvir e incentivar os carentes, tendo como objetivo possibilitar a classe menos favorecida pela sociedade a sair da situação de miséria, tomando outra posição, tendo esperança e lutando para ser gente. Com o voltar da Igreja para os mais necessitados foram criados diversos movimentos de reflexões que levam as pessoas a acordagem para uma mais digna. Entre estes movimentos o que se têm sobressaído mais e o das vida comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Sentindo o apelo gritante da Igreja todos os anos a CNBB lança um tema da Campanha da Fraternidade para que os cristãos tomem consciência do grito de um povo sem voz. No ano de 1987, a Campanha da Fraternidade foi "QUEM ACOLHE O MENOR, A MIM ACOLHE". Esta campanha serviu de iniciativa para a Igreja de Belo Horizonte lançar seu Iº Plano Trienal da Pastoral do Menor 1988/1990. Movidos pelo Evangelho "Enviou-me para anunciar a boa-nova aos pobres" (Lc 4,18) foi implantado o plano da Pastoral do Menor.

Para facilitar o trabalho a Arquidiocese foi dividida em setores. O primeiro setor de implantação do plano foi a região oeste da cidade. Ali foi feito uma pesquisa, depois de coletados todos fez-se o plano de atuação. Para que fosse executado foram agentes Pastorais na área de educação, saúde, e mão de obra. Os dados preparados envolvendo Religiosos, jovens e adultos. Para atingir o menor em sua amplitude, o trabalho está ligado à Pastoral familiar, recursos comunitários, inicia-

(*)Aluna de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana - UFMG. Orientação: Prof^ª Elizabeth Bomfim.

tivas individuais ou grupos e aos ambientes em que sobrevivem os Menores.

A Pastoral social da Igreja não está hierarquizada como qualquer tipo de organização que conhecemos. Está articulada e fundamentada no Evangelho que é como a nascente de um rio que brota água em vários lugares e aos poucos se unindo. Seu objetivo é seguir o Evangelho no atendimento aos mais necessitados. Daí que diversos grupos têm surgido espontaneamente dentro da Igreja.

I - AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA

A Ação Social Arquidiocesana (ASA) é o órgão da Arquidiocese que dá assistência às várias frentes da Pastoral da Igreja.

Apesar de muitas dificuldades, entre as quais corte de verbas governamentais, a ASA continua com a programação. Iniciada em anos anteriores foi acrescida de mais cinco programas a saber: Apoio a obras sociais e movimentos comunitários; Assessoria e orientação, apoio aos grupos comunitários, atendimento à doméstica, educação básica em comunidades periféricas; Reflexão e atualização sobre as diretrizes da CNBB e o trabalho social da Igreja, captação de recursos junto a Cáritas Nacional, Pastoral do Menor.

O apoio aos grupos comunitários tem como objetivo implantar programas que favoreçam o desenvolvimento social, econômico e cultural da população mais carente.

Durante o ano de 87 a ASA desenvolveu junto aos moradores da Vila Sumaré um trabalho que pode ser sistematizado:

- . entrevistas e contatos com as lideranças das comunidades que permitam melhor encaminhamento do trabalho;
- . orientação às mães das crianças matriculadas na creche;

- . participação na distribuição do leite;
- . pastoral dos direitos humanos.

II - CAPUCHINHOS E CONFRARIA DOS VICENTINOS

Outro tipo de assistência social prestada pela Igreja Católica é a dos vicentinos e capuchinhos: o Lar dos Meninos São Vicente de Paula. Dão assistência educacional e profissional a meninos de 13 a 17 anos provenientes de Favela e os mais carentes em todos os sentidos. O Lar é mantido pela associação dos Vicentinos e os responsáveis pela formação humana-cristã e profissional são seis capuchinhos vindos da Colômbia. A preocupação destes padrés e não elitizar o Lar. Dão assistência a 120 adolescentes que só vão em suas casas no final de semana e trinta e oito que passam o dia todo ali onde, além de receber a instrução e formação humano-cristã, recebem também O alimento. Na parte da manhã frequentam uma escola do Estado que funciona ligada ao próprio Lar e a tarde estão na aprendizagem das oficinas. A noite, têm aulas de formação cristã ministradas pelos Padres.

Os adolescentes têm horário de trabalho, estudo e lazer. A área para eles é muito grande. As oficinas existentes são: marcenaria, serralheria e funilaria, gráfica e lapidação de pedras preciosas.

Os elementos mais difíceis da sociedade que vão para lá se adaptam ao ritmo de atividades exigido sem grandes problemas e demonstram muito interesse. No final de semana vão para suas casas a fim de sentirem o ambiente familiar e a dificuldade em que seus pais vivem no dia-a-dia.

Os professores que tem nas oficinas são contratados pela associação. Todos os meninos que têm passado pelo Lar, ao saírem, conseguem um bom emprego, principalmente, os que trabalham na lapidação.

Alguns dos adolescentes têm roubado pedras, quando acontece isto, todos fazem pressão até aparecer. Os professores são, também, bem

preparados para trabalhar com eles; quando vem um professor que não se adapta é demitido.

A grande preocupação destes adolescentes e, quando saírem dali, tirarem sua mãe da favela.

Estes adolescentes têm, no Lar dos Meninos, assistência médica, psicológica, dentária, e uma assistente social que vem ao Lar para atendimentos.

III - OS ORIONITAS

A Congregação dos Padres Orionitas tem uma casa em Belo Horizonte e trabalham com menores de sete a dezesseis anos. Estes menores, são todos vindos das diversas favelas da cidade. Para atenderem aos menores é feito uma inscrição, em novembro, pela mãe. Faz-se uma sindicância através de um questionário bem pormenorizado e uma visita ao local onde eles moram. Dos muitos inscritos, são selecionados os mais carentes. Estes meninos permanecem na casa que dão o nome de Orfanato e no final da semana vão para suas casas. Eles têm o dia cheio de atividades. Frequentam a escola do Estado mais próxima pela manhã, à tarde têm trabalho profissionalizante nas oficinas de tapeçaria, carpintaria, serralheria; recreio orientado, duas horas por dia de estudo e duas vezes por semana, à noite, têm catequese e formação espiritual. Os meninos são responsáveis por toda a limpeza da casa, menos na lavanderia e na cozinha.

Os Padres aceitam meninos da FEBEM, mas são muito poucos, não gostam Porque são difíceis de serem reeducados.

A manutenção do Orfanato é feita através de festas, promoções e por um grupo de senhoras que são chamadas de "As Madrinhas".

Os meninos têm, também, assistência médica, dentária e psicológica.

Se dependesse dos meninos, nos finais de semana, não iriam para suas casas devido ao grande desconforto que existe.

IV - VICENTINAS E OBLATAS

Aqui notificamos outro aspecto do trabalho da Pastoral constituído por uma equipe de religiosas - Vicentinas e Oblatas - alguns seminaristas e casais. Esta equipe faz um trabalho envolvendo os catadores de lixo do centro da cidade, pivetes, bêbados, prostitutas e travestis. Os elementos da equipe propuseram fazer este trabalho, indo ao local onde eles mais se concentram. Ali, eles se reúnem para um bate-papo, no princípio, muito desconfiados e, aos poucos, vão contando sua vida e o desejo de sair dela. Estes encontros são sistemáticos e sempre no mesmo horário. Ali, eles passam a celebrar uma festinha, fazer uma sopa, ou algo semelhante. Eles dão muito valor à partilha e protegem muito os companheiros. Os menores não querem frequentar escolas mas têm demonstrado interesse em aprender a ler e a escrever. Os locais de encontro têm sido próximo ~ Rodoviária, Estação Ferroviária, Cemitério do Bomfim, debaixo do viaduto da Lagoinha e naquelas mediações, e nas proximidades da Igreja de São José. Na praça de São José, os menores se reúnem com alguns membros da equipe para aprenderem a ler e escrever. Os membros da equipe sempre saem para o trabalho composto de dois ou três elementos; jamais um vai sozinho. Um dado curioso que foi abordado pela equipe e que estes indivíduos não têm noção do tempo. Por isso mesmo, ninguém da equipe deixa o endereço de sua casa com eles. Se resolverem ligar, para alguém, de madrugada, fazem como se fosse qualquer hora do dia. Os membros da equipe, toda semana, se reúnem para avaliarem o trabalho.

V - CARMELITAS

A criatividade das pessoas que são sensíveis ao apelo dos mais necessitados é muito grande e estão disponíveis em ajudar o próximo a tomar consciência de que é gente e a mostrar-lhe a beleza da vida. Imbuídos deste objetivo, um grupo de pessoas da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, junto com os Padres Carmelitas, tomaram a iniciativa de atender os menos favorecidos daquela região. Criaram ali um ambulatório, o setor de Psicologia, Posto de Saúde com um médico sempre à disposição, Clube de Mães e o Pró-Menor. Os menores, aos quais dão assistência, são na faixa de 10 a 14 anos, da favela do Acaba Mundo como também da do Bico

de Papagaio. Neste período de idade, recebem aulas de artesanato, crochê, tricô, costura, tapeçaria, bordado, lazer e, depois, são orientados para irem em busca de um emprego. O Clube das Mães oferece atividades tais como: crochê, tricô, corte e costura para as mães carentes. Enquanto elas estão aprendendo algum trabalho, as crianças ficam com alguma atividade em outro local. A função do Clube de Mães é orientar aquelas mães carentes como educar seus filhos. As crianças ali recebem a merenda que consiste numa sopa ou vitaminas.

A obra social é mantida pela comunidade e pelos próprios Padres Carmelitas que são os responsáveis da Paróquia do Carmo. Dão assistência em média a 80 crianças das mediações das favelas do Acaba Mundo e Bico do Papagaio.

ABRAPSO EM MINAS: UM MOVIMENTO SOCIAL, UMA GESTÃO

Elizabeth de Melo Bomfim (*)

Antecedentes em Minas Gerais

A Psicologia Social em Minas Gerais teve sempre um trajeto peculiar em relação aos demais estados brasileiros. Ela surgiu no início da década de 1960, com a experiência de Pierre Weil, Célio Garcia e Rui Flores, em "Desenvolvimento das Relações Humanas" (DRH), no antigo Banco da Lavoura de Minas Gerais. Fortaleceu-se no denominado "Setor de Psicologia Social da UFMG", chefiado, nos anos 60 e início dos anos 70, pelo Prof. Célio Garcia, onde eram desenvolvidos trabalhos de pesquisa e aplicação psicossociológicas, através do CEPISA (Centro de Psicologia Social Aplicado) (1), e do intercâmbio científico com, principalmente, França e Estados Unidos. Este intercâmbio propiciou a visita de Leon Festinger (1968), André Levy (1969), Roger Lambert (1970), Jean Stoetzel (1971), Paul Bastide (1971), George Lapassade (1972), Michel Foucault (1973).

A intensa atividade do "Setor de Psicologia Social da UFMG", até meados da década de 1970, resultou numa importante formação de professores e profissionais (os principais professores de Psicologia Social em Minas Gerais tiveram, na maioria, sua formação ligada, direta ou indiretamente, a este grupo). Contudo, a divulgação e a publicação dos trabalhos deste grupo foram extremamente tímidas. Vale ressaltar a contribuição no nº 4 da Revista Vozes, sobre Análise Institucional, publicada pela Editora Vozes (Petrópolis, RJ).

Paralelo ao "Setor de Psicologia Social da UFMG", uma impor-

(*) Professora no Departamento de Psicologia da UFMG.

(1) Ver trabalhos de: Mata Machado, M. N. Transversos do social e alquimias da prática em psicossociologia. Anais do I Encontro Mineiro de Psicologia Social, B. H., FAFICH, 1986:36:43; e Deslandes, Keila. Psicologia Social em Minas. História e Atualidade. Psicologia e Sociedade, 1989, 6:219-225.

tante contribuição em publicação foi realizada pelo Prof. Pierre Weil. Destacam-se as publicações do primeiro livro sobre Psicodrama em português, com prefácio de J. L. Moreno ("Psicodrama", R.J., Cepa, 1967); o prefácio do livro "Psicodrama: o teatro da vida" de A. A. Schutzenberger (1970); e a co-autoria, juntamente com A. Ancelin-Schutzenberger do livro "Psicodrama triádico" (Belo Horizonte, Interlivros, 1977).

Formação de uma Regional Mineira de Psicologia Social

No início dos anos 80. Marcos Vieira Silva começou suas danças" com a Psicologia Social, numa tentativa de formar um grupo interinstitucional (UFMG, PUC-MG e demais instituições) e promover um núcleo da então recém-criada ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social). Os longos percursos, as difíceis tentativas e os breves sucessos ("Semana de Debates sobre Temas da Psicologia Social e Educacional" - PUC-MG, 1983; e "Curso de Psicologia Social e Educação Popular" - 37ª Reunião Anual da SBPC - 1985) resultaram, finalmente, numa data: 28 de setembro de 1985. Numa manhã ensolarada de sábado, um pequeno grupo reúne-se (Marcos Vieira Silva, Elizabeth de Melo Bomfim, Cornelis van Stralen, Maria Inês Moreira, Maria Stella Brandão, Bianca Carneiro, etc) e decide criar a Regional Minas da ABRAPSO. Decide também realizar o I Encontro Mineiro de Psicologia Social. O grupo ganha a adesão de Marília Novais da Mata Machado, Regina Helena Campos, Vânia Carneiro Franco, Maria Lúcia Afonso, Eduardo Mourão, Maria Regina Godoy, etc. Aos poucos, esboça o programa do I Encontro Mineiro que teve a coordenação de Marcos Vieira Silva e Elizabeth de Melo Bomfim.

Nos trabalhos apresentados e nas atividades desenvolvidas durante o I Encontro Mineiro (entre eles: Mesa Redonda: "Psicossociologia: Recortes"; Debates: "Psicologia Social e Saúde" e "Psicologia Social e Educação"; as Comunicações de Trabalhos e os Audiovisuais) observou-se uma mudança em relação ao tipo de produção intelectual: os temas são amplos e abrangem uma vasta gama de assuntos; são vários os relatos de experiências práticas e reflexões históricas; vários trabalhos foram produzidos em grupos; há uma significativa produção dos alunos de Psicologia.

Os textos do I Encontro Mineiro foram publicados no "Anais do I Encontro Mineiro de Psicologia Social", pela FAFICH/UFMG, em 1986.

Ainda em 1985 foi editado o livro de Eduardo Vasconcelos ("O que é Psicologia Comunitária", São Paulo, Brasiliense), contendo relatos de experiências em Minas sobre saúde e Psicologia Comunitária.

Em 1986, o grupo da Regional da ABRAPSO decidiu realizar, juntamente, com o II Encontro Mineiro o II Encontro Nacional de Psicologia Social. O evento realizado em novembro teve o "Anais do II Encontro Nacional e II Encontro Mineiro de Psicologia Social" publicado em dezembro do mesmo ano. Este "anais" mostra que 65% dos textos foram de autores mineiros e 35% de autores dos demais Estados (paraná, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina) e outro país (Cuba). Esta publicação tornou-se, mais tarde, o n° 3 da revista "Psicologia e Sociedade".

O movimento social dos psicólogos sociais e demais profissionais e alunos interessados na Psicologia social crescia em Minas Gerais. A Regional Minas da ABRAPSO também crescia, embora em ritmo lento.

Em 1987, foi publicado o livro "Em torno da Psicologia Social" de Elizabeth de Melo Bomfim e Marília Novais da Mata Machado, abordando temas tais como: "Psicossociologia, Instância política, Pesquisa, Psicologia, Cultura e Arte". Esta gama ampla das temáticas parece caracterizar, portanto, a produção literária mineira dos anos 80.

Em meados de 1987, o grupo de Psicologia Social com uma ainda tímida articulação interinstitucional (UFMG, PUC-MG, Prefeitura de B.H., etc) resolveu assumir a direção nacional da ABRAPSO. Superadas as dificuldades internas na composição da chapa e eleita a nova diretoria em assembléia geral da ABRAPSO, o grupo aguardou as documentações da gestão anterior.

Uma gestão nacional

A imensa surpresa com os dados provenientes da anterior dire-

ção nacional da ABRAPSO gerou, de início, um grande desânimo. A inexistência de qualquer verba (os recursos disponíveis seriam todos alocados na publicação do nº 3 da revista "Psicologia e Sociedade") demandou que a presidente financiasse, pessoalmente, os primeiros meses da gestão.

Em julho de 1987, a ABRAPSO contava com os seguintes sócios com anuidades pagas:

TABELA 1 - Sócios da ABRAPSO em julho de 1987

Regionais/Núcleos	Sócios
Sul	17
M.G.	11
S.P.	3
D.F.	3
Belém	3
S.C.	3
Pb	2
Ceará	2
Bahia	1
TOTAL	45

Arregaçamos as mangas. Muito havia a ser feito.

Alguns eventos já estavam programados: "I Encontro Paranaense de Psicologia" (Foz do Iguaçu) e "XVIII Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental" (Fortaleza). A ABRAPSO co-promoveu o primeiro e apoiou o segundo.

Em novembro de 1987 a nova direção nacional da ABRAPSO publicou o primeiro número do "Boletim da ABRAPSO" contendo notícias gerais

sobre a ABRAPSO e eventos científicos. O boletim manteve, durante a gestão, a periodicidade trimestral e foi editado por Marcos Vieira Silva, Karin Ellen von Smigay e Maria Inês Moreira.

O núcleo de Brasília promoveu, em novembro de 87, o "Encontro de Psicologia na Comunidade" e, graças ao empenho de Alcione Alves da Costa, a ABRAPSO conseguiu mais 16 novos sócios.

O III Encontro Mineiro de Psicologia Social (Belo Horizonte, novembro, 1987) acrescentou mais 10 novos sócios e gerou a maioria dos artigos do nº 4 da revista "Psicologia e Sociedade". Publicado em março de 1988, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária da PUC-MG, após longas e intensas tentativas de busca de financiamento de Vânia Carneiro Franco, o nº 4 da revista "Psicologia e Sociedade" a primeira edição da revista da nova diretoria (uma vez que o nº 3 foi editado em maio de 1989) - abordou os temas: "Psicologia Comunitária", "Grupos"; "Identidade Social"; "Feminismo" e "Saúde Mental". Com 90% dos textos de autores mineiros, o nº 4 manteve a diversidade temática e algumas produções em grupos. A publicação deste número da revista foi da maior importância para o crescimento da ABRAPSO e incentivou o intercâmbio e a publicação. Foi um marco histórico na retomada do crescimento nacional e auxiliou no movimento em torno da Psicologia Social. O conselho editorial da revista foi, durante toda a gestão 87/89, constituído por Elizabeth de Melo Bomfim, Marcos Vieira Silva e Vânia Carneiro Franco.

Em dezembro de 1987, a Regional São Paulo promoveu o III Encontro Nacional de Psicologia Social. Na ocasião foi criada a Regional Distrito Federal e a ABRAPSO passou a contar com mais 16 sócios.

Em março de 1988, foi publicado o nº 2 do "Boletim da ABRAPSO" com informações, decisões da Assembléia, eventos e projetos. O nº 3 do "Boletim" foi editado em junho/88 e manteve o mesmo perfil editorial.

Em maio de 1988, a ABRAPSO adeiriu a luta antimanicomial que tem por lema "Por uma sociedade sem manicômios".

O movimento nacional crescia e a diretoria trabalhava com

afinco. O número de eventos científicos que a ABRAPSO participou mostra o empenho e a disposição dos abrapSIanos (Quadro 1)

QUADRO 1 - EVENTOS CIENTÍFICOS - 1987/89

DENOMINAÇÃO	LOCAL	DATA	PARTICIPAÇÃO DA ABRAPSO
1) I Encontro Paraense Psicologia	Foz de Iguaçu - Paraná	08/87	Co-promoção
2) XVIII Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Higiene	Fortaleza - Ceará	11/87	Apoio
3) Encontro de Psicologia na Comunidade	Brasília - DF	11/87	Co-promoção
4) III Encontro Mineiro de Psicologia Social	Belo Horizonte - MG	11/87	Co-promoção
5) III Encontro Nacional de Psicologia Social	São Paulo - SP	12/87	promoção
6) I Encontro de Psicologia Social do Pará	Belém - Pará	12/87	Co-promoção
7) II Congresso Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental	Bauru - SP	12/87	Apoio
8) Ciclo de Palestras	Maringá - Paraná	03/88	Promoção
9) Encontros de Psicologia Comunitária	Fortaleza - Ceará	04/88	Co-promoção
10) Semana Anti-manicomial	Belo Horizonte - MG	05/88	Apoio
11) Simpósio: "Identidade"	Belo Horizonte - MG	06/88	Co-promoção

QUADRO 1 - EVENTOS CIENTÍFICOS - 1987/89
(continuação)

DENOMINAÇÃO	LOCAL	DATA	PARTICIPAÇÃO DA ABRAPSO
12) Curso: "Psicologia" Marxista	João Pessoa - Paraíba	06/88	Co-promoção
13) SBPC-Simpósio: Violência	São Paulo - SP	07/88	Apoio
14) SBPC-Simpósio: Psicologia Comuni- tária e Ecologia Humana	São Paulo - SP	07/88	Apoio
15) SBPC-Simpósio: Vida cotidiana e preconceito	São Paulo - SP	07/88	Apoio
16) SBPC-Mesa Psico- logia Social e Comu- nitária no Brasil	São Paulo - SP	07/88	Apoio
17) SBPC-Conferência: Modelos e critérios para verbas e salá- rios nas Universidades	São Paulo - SP	07/88	Apoio
18) SBPC-Video: "Um olhar sobre a Lou- cura"	São Paulo - SP	07/88	Apoio
19) XI ENEP (partici- pação em Mesas)	Belo Horizonte - MG	07/88	Apoio
20) Encontro de Psico- logia Social: o que está sendo construído	João Pessoa - Paraíba	08/88	Promoção
21) IV Encontro Nacio- nal de Psicologia So- cial	Vitória - ES	09/88	Promoção
22) Mesa: "Psicanáli- se e Materialismo Histórico"	Maringá - Paraná	10/88	Promoção
23) Encontros quinze- nais	Belém - Pará	10/88	Promoção

QUADRO 1 - EVENTOS CIENTÍFICOS - 1987/89

(continuação)

DENOMINAÇÃO	LOCAL	DATA	PARTICIPAÇÃO DA ABRAPSO
24) Ciclo de Debates: Psicologia, Educação e Municipalidade	Belo Horizonte - MG	11/88	Co-promoção
25) IV Encontro Mineiro de Psicologia	Belo Horizonte - MG	11/88	Co-promoção
26) Seminário do Movimento Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental	Belo Horizonte - MG	12/88	Apoio
27) Pré Encontro do III Encontro da Regional Sul da ABRAPSO	Maringá - Paraná	03/89	Promoção
28) Ciclo de Debates sobre a violência contra a mulher	Vitória - ES	04/89	Co-promoção
29) III Encontro da Regional Sul	Curitiba	05/89	Co-promoção
30) SBPC-Mesa: Psicologia Social no Brasil: os últimos dez anos (*)	Fortaleza - Ceará	07/89	Apoio
31) V Encontro Nacional de Psicologia Social (*)	João Pessoa - Paraíba	09/89	Promoção

Além dos eventos científicos promovidos ou apoiados, a ABRAPSO contribuía para o desenvolvimento da Psicologia Social mantendo sua revista com uma rigorosa periodicidade semestral. O n° 5 da "Psicologia e Sociedade", publicado em setembro de 1988 continha 75% de artigos de autores mineiros e 25% de autores de outros Estados. Abordava temas tais

(*) Eventos programados.

como: "Psicologia Social e Comunitária", "Identidade", "Psicologia e Movimentos Sociais" e "Psicologia Social e Educação". O conselho editorial continuou mantendo (e o fez até o final da gestão 87/89) a política de publicar todos os textos recebidos.

E o movimento em torno da Psicologia continuava a crescer.

O IV Encontro Nacional de Psicologia Social, realizado em Vitória-ES (setembro-1988), reuniu um grande número de pessoas interessadas em Psicologia Social e, graças ao empenho de seus organizadores Maria de Fátima Quintal de Freitas, Helerina Aparecida Novo, Lídio Souza e Zeidi Araújo - aumentou significativamente o número de sócios da ABRAPSO. Mais de uma centena de novos sócios provieram do IV Encontro Nacional. O movimento intensificava-se nacionalmente.

Com o IV Encontro Mineiro de Psicologia Social, o número de sócios da Regional Minas passou de 21 para 76, graças aos esforços de Vânia Carneiro Franco e da comissão organizadora.

A ABRAPSO mantinha a publicação trimestral do "Boletim" e a semestralidade da revista. O n° 6 de "Psicologia e Sociedade", contendo os "Anais do IV Encontro Mineiro de Psicologia Social" comemorou os dez anos da ABRAPSO. Versando sobre as temáticas: "Questões teóricas, históricas e metodológicas da Psicologia Social" e "Experiência e práticas em Psicologia Social", manteve o predomínio de artigos de autores mineiros (80%) em relação aos demais Estados (20%).

O n° 7 de "Psicologia e Sociedade" com edição prevista para setembro/89 mantém a mesma linha editorial e a diversidade temática.

Todo o empenho e o trabalho na divulgação de informações, na publicação de artigos científicos e na realização de eventos na área da Psicologia Social redundaram num grande e expressivo crescimento da ABRAPSO. O número de sócios cresceu em mais de 800% entre 87/89. De 45 sócios em julho de 1987 passou para 361 em junho de 1989.

A tabela 2 mostra o crescimento do número de sócios quites

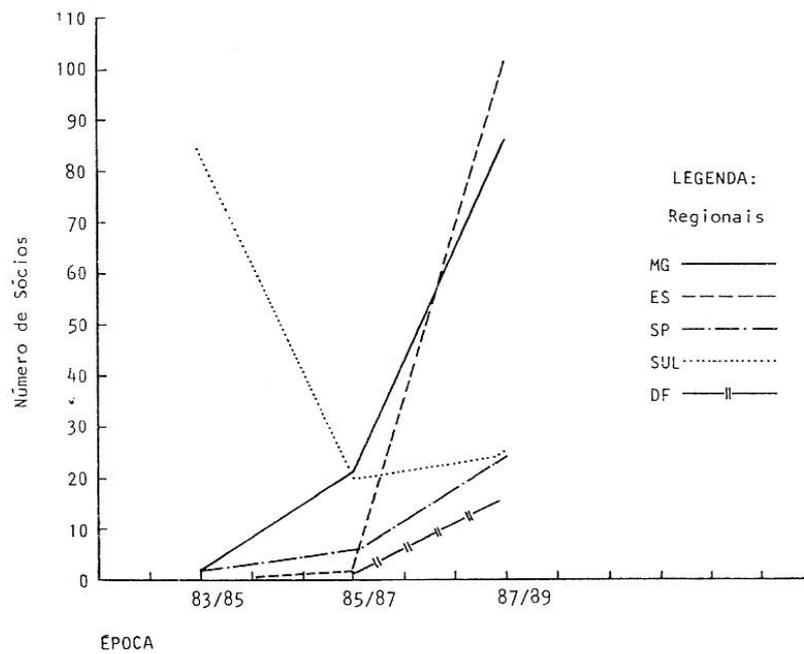
com a anuidade de julho de 1987 a junho de 1989.

TABELA 2 - AUMENTO DO NÚMERO DE SÓCIOS

DATA	NÚMERO DE SÓCIOS
07/87	45
06/89	361

O gráfico 1 mostra o aumento do número de sócios nas regionais, da ABRAPSO.

GRÁFICO 1 - AUMENTO DOS SÓCIOS POR REGIONAIS



A estrutura interna da ABRAPSO continuava crescendo com os novos núcleos. Entre 1987 e 1989 sete novos núcleos foram formados: Rio de Janeiro, Pernambuco, Uberlândia(MG), Curitiba(PR), Alfenas(MG), São João Del Rei(MG) e Maringá(PR). Os antigos núcleos do Espírito Santo e Distrito Federal foram transformados em regionais.

Tem havido um aumento significativo de participação nos "Encontros Nacionais". Em 1987 haviam 40 inscritos e cerca de 60 pessoas assistiram as atividades: em 1988 haviam 200 inscritos e cerca de 400 pessoas circulando nas diferentes atividades.

Todo este movimento social crescente da ABRAPSO e devido ao trabalho de inúmeras pessoas, cujo empenho na construção e na prática da Psicologia Social tem contribuído para o desenvolvimento desta área científica. Pelo menos, esta tem sido a nossa expectativa. Se mais não foi feito foi porque existiram limites históricos e sociais. Que o tempo possa se encarregar da falta que sabemos ser grande.